

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

SIMONE AFFONSO DA SILVA

**Regionalização do Brasil:
uma análise comparativa entre as propostas do IBGE, Roberto Lobato Corrêa e
Milton Santos e Maria Laura Silveira**

**São Paulo
2010**

SIMONE AFFONSO DA SILVA

**Regionalização do Brasil:
uma análise comparativa entre as propostas do IBGE,
Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveira**

Trabalho de Graduação apresentado para o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz.

São Paulo
2010

Nome: SILVA, Simone Affonso da.

Título: Regionalização do Brasil: uma análise comparativa entre as propostas do IBGE, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveira

Trabalho de Graduação apresentado para o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Banca examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A todos aqueles que acreditam no potencial da Geografia Regional em desvendar a realidade, e dedicam seu tempo e parte de suas vidas aos estudos regionais, mesmo quando muitos taxam-na de obsoleta e duvidam de sua capacidade de explicação e renovação.

Agradecimentos

À Universidade de São Paulo e à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela oportunidade de realização do curso de bacharelado.

A todos os professores do Departamento de Geografia que fizeram parte de minha formação acadêmica ao longo desses anos, contribuindo significativamente ao meu desenvolvimento científico e intelectual.

À Professora Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz pela atenção e apoio durante todo o processo de pesquisa. Sua competência e dedicação me ajudaram a superar minhas próprias limitações, e me inspiram a buscar novos desafios.

A todos os amigos que conquistei no curso de Geografia, especialmente pelos bons momentos que compartilhamos, pela troca de idéias e experiências.

À minha família pela compreensão, amor e carinho. Agradeço pelo incentivo aos estudos e pela fé na realização desse sonho.

Resumo

O presente trabalho visa analisar criticamente a Divisão Regional do Brasil oficial à luz de autores que têm construído uma leitura crítica acerca da regionalização do espaço brasileiro, destacadamente, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveira, comparando suas propostas de regionalização com a divisão regional em vigor. A partir da leitura da obra dos autores relacionada à temática regional foi possível destacar os fundamentos teórico-metodológicos utilizados: a corrente do pensamento geográfico, os principais conceitos e categorias, as teorias, o método, os propósitos e critérios de regionalização e a concepção de região. Ao ressaltar o arcabouço teórico-metodológico elucidamos os recortes regionais adotados por cada autor e possibilitamos a comparação entre as divisões regionais, com destaque para as suas convergências e divergências. Algumas críticas foram feitas no âmbito do embasamento teórico e dos recortes regionais analisados, bem como foram apontadas as contribuições que os autores fizeram à Geografia Regional. Por fim, têm-se uma reflexão acerca dos desafios atuais da Geografia Regional, destacando-se: a pertinência de uma nova proposta de regionalização do país em substituição à Divisão Regional do Brasil realizada pelo IBGE em 1969; e, a viabilidade de uma proposta de regionalização que ao mesmo tempo contemple as demandas de durabilidade e estabilidade do planejamento estatal mas que também seja flexível a ponto de abranger as transformações que inevitavelmente atingem o território.

Palavras-chave: Região, Regionalização, Divisão Regional, Brasil.

Sumário

Introdução.....	1
1. Breve panorama das propostas de regionalização do Brasil até fins da década de 1960	4
1.1. A relação entre região e geografia: a produção acadêmica que subsidia a divisão regional de 1969.....	5
2. A proposta de Divisão Regional do Brasil de 1969 - IBGE.....	7
2.1. Fundamentos teórico-metodológicos da nova regionalização	8
2.2. Não uma, mas três propostas de divisão regional.....	14
2.2.1. Divisão Regional do Brasil – IBGE, 1969.....	15
2.2.2. Regiões Funcionais Urbanas – IBGE, 1972	18
2.2.3. Regiões de Planejamento	22
2.3. Década de 1980: novos conceitos e teorias	23
2.3.1. Microrregiões e Mesorregiões Geográficas.....	23
2.4. Regiões Funcionais Urbanas, Microrregiões e Mesorregiões Geográficas: complementaridades da Divisão Regional de 1969	25
3. Regionalização do Brasil segundo Roberto Lobato Corrêa	30
3.1. Os conceitos de região e organização espacial na geografia quantitativa e na geografia crítica: uma visão crítica de Roberto Lobato Corrêa	30
3.1.1. A geografia quantitativa.....	31
3.1.2. A geografia crítica	32
3.2. Roberto Lobato Corrêa e sua concepção de região	33
3.3. Organização espacial: um novo olhar sobre a região	34
3.4. Proposta de Divisão Regional do Brasil de Roberto Lobato Corrêa - 1989	37
3.5. A regionalização de Roberto Lobato Corrêa versus os Complexos Geoeconômicos de Pedro Pinchas Geiger.....	44
3.6. As contribuições de Roberto Lobato Corrêa	53

4. Regionalização do Brasil segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira.....	54
4.1. Referenciais teórico-metodológicos	54
4.1.1. Modo de produção, espaço, rugosidades	54
4.1.2. Meio técnico-científico-informacional e globalização	57
4.1.3. Totalidade, Estado-Nação, Formação Econômica e Social	60
4.1.4. Horizontalidades, verticalidades, redes e regiões	62
4.2. Proposta de Divisão Regional do Brasil de Milton Santos e Maria Laura Silveira – 1999	66
4.2.1. O meio técnico-científico-informacional e “os quatro Brasis”.....	70
4.3. Um velho desafio e uma nova forma de ver a região: contribuições e limites	75
5. Convergências e divergências nas propostas de regionalização do IBGE (1969), Roberto Lobato Corrêa (1989) e Milton Santos e Maria Laura Silveira (1999)	81
6. Considerações finais	87
Referências bibliográficas.....	90
Anexo A – Mapa das Regiões Funcionais Urbanas, IBGE, 1966.....	95
Anexo B – Mapa das Regiões Funcionais Urbanas, IBGE, 1978	97
Anexo C – Mapa das Regiões Funcionais Urbanas, IBGE, 1993	99
Anexo D – Mapa das Regiões Funcionais Urbanas, IBGE, 2007.....	101

Lista de Figuras

Figura 1 – A evolução da divisão regional brasileira oficial	26
Figura 2 – O conceito de organização espacial	35

Lista de Mapas

Mapa 1 – Divisão Regional do Brasil – IBGE, 1969	16
Mapa 2 – Divisão Regional do Brasil – IBGE, 2002	17
Mapa 3 – Microrregiões e Mesorregiões Geográficas – IBGE, 1990	25
Mapa 4 – Regionalização do Brasil segundo Roberto Lobato Corrêa – 1989.....	38
Mapa 5 – Complexos Geoeconômicas – Pedro Pinchas Geiger, 1964.....	48
Mapa 6 – Regionalização do Brasil segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira – 1999.....	71

Lista de Quadros

Quadro 1 – Algumas propostas de divisão regional do Brasil.....	4
Quadro 2 – Composição da Divisão Regional do Brasil – IBGE, 1969	16
Quadro 3 – Composição da Divisão Regional do Brasil – IBGE, 2002.....	17
Quadro 4 – Regionalizações segundo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões a eles associadas.....	20
Quadro 5 – Composição regionalização do Brasil segundo Roberto Lobato Corrêa – 1989	38
Quadro 6 – Composição regionalização do Brasil segundo Pedro Pinchas Geiger, 1964.....	48
Quadro 7 – Composição da regionalização do Brasil segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira – 1999.....	71
Quadro 8 – Síntese das propostas de divisão regional do Brasil: IBGE, Pedro Pinchas Geiger, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveir.....	84

Regionalização do Brasil: uma análise comparativa entre as propostas do IBGE, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveira

Introdução

A temática regional tem despertado o interesse de diversos pesquisadores, uma vez que não se restringe às discussões acerca dos fenômenos que dão suporte à diferenciação de áreas, os critérios, os propósitos, as subdivisões, os limites, a escala, a homogeneidade *versus* a heterogeneidade etc., mas também permite o debate e a reflexão acerca da própria ciência geográfica, já que a discussão sobre região surgiu e se desenvolveu dentro dos próprios questionamentos sobre o que seria a Geografia, mesmo antes de esta tornar-se uma ciência no século XIX.

Bezzi (1996) aponta que a importância do tema reside no fato de que, no decorrer da história do pensamento geográfico, a Geografia teve a região como seu objeto de estudo durante muito tempo, e que “falar de região é trazer à tona um dos problemas epistemológicos da nossa ciência” (p.1), visto haver diversas abordagens sobre região tanto do ponto de vista teórico-conceitual quanto metodológico.

Enquanto ciência, a Geografia continuamente passa por processos de renovação de seus paradigmas, teorias, conceitos e categorias. A noção de região e regionalização não escapa deste processo, causando intensos debates entre os geógrafos.

Cabe ressaltar que, de uma forma geral, a regionalização pode ser entendida atualmente de duas formas: a primeira seria a partir das diferenciações de áreas produzidas, de um lado, por dinâmicas naturais e, de outro, pela história social, decorrentes da realidade em transformação, um fato em si; a segunda diz respeito ao campo das idéias, ou seja, às propostas de divisão regional decorrentes das leituras dessas diferenciações, tanto por parte de intelectuais como do Estado, servindo, principalmente, ao planejamento.

Partindo desta última concepção sobre regionalização, a problemática em questão corresponde a analisar em que medida a Divisão Regional do Brasil adotada pelo IBGE em 1969 e em ainda em vigor, está superada, considerando-se principalmente as profundas transformações pelas quais passou o Brasil nas últimas décadas.

Por conseguinte, tem-se como objetivo analisar criticamente a Divisão Regional do Brasil oficial à luz de autores que têm construído uma leitura crítica acerca da regionalização

do espaço brasileiro, destacadamente, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveira, comparando suas propostas de regionalização com a divisão regional em vigor.

O presente trabalho estrutura-se em cinco capítulos, sendo os três primeiros dedicados à descrição das propostas de divisão regional do Brasil, o quarto capítulo à análise comparativa entre as respectivas propostas e o quinto capítulo às considerações finais.

Dessa forma, o primeiro capítulo aborda a Divisão Regional do Brasil elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1969. A partir da leitura de obras produzidas entre as décadas de 1960 e 1970 que tratam da questão regional no Brasil busca-se resgatar o contexto histórico, os referenciais teóricos, a metodologia empregada na regionalização, e também apreender a realidade sobre a qual a referida divisão regional se fundamenta. Neste aspecto, destacam-se as obras *Panorama Regional do Brasil* (IBGE, 1967b) e *Subsídios à Regionalização* (IBGE, 1968).

O segundo capítulo compreende a proposta de regionalização do Brasil elaborada por Roberto Lobato Corrêa, baseada em suas reflexões sobre região e organização espacial. A partir de uma revisão bibliográfica da produção acadêmica do autor, especialmente dos textos relacionados diretamente à problemática da região e regionalização do Brasil, obteve-se a síntese de uma importante reflexão sobre os “conceitos” de região e organização espacial e a proposta de regionalização do espaço brasileiro dela decorrente, realizada em 1989. Neste capítulo apresenta-se também uma breve comparação entre a divisão regional de Roberto Lobato Corrêa e a regionalização proposta por Pedro Pinchas Geiger em 1964.

O terceiro capítulo dedica-se à proposta de regionalização do Brasil de Milton Santos e Maria Laura Silveira realizada em 1999. Primeiramente busca-se compreender a categoria região no âmbito da produção científico-acadêmica dos autores, sendo, portanto, necessário o entendimento dos processos gerais que subsidiam as discussões acerca da categoria região, como a globalização, a divisão internacional do trabalho e as formações econômicas e espaciais. Também são abordados os aspectos que direta ou indiretamente se relacionam à proposta de regionalização do Brasil, como os conceitos e/ou categorias de modo de produção, meio técnico-científico-informacional, espaço, rugosidades, totalidade, horizontalidades, verticalidades, redes e regiões.

Partindo da análise das propostas de regionalização do Brasil do IBGE, Corrêa e Santos e Silveira, chegamos ao quarto capítulo, que apresenta as principais divergências e convergências entre as regionalizações estudadas. Contudo, a comparação não visa ser demasiadamente minuciosa. O objetivo é apontar de uma forma geral como os diferentes fundamentos teórico-metodológicos resultam em recortes regionais diferenciados.

O quinto capítulo encerra este trabalho com as considerações finais, resultantes das reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa.

Por fim, alguns aspectos de ordem metodológica merecem destaque: no âmbito dos procedimentos teórico-metodológicos, o presente trabalho corresponde a uma revisão bibliográfica com base no método analítico, ou seja, partindo de um recorte espacial (o Brasil) e temporal (regionalizações elaboradas a partir da década de 1960), foram selecionadas as três propostas de regionalização do país citadas anteriormente. No âmbito das técnicas, o destaque são a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

No tocante à elaboração dos mapas, critérios para definição da escolha das cores de cada região e a representação dos limites regionais foram considerados. Primeiramente, na organização dos mapas, as cores utilizadas em cada proposta de regionalização foram escolhidas de acordo com os critérios abaixo:

- Nas regionalizações do IBGE de 1969 e 2002, as cores foram definidas pelo próprio IBGE, sendo historicamente associadas às cores verde, amarelo, rosa, vermelho e azul, respectivamente as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Dessa forma, optou-se por manter as cores utilizadas em cada região segundo a tradição geográfica já em curso.
- Nas propostas de Roberto Lobato Corrêa, Pedro Pinchas Geiger e Milton Santos e Maria Laura Silveira, buscou-se manter as cores tradicionais das regiões. Entretanto, como os recortes regionais se diferenciam em cada proposta por ocasião da junção de duas ou mais regiões, a solução encontrada foi selecionar a cor resultante da mistura das respectivas regiões que se uniram para formar uma só região. Por exemplo, a união das regiões Sudeste (vermelho) e Sul (azul) do IBGE na formação da Região Concentrada de Milton Santos e Maria Laura Silveira tem como cor resultante, aproximadamente, o roxo.

A respeito da representação dos limites regionais, as linhas divisórias foram representadas de forma diferenciada dos limites estaduais, uma vez que realmente se tratam de limites dessemelhantes, e portanto, a representação não deveria ser a mesma. Além disso, as linhas que dividem as regiões se destacam para facilitar a visualização.

Houve também uma preocupação com a qualidade visual dos mapas, a fim de que a resolução utilizada permitisse uma boa visualização aos leitores.

1. Breve panorama das propostas de regionalização do Brasil até fins da década de 1960

As primeiras propostas de divisão regional do Brasil datam do início do século XX, sendo que grande parte delas apresentava um caráter setorial e sua escala de abrangência geralmente remetia às grandes regiões, como destacado a seguir:

Autor	Composição	Observações Gerais
Delgado de Carvalho - 1913	5 regiões	- Divisão em “regiões naturais”: baseada no relevo, clima e vegetação; - Presença de subdivisões devido à heterogeneidade das grandes regiões; - Mantém unidade política; - Elaborada para fins didáticos.
Anuário Estatístico do Brasil – 1938	5 regiões	- Baseada na divisão realizada pelo Ministério da Agricultura; - Adotada pelo IBGE.
Conselho Técnico de Economia e Finanças - 1939	5 regiões	- “Regiões geoeconômicas”.
IBGE - 1942	5 regiões	- Baseada na proposta de Delgado de Carvalho; - Grandes regiões: critérios físico/naturais; - Subdivisões: critérios sócioeconômicos; - Mantém a unidade política; - Elaborada para fins estatísticos.

Quadro 1 – Algumas propostas de divisão regional do Brasil

Fonte: MAGNAGO (1995); GUIMARÃES (1941). (Org.: Simone Affonso da Silva, 2009).

De acordo com Magnago (1995), é a partir da obra de Delgado de Carvalho que o conceito de região e a metodologia para a regionalização ganham maior consistência com a influência da Escola Determinista Ambiental e o conceito de “região natural”. Delgado de Carvalho acreditava que somente a correlação de elementos do meio físico deveria ser considerada na divisão regional, já que os fatores humanos seriam demasiadamente dinâmicos e mutáveis, impossibilitando uma regionalização duradoura.

Fábio Macedo Soares Guimarães (1941), corroborando com a posição de Delgado de Carvalho, diz:

Uma divisão baseada nas “regiões naturais” tem a grande vantagem da estabilidade, permitindo um melhor estudo da evolução dum país através do tempo, pela comparação dos dados estatísticos referentes à diversas épocas. Uma divisão baseada nas “regiões humanas”, e, em particular referente aos fatos econômicos, permite um melhor estudo da situação dum país, num dado momento, quando for dada maior importância à comparação no espaço, de umas partes com outras.

Baseando-se nessa concepção e sob sua coordenação, os estudos de divisão regional do Brasil realizados pelo IBGE tiveram início em 1941. O objetivo principal foi sistematizar as várias "divisões regionais" que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única Divisão Regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras. Como resultado, a Secretaria da Presidência da República, através da Circular nº1 de 31 de janeiro de 1942, determina que seja adotada a divisão regional definida pelo IBGE. Assim, nasce a primeira divisão oficial do país em grandes regiões.

Dessa forma, as "regiões naturais" basearam a divisão em macrorregiões para fins didáticos e estatísticos e as "regiões humanas" foram a base para a divisão em pequenas áreas, denominadas de zonas fisiográficas, para fins administrativos, realizada pelo IBGE em 1945.

Magnago (1995), citando outros autores como Marília Veloso Galvão e Roberto Lobato Corrêa, assinala uma presumível inconsistência teórico-metodológica na Divisão Regional do Brasil de 1942: a utilização de critérios diferenciados para delimitar as regiões de acordo com a escala, ou seja, os elementos do quadro natural para delimitar as macrorregiões e os aspectos econômicos na delimitação das zonas fisiográficas. Magnago defende que em todos os níveis ou escalas, os critérios deveriam ser os mesmos, diferindo apenas o grau de generalização.

1.1. A relação entre região e geografia: a produção acadêmica que subsidia a divisão regional de 1969

Perides (1994) destaca o fato de que nas décadas de 1950 e 1960, geógrafos ligados ao IBGE passaram a produzir importantes trabalhos sobre urbanização, relacionando-os ao processo de industrialização. Os principais temas de estudos nesta fase foram as pesquisas de Geografia Urbana, principalmente sobre redes urbanas e trabalhos sobre regionalização que enfatizavam a análise sobre o setor terciário.

A Geografia se vinculou às idéias de desenvolvimento que tomaram corpo no Brasil na década de 1950, ressaltando o planejamento territorial. Neste contexto, a desigualdade espacial do desenvolvimento econômico passou a ser vista como um problema a ser resolvido por meio do planejamento regional, no qual as regiões cada vez mais passaram a ser concebidas em função de sua aplicabilidade, ou seja, às necessidades do planejamento, seguindo uma finalidade específica, menos acadêmica e mais política, pragmática.

Em meados da década de 1960, a produção acadêmica no Departamento de Geografia do IBGE ganha uma nova vertente, a Geografia Quantitativa, que, segundo Perides (1994), acaba por substituir as influências da escola francesa. Uma forte vinculação entre Geografia e Estatística surgiu no âmbito dos estudos de regionalização, realizados num contexto de criação de um novo sistema de planejamento criado nos primeiros anos dos governos militares. Esses estudos deveriam propiciar uma nova divisão regional centrada em processos de polarização de áreas em torno de atividades urbano-industriais.

A produção científica de geógrafos ligados ao IBGE contribuiu com os debates acerca da problemática regional, o que se pode constatar nos artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia, uma publicação do IBGE que revela grande parte de sua visão institucional. Deste modo, destacam-se os artigos de Pedro Pinchas Geiger (1967a, 1967b, 1969, 1970), Orlando Valverde (1967), Marília Velloso Galvão (1969) e Speridião Faissol (1973), os quais reproduzem em seus artigos diversos aspectos teórico-metodológicos contidos na Divisão Regional Brasileira de 1969.

2. A proposta de Divisão Regional do Brasil de 1969 - IBGE

Em 1967, o IBGE lança uma obra intitulada *Panorama Regional do Brasil* (IBGE, 1967b). Seus capítulos reúnem uma série de conferências realizadas em 1966 por equipes do IBGE, constituídas por geógrafos da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia.

A obra foi organizada em cinco capítulos, um para cada região, com a contribuição de importantes geógrafos, como Orlando Valverde no capítulo sobre a Amazônia, Roberto Lobato Corrêa no capítulo dedicado ao Nordeste, Pedro Pinchas Geiger e Fanny Rachel Davidovich no capítulo referente ao Sudeste, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro no capítulo relativo ao Brasil Meridional e Speridião Faissol e Marília Velloso Galvão no capítulo do Centro-Oeste.

O objetivo foi oferecer um panorama atualizado das características regionais do Brasil, salientando os contrastes entre partes diferenciadas das mesmas regiões e, sobretudo, apontar as desigualdades na evolução das mesmas. A justificativa para esta publicação aparece no texto de *Apresentação* da obra:

Com efeito, em países como o Brasil, o dinamismo dos fatos geográficos, insistentemente postos em evidência, [...] modifica rápida e acentuadamente as perspectivas regionais. Os fatores econômicos obedecendo ao considerável impulso do surto industrial que se acentuou recentemente, superimpõem-se ao pré-existente quadro natural e cultural, a ponto de tornar muito relativo o que até pouco tempo refletia uma realidade.

Assim, as grandes vias terrestres, de escala verdadeiramente transcontinental, implantadas nestas duas últimas décadas, originaram novos e poderosos fluxos, responsáveis por uma vida de relações inter-regionais de grande significado geográfico, e a própria implantação industrial molda diretamente novos quadros regionais, subvertendo formas de organização do espaço reconhecidas até há pouco tempo (IBGE, 1967b, p.5).

Perides (1994) aponta três argumentos utilizados pelo IBGE para o estabelecimento de uma nova divisão regional do Brasil, em substituição à divisão de 1945¹, expondo também suas críticas.

O primeiro argumento baseia-se na “evolução do conceito de região em Geografia”, que por sua vez permitiria uma “apreensão mais correta das realidades regionais brasileiras”; o segundo argumento assinala que a divisão regional anterior, com base nas regiões naturais, “não forneceriam quadros territoriais apropriados que pudessem ser utilizados pelas políticas

¹ Neste trecho, Perides se refere à divisão de 1945 que estabelece as Zonas Fisiográficas, contudo, fica claro que sua análise trata da Divisão Regional do Brasil de 1942, que instituiu as macrorregiões.

de planejamento e de desenvolvimento que se intensificaram a partir do final dos anos 50” (PERIDES, 1994, p.87); o terceiro argumento destaca as transformações vinculadas aos processos de urbanização e industrialização e um maior conhecimento sobre o território brasileiro, ambos inexistentes na divisão regional anterior.

Perides (1994) mostra que durante as décadas de 1950 e 1960 os estudos sobre a desigualdade espacial do desenvolvimento econômico apoiavam-se nas teorias sobre desenvolvimento regional, que passaram a fundamentar o planejamento regional. Este, por sua vez, passou a ser encarado como a solução para as desigualdades regionais.

Conceitos como “centro-periferia”, “espaços funcionais”, “regiões homogêneas”, “pólos de desenvolvimento”, dentre outros, foram largamente utilizados nos planos de desenvolvimento regional. Destaca-se que neste período o Estado passou a assumir um papel cada vez mais significativo e decisivo na política nacional. Nas décadas de 1950 a 1970, o planejamento regional tinha como inspiração a idéia de que o desenvolvimento depende da ação do Estado, criando infra-estrutura e promovendo a criação e/ou expansão de pólos de desenvolvimento. Dessa forma, o planejamento regional voltou-se para a industrialização com base em pólos geradores do progresso pela economia de aglomeração.

Em suma, o autor argumenta que a emergência do planejamento regional teria conferido às novas propostas de regionalização um caráter utilitarista, sendo que “a própria expressão regionalização passou a ser utilizada cada vez mais como uma divisão do espaço visando uma aplicação prática, uma finalidade específica” (Ibid., p.88), resultando numa preocupação mais política do que acadêmica. Neste aspecto a “Geografia Quantitativa”, fortemente utilitarista e a serviço do planejamento forneceu a base metodológica da nova divisão regional do Brasil, que unia-se ao propósito de se estabelecer uma nova divisão regional capaz de suprir as necessidades de expansão e de reprodução do capitalismo em sua fase monopolista.

2.1. Fundamentos teórico-metodológicos da nova regionalização

Desvendados os contrastes e desigualdades intra e extrarregionais na obra *Panorama Regional do Brasil*, juntamente a uma série de textos publicados nos fins dos anos 60 pelo IBGE e seus geógrafos - que buscavam justificar a necessidade de uma nova divisão regional -, surge em 1968 a obra *Subsídios à Regionalização* (IBGE, 1968).

Trata-se de uma parte do programa de estudos do IBGE sobre a organização do espaço brasileiro, realizado através da Divisão de Geografia em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Ministério do Planejamento. É com base neste estudo que será elaborada a Divisão Regional do Brasil no final da década de 1960, tendo sido revista em 1969 e oficializada em 1970, estando em vigor até a atualidade, guardadas algumas modificações que serão abordadas adiante.

Fizeram parte da equipe técnica os geógrafos Marília Velloso Galvão, Pedro Pinchas Geiger, Speridião Faissol, Lysia Bernardes e Elza Keller, além da contribuição de Michel Rochefort.

A pesquisa foi realizada entre os anos de 1966 e 1967, dividida em sete estudos/temas:

I. Domínios ecológicos

Neste capítulo são abordados os elementos do quadro natural, ou seja, a topografia, o clima, a vegetação, os solos, os recursos hídricos e minerais, a fim de promover a divisão do país em espaços homogêneos naturais.

A divisão do território em domínios ecológicos era tida como o critério que melhor traduzia a interação de todos os fatores físicos:

Considera-se domínio ecológico uma área onde as condições físicas são favoráveis ao desenvolvimento de determinadas espécies e onde há uma organização natural da paisagem, através de um equilíbrio entre as condições climáticas, biológicas, pedológicas e morfológicas.

Na delimitação dos domínios prevalecem os fatores climáticos e a vegetação, enquanto que na determinação dos subdomínios, ora são predominantes os fatores morfológicos [...], ora os fatores climáticos e a vegetação.

O conhecimento desses domínios e subdomínios, principalmente em áreas onde o homem mal penetrou, permitirá conhecer os recursos naturais, indicando, por conseqüência, a potencialidade e as possibilidades de sua utilização econômica. Nestas áreas, os domínios ecológicos deverão constituir os critérios principais da regionalização a serem utilizados nos processos de planejamento, com vistas à valorização do território (IBGE, 1968, p.11).

II. População

O “potencial humano” é analisado através da distribuição quantitativa e qualitativa da população e seus aspectos dinâmicos, buscando contribuir à divisão do Brasil em regiões homogêneas.

Os aspectos quantitativos referem-se à relação de hab./km² e distribuição da população em números absolutos segundo os quadros urbano e rural. Os aspectos qualitativos dizem

respeito à estrutura da população segundo os ramos de atividade e o nível de instrução, a estrutura por grupos de idade, a composição por sexo e os índices de nível de vida.

III. Regiões agrícolas

Visa fornecer subsídio à divisão do Brasil em regiões homogêneas, principalmente por se basear na unidade das atividades de produção.

Sendo a atividade agrícola, especialmente a mais difusa, o conhecimento das áreas com diferente organização da atividade agrária é fundamental por ser também decisivo ou exclusivo, em grandes extensões do território nacional, o papel da atividade agrícola na elaboração regional. [...] já que a organização do espaço em torno da vida agrária envolve componentes do quadro natural, recursos humanos e infraestrutura, o conteúdo das regiões homogêneas quanto a este aspecto setorial, a sua evolução e as suas características atuais são básicas para qualquer política de planejamento que vise a modificar e melhorar as formas atuais de organização espacial (IBGE, 1968, p.61).

Os elementos analisados para delimitar as regiões agrícolas foram:

- a) a estrutura agrária através do estudo da estrutura fundiária, dos regimes de trabalho e da densidade de população agrícola;
- b) a forma de utilização da terra através da análise da distribuição das culturas e pastagens;
- c) o modo de utilização da terra, através da distribuição dos implementos agrícolas;
- d) a produção agrícola através do estudo da distribuição e destinação dos principais produtos agropecuários e extrativos.

IV. Indústria

O capítulo apresenta estudos da atividade industrial dos gêneros têxtil, alimentar, metalúrgico e mecânico. Como critérios de seleção dos gêneros industriais adotaram-se o valor da produção e mão de obra no ano de 1962.

Foram elaborados cartogramas analíticos para os diversos grupos e subgrupos dos gêneros industriais a nível municipal:

- a) distribuição dos estabelecimentos;
- b) distribuição da mão de obra;
- c) flutuação do emprego;
- d) época da implantação industrial;

- e) classificação dos estabelecimentos segundo a quantidade da mão de obra ocupada e os investimentos para o aumento da produção através da inversão de capital em máquinas novas, usadas e ampliação de prédios.

V. Transportes

O estudo de infraestrutura de transportes avalia as regiões de acordo com a maior ou menor disponibilidade em meios de transportes, e propõe sua hierarquização quanto ao grau de acessibilidade de que dispõem, além de ponderar as circunstâncias que facilitam ou dificultam a circulação, “[...] permitindo, assim, avaliar o grau de atuação que os meios de transporte têm, no Brasil, como agentes organizadores do espaço” (IBGE, 1968, p.159).

Para determinar as regiões brasileiras com a mesma infraestrutura de transportes, foi feita a análise de cartogramas de sua distribuição espacial:

Para o transporte ferroviário foram organizados mapas com o traçado da rede ferroviária brasileira, os tipos de bitolas, tipos de lastro e o peso suportado pelos trilhos das diferentes estradas de ferro. No transporte rodoviário levou-se em conta o mapa da rede rodoviária e o tipo de estrada – pavimentada, de tráfego permanente e temporário. Para o estudo da navegação interior foram utilizados os seguintes elementos: trechos fluviais navegáveis, trechos de maior intensidade do tráfego fluvial, presença de portos e projetos de interligação de bacias fluviais. Para a navegação aérea elaborou-se um mapa com a distribuição dos aeroportos brasileiros, classificados segundo a existência ou não de escalas regulares e os tipos de pistas de aterrissagem; conseguiu-se, assim, uma hierarquia dos aeroportos, englobando as seguintes categorias: campos de pouso, aeroportos pequenos, médios e grandes, aeroportos especiais (IBGE, 1968, p.59).

VI. Atividades terciárias

Neste tema, fica explícita a idéia de que uma compreensão adequada do setor terciário só seria possível através de uma análise regional, visto que o país apresentava uma grande extensão territorial e também importantes desequilíbrios regionais. Além disso, o desenvolvimento das atividades terciárias representaria o próprio desenvolvimento econômico de um país, como o trecho abaixo nos aponta:

O setor terciário de um país encontra-se profundamente vinculado ao seu estágio de desenvolvimento econômico. Ele é o verdadeiro reflexo da conjuntura atual dos setores de produção, isto é, das atividades primária e secundária consideradas em seu aspecto global. Assim, a simples análise dos equipamentos terciários permite uma avaliação indireta da potencialidade econômica de uma região. [...]

Havendo esta estrita vinculação entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social de uma região, naturalmente haverá também subordinação estreita entre a maior ou menor complexidade da rede urbana

aos fatos acima citados, desde que os serviços tem antes de mais nada uma faceta tipicamente urbana, possuindo ainda tendência à hierarquização. [...] O quadro dos equipamentos terciários possui assim, um alto significado para o diagnóstico do país, permitindo a sua análise uma regionalização do processo de desenvolvimento, caracterizando áreas homogêneas, em termos de serviços em igual nível de dinamismo (IBGE, 1968, p.171).

Na análise do setor de serviços, foram selecionadas sete categorias de equipamentos:

- a) serviços de crédito: bancos, companhias de seguro, cooperativas, sociedades de credito, financiamento e investimento;
- b) serviços profissionais: médicos, dentistas, advogados, agrônomos;
- c) serviços educacionais;
- d) serviços culturais: cinemas e teatros, radiodifusoras, jornais e bibliotecas;
- e) serviços de saúde;
- f) serviços públicos urbanos: distribuição de água, coleta de esgoto, eletricidade, telefone;
- g) organização sindical.

VII. Centralidade

Os estudos de centralidade focaram as relações entre as cidades, sobretudo no que diz respeito ao setor de serviços e ao estabelecimento de uma hierarquia urbana.

A função básica de uma cidade seria a de distribuir bens e serviços para um determinado espaço onde se encontram os consumidores desses bens e serviços; empresas de produção e empresas comerciais, além de consumidores individuais. Cada cidade possui o seu próprio mercado consumidor, constituído também pelas empresas e população localizadas numa área externa à cidade, a sua área de mercado. Deste modo, o consumo de bens e serviços gera fluxos entre o espaço de uma cidade que, pelo seu equipamento funcional torna-se o centro de atração de um determinado espaço, a sua região de consumo, gravitando em torno de uma localidade central.

No entanto, os bens e serviços apresentam entre si diferenças quanto à natureza, e a frequência de consumo. Verifica-se uma diferença na localização dos diversos bens e serviços segundo a frequência a que eles se recorre.

Os bens e serviços de consumo muito freqüente geralmente são localizados em pequenas cidades, enquanto outros de consumo menos freqüente ficam localizados numa cidade maior, de fácil acesso à população que vive nas cidades do entorno. Dessa forma, mercado e acessibilidade são os fatores fundamentais na diferenciação das cidades no que diz respeito à distribuição de bens e serviços.

A noção de hierarquia urbana está ligada a essa diferenciação entre as cidades. A localidade de mais alta hierarquia presta os bens e serviços A, B, C, D, E, F, G, H, I, as de hierarquia dois os bens e serviços A, B, C, D, E, F, enquanto as de hierarquia três apenas os serviços A, B, C. Em outros termos a hierarquia urbana é caracterizada pela dependência entre localidades centrais que prestam bens e serviços de raridade cada vez maior, e o grau hierárquico de uma cidade pode ser definido, pelo menos teoricamente, pelo seu equipamento funcional, que indica a capacidade de atração dessa cidade sobre um determinado espaço. Estes diferentes espaços apresentam-se, em função da hierarquia urbana, integrados em áreas cada vez maiores, com contingentes demográficos mais importantes, e dotados de localidades centrais de hierarquia cada vez mais elevada, até o nível do espaço nacional comandado pela metrópole nacional (IBGE, 1968, p.179).

É com base nessa conceituação da teoria da localidade central de W. Christaller que o IBGE realizou estudos sobre os centros urbanos no Brasil.

A metodologia utilizada nos estudos de centralidade baseou-se naquela empregada por M. Rochefort e J. Hautreux para a França, buscando-se adaptá-la ao caso brasileiro. Essa nova metodologia aplicada ao Brasil constituiu-se por duas partes:

- a) Equipamento Funcional: foram selecionados 24 tipos de produtos industriais: filmes cinematográficos, material fotográfico, elevadores, produtos farmacêuticos, máquinas e motores, equipamento e material elétrico, borracha, brinquedos, livros e revistas, material plástico, vidros e vasilhames, sabões e detergentes, produtos metalúrgicos, produtos alimentares, gás carbônico e oxigênio, derivados de petróleo, máquinas de costura, cigarros, equipamento de escritório, material de construção, caminhões, tratores, automóveis e tecidos. Além dos tipos de produtos industriais, os equipamentos funcionais foram classificados em cinco categorias de equipamentos de distribuição de serviços: serviços ligados ao capital, serviços de administração e direção, serviços de educação, serviços de saúde e serviços de divulgação.
- b) Área de Influência das Cidades: verificada através da utilização de questionários elaborados pelo IBGE/IPEA, distribuídos aos municípios e preenchidos pelos agentes municipais de estatística. O questionário tinha um caráter qualitativo. Nele perguntava-se onde a população do município recorria à procura de bens e serviços quando o município não os dispunha. Os quesitos utilizados para a distribuição de produtos industriais foram os seguintes: abastecimento do comércio atacadista, abastecimento do comércio varejista, abastecimento em produtos finos e especializados e abastecimento de produtos para a economia agrária. Em relação à distribuição de serviços, considerou-se: atendimento bancário, atendimento

hospitalar, atendimento dos médicos especializados e atendimento do ensino médio. Cada item deu origem a um mapa de área de influência. Posteriormente realizou-se a síntese dos mapas, obtendo-se a área de influência final de cada centro urbano².

Cada um dos sete estudos/temas gerou uma série de mapas e cartogramas que foram utilizados na elaboração de uma síntese, resultando na nova divisão regional brasileira. Entretanto, esses estudos que nortearam a nova proposta de divisão regional levaram à constatação de que não seria suficiente definir e implementar uma única divisão regional para o Brasil. De acordo com Perides (1994), a ampliação e diversificação da ação do Estado teria estimulado divisões regionais específicas para os diferentes objetivos de intervenção estatal, decorrente do estabelecimento da relação entre o conceito de região e o planejamento regional.

2.2. Não uma, mas três propostas de divisão regional

A partir dos levantamentos realizados pelo IBGE e presentes na publicação *Subsídios à Regionalização* (1968), Perides (1994) aponta a emergência de três divisões regionais do Brasil, cada qual representando diferentes “modelos de divisões regionais”.

As três propostas de divisão regional estariam ligadas à “Geografia Quantitativa”, responsável pela abordagem dualística em termos de homogeneidade e de “vida de relação”, que seriam dois critérios coexistentes, mas inconciliáveis. Para Perides (1994), essa abordagem dificulta uma análise integrada do espaço, enfraquecendo a idéia de totalidade espacial, que de certa forma estaria presente nas propostas dos geógrafos franceses ligados à “Geografia Ativa”, que haviam marcado sua presença na produção geográfica até então.

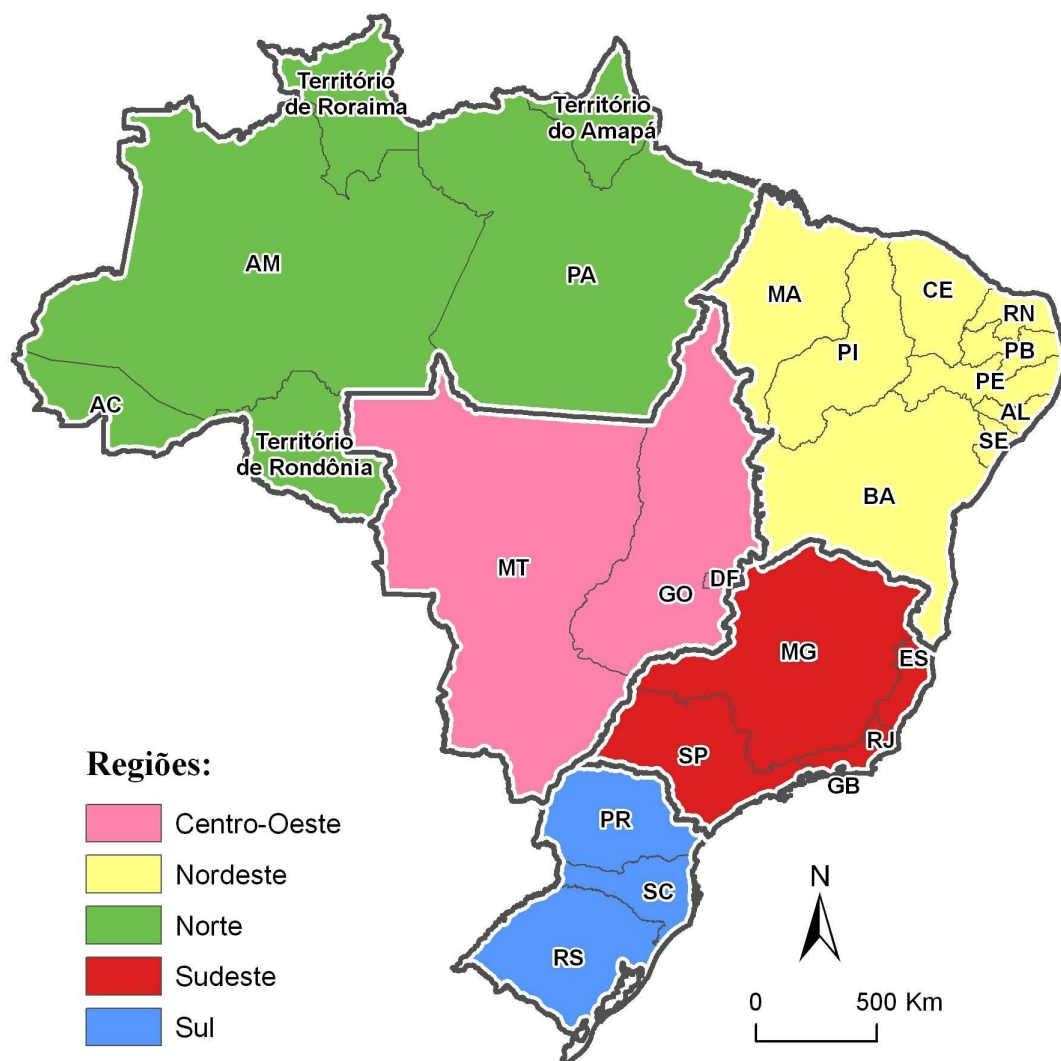
² Uma observação importante diz respeito ao município como unidade de referência, isto é, todos os distritos de um município são considerados como área de influência da cidade que atrai o distrito sede, mesmo que alguns sejam atraídos por outras cidades. Deste modo, cada município é integralmente representado como área de influência de uma só cidade polarizadora, mesmo que possua partes polarizadas por outras cidades. Como resultado, temos a imprecisão na delimitação das áreas de influência de um centro urbano.

2.2.1. Divisão Regional do Brasil – IBGE, 1969

Esta divisão regional do Brasil utilizou o critério de homogeneidade. Seu objetivo foi agrupar os dados estatísticos, ser útil ao ensino da Geografia e também servir de base para a regionalização da ação estatal. Foram definidos dois níveis hierárquicos:

- microrregiões homogêneas: “definidas como *‘formas de organização em torno da produção’*, a homogeneidade seria expressa por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos” (PERIDES, 1994, p.90, grifo nosso), sendo constituídas pelo agrupamento de municípios que apresentam características de homogeneidade em comum. Seria utilizada para fins estatísticos.
- macrorregiões homogêneas: diferentemente dos critérios naturais de homogeneidade utilizados na divisão regional de 1942, aqui “as características de homogeneidade da região foram definidas pela combinação de aspectos naturais, sociais e econômicos, que nesse sentido não diferia muito das antigas ‘regiões geográficas’ vidalianas, concretizadas numa ‘paisagem’ criada pelo homem” (PERIDES, 1994, p.90). As macrorregiões seriam utilizadas para o planejamento e também para o ensino.

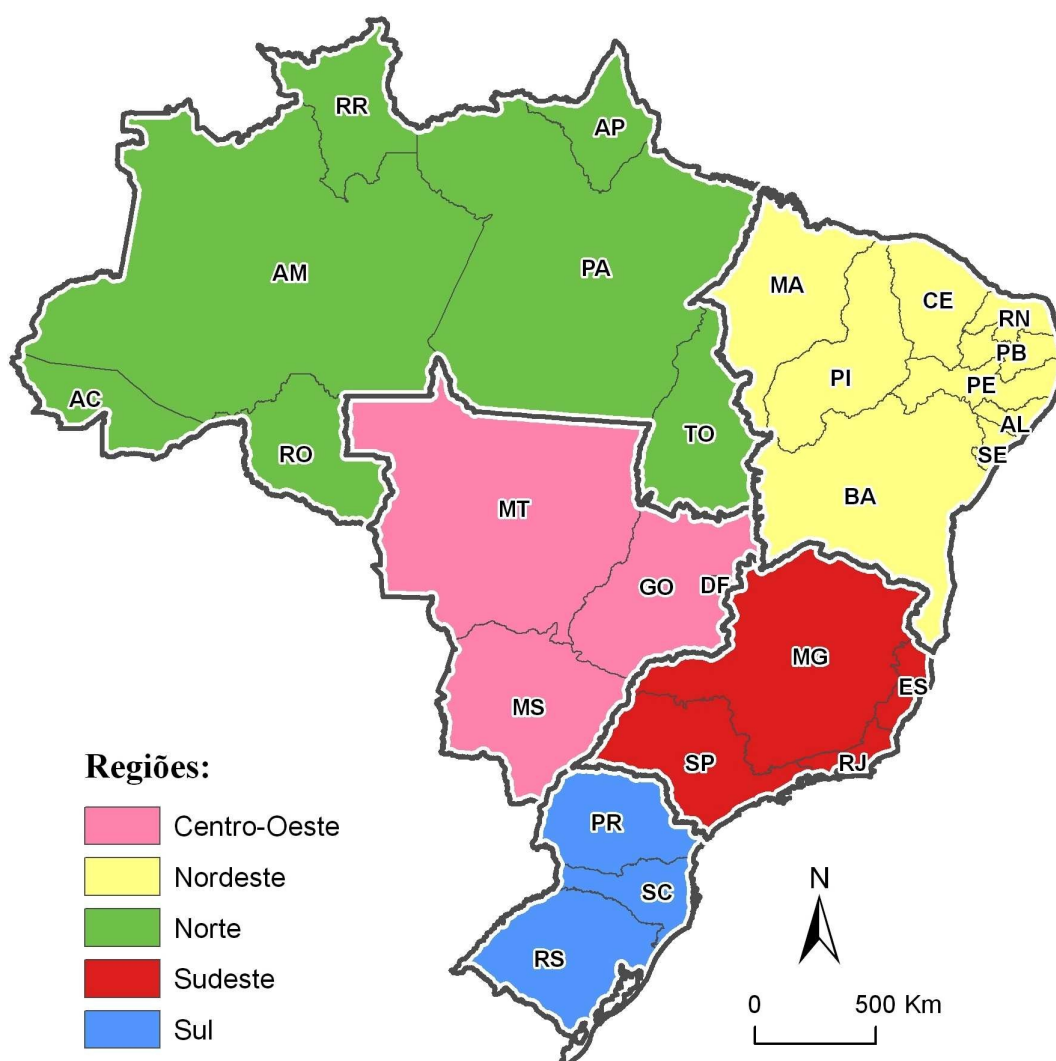
Por conseguinte, tem-se em 24 de novembro de 1970 a publicação no Diário Oficial da União do Decreto 67.647, com retificação em 4 de dezembro do mesmo ano, no qual o artigo 1º estabelece a divisão regional do Brasil elaborada pelo IBGE em 1967, revista em 1969 e divulgada através da Resolução nº 1 da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas em 8 de maio de 1969 (IBGE, 2002).



Mapa 1 – Divisão Regional do Brasil – IBGE, 1969.
 Fonte: IBGE (2002). (Org.: Simone Affonso da Silva).

Regiões	Estados, Territórios e Distrito Federal
Centro-Oeste	estados do Mato Grosso e Goiás e Distrito Federal.
Nordeste	estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Bahia e território federal de Fernando de Noronha
Norte	estados do Amazonas, Pará e Acre e territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia
Sudeste	estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo
Sul	estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Quadro 2 – Composição da Divisão Regional do Brasil – IBGE, 1969.
 Fonte: IBGE (2002). (Org.: Simone Affonso da Silva, 2009).



Mapa 2 – Divisão Regional do Brasil – IBGE, 2002.

Fonte: IBGE (2002). (Org.: Simone Affonso da Silva).

Regiões	Estados e Distrito Federal
Centro-Oeste	estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e Distrito Federal.
Nordeste	estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.
Norte	estados do Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins.
Sudeste	estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.
Sul	estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Quadro 3 – Composição da Divisão Regional do Brasil – IBGE, 2002.

Fonte: IBGE (2002). (Org.: Simone Affonso da Silva, 2009).

A divisão em grandes regiões sofreu alterações nas décadas de 1970 e 1980 no tocante à extinção, criação e alteração de categoria de algumas unidades federadas. Por meio de Lei Complementar Federal, houve a transformação do estado da Guanabara em município do Rio

de Janeiro em 1974, a criação do estado do Mato Grosso do Sul em 1977 (desmembrado de Mato Grosso), e a transformação do Território Federal de Rondônia em estado em 1982; através da Constituição Federal de 1988, a criação do estado de Tocantins (desmembrado de Goiás), a extinção do território federal de Fernando de Noronha (transformado em Distrito Estadual pertencente à Pernambuco), e a transformação dos territórios federais de Roraima e Amapá em estado (IBGE, 2002).

2.2.2. Regiões Funcionais Urbanas – IBGE, 1972

Na década de 1970, a partir de conceitos ligados à Teoria Geral dos Sistemas e ao Paradigma Centro-Periferia novas tendências teórico-metodológicas sobre região e regionalização ganham destaque. A cidade aparece como um centro local de poder que controla o desenvolvimento, configurando as “*core regions*” ou “centros”, que acabam por subordinar as regiões periféricas, a este hierarquicamente ligadas. Nesse contexto foi marcante a análise da estrutura espacial brasileira a partir das relações de autoridade-dependência exercidas a partir de grandes cidades, destacando-se como elementos principais a economia industrial e a ação estatal nas políticas de “Integração Nacional”. Além desses elementos, considerava-se também o papel dos transportes, o processo histórico de cada região, os relacionamentos ou vínculos entre os centros urbanos e a posição em relação ao centro, ou seja, o Sudeste (MAGNAGO, 1995). Em decorrência dessas novas pesquisas, o IBGE publica, em 1972, as Regiões Funcionais Urbanas³.

Esta segunda divisão regional utilizou como critério a “vida de relações”, ou seja, as áreas de influência urbana e a hierarquia urbana. A partir dos estudos realizados em *Subsídios à Regionalização* (IBGE, 1968), foi divulgado o *Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados* (IBGE, 1967a), sendo a *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, publicada pelo IBGE em 1972, como conclusão inicial desta linha de estudos.

³ Também sob a influência da Teoria Geral dos Sistemas o IBGE definiu, em 1976, 87 mesorregiões homogêneas, a partir da agregação das microrregiões, utilizando os mesmos critérios de homogeneidade da divisão regional de 1969.

A Divisão em Regiões Funcionais Urbanas visava auxiliar a política de descentralização administrativa e fornecer subsídios às políticas de desenvolvimento local, regional e nacional.

Como aponta Magnago (1995), a metodologia adotada consistia na contagem de relacionamentos ou vínculos mantidos entre os centros urbanos através de setores de atividade, procurando-se medir os fluxos agrícolas e fluxos de distribuição de bens e serviços, utilizando como indicadores a rede viária e os locais de distribuição de bens e serviços.

As regiões funcionais urbanas foram reavaliadas em 1976 e revistas e publicadas em 1987 pelo IBGE sob o título de *Regiões de Influência das Cidades*.

Em 1993, iniciaram-se novos estudos visando à atualização desse quadro regional, e, como resultado, tem-se uma nova divisão regional, *Regiões de Influência das Cidades*, publicada pelo IBGE em 2000.

Em 2007, uma nova atualização das *Regiões de Influência das Cidades* foi realizada, sendo publicada em 2008 (IBGE, 2008d).

O quadro a seguir mostra uma síntese das mudanças sofridas na composição da regionalização segundo áreas de influência urbana e a hierarquia urbana, nas quatro versões produzidas pelo IBGE.

Regionalizações segundo a hierarquia dos centros urbanos				
Denominação	Regiões Funcionais Urbanas	Regiões de Influência das Cidades	Regiões de Influência das Cidades	Regiões de Influência das Cidades
Base de dados	1966	1978	1993	2007
Publicação	1972	1987	2000	2008
Hierarquia urbana	<p><u>1º Nível:</u> 10 Regiões Urbanas:</p> <p>a) Grande Metrópole Nacional – São Paulo;</p> <p>b) Metrópole Nacional – Rio de Janeiro;</p> <p>c) Centros Metropolitanos regionais – Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre;</p> <p>d) Centros Macrorregionais – Curitiba, Fortaleza, Belém e Goiânia.</p>	<p><u>1º Nível:</u> 11 Regiões de Influência (Metrópoles Nacionais) – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia.</p>	<p><u>1º Nível:</u> Centralidade Máxima: 9 cidades (Metropolitano) – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Salvador, Recife e Fortaleza.</p>	<p><u>1º Nível:</u> 12 Metrôpoles:</p> <p>a) Grande Metrópole Nacional – São Paulo;</p> <p>b) Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília;</p> <p>c) Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.</p>
	<p><u>2º Nível:</u> 66 Centros Regionais, subdivididos em duas hierarquias – 2a e 2b.</p>	<p><u>2º Nível:</u> Centros Submetropolitanos.</p>	<p><u>2º Nível:</u> Centralidade Muito Forte: 24 cidades (predominantemente Submetropolitano).</p>	<p><u>2º Nível:</u> 70 Capitais Regionais:</p> <p>a) Capital Regional A – constituída por 11 cidades;</p> <p>b) Capital Regional B – constituída por 20 cidades;</p> <p>c) Capital Regional C – constituída por 39 cidades.</p>
	<p><u>3º Nível:</u> 172 Centros Sub-regionais, subdivididos em duas hierarquias – 3a e 3b.</p>	<p><u>3º Nível:</u> Capitais Regionais.</p>	<p><u>3º Nível:</u> Centralidade Forte: 35 cidades (predominantemente Capital Regional).</p>	<p><u>3º Nível:</u> 556 Centros de Zona:</p> <p>a) Centro de Zona A – 192 cidades;</p> <p>b) Centro de Zona B – 364 cidades.</p>
	<p><u>4º Nível:</u> 470 Centros Locais, subdivididos em duas hierarquias – 4a e 4b.</p>	<p><u>4º Nível:</u> Centro Subregional.</p>	<p><u>4º Nível:</u> Centralidade Forte para Médio: 108 cidades (predominantemente Centro Subregional).</p>	<p><u>4º Nível:</u> 4 473 Centros Locais.</p>
		<p><u>5º Nível:</u> Centros de Zona.</p>	<p><u>5º Nível:</u> Centralidade Média: 141 cidades (tendendo para Centro Subregional).</p>	
			<p><u>6º Nível:</u> Centralidade Média para fraca: 195 cidades (predominantemente de Centro de Zona ou Centro Local).</p>	
			<p><u>7º Nível:</u> Centralidade Fraca: 250 cidades (tendendo a Centro de Zona ou Centro Local).</p>	
			<p><u>8º Nível:</u> Centralidade Muito Fraca: 3733 cidades (Municípios Subordinados).</p>	

Quadro 4 – Regionalizações segundo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões a eles associadas.
 Fonte: BEZZI (1996); IBGE (2008d; 2000) (Org.: Simone Affonso da Silva, 2009).

Na versão mais recente publicada pelo IBGE, em 2008, encontram-se as seguintes considerações acerca da divisão em Regiões de Influência das Cidades:

Ao investigar a rede urbana brasileira, pretende-se subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem (IBGE, 2008d).

A partir da análise das divisões regionais com base na hierarquia urbana, nota-se a permanência da concepção da cidade como o local privilegiado para a instalação dos serviços sociais básicos, sendo capaz de atender à população de uma região por seu caráter polarizador, sua centralidade. Essa idéia está presente desde a primeira versão, realizada em 1972.

Em outras palavras, a linha de pesquisa do IBGE acerca da regionalização segundo a hierarquia dos centros urbanos busca apenas atualizar o quadro regional ao identificar as mudanças na rede urbana ao longo do tempo, absorvendo obviamente novos elementos que surgiram da própria complexificação da realidade e de suas leituras, contudo, não apresenta rupturas marcantes nos aspectos teórico-metodológicos utilizados no processo de regionalização.

Os principais marcos teóricos e metodológicos permanecem. Por exemplo, os estudos anteriores definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras a partir de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços, nos anos de 1966, 1978 e 1993. A divisão atual parte do avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e das transformações decorrentes das novas formas de comunicação, considerando também as novas redes de produção e distribuição, de prestação de serviços e de gestão política e econômica que estabelecem os nós, constituídos pelas cidades.

Segundo o IBGE (2008d),

Atualmente convivem dois tipos de sistema urbano - o sistema de localidades centrais, com regiões formadas no entorno dos centros, e o sistema reticular, em que a cidade funciona como nó de uma rede mundial. [...] a rede urbana divide-se entre uma arquitetura clássica desenhada pelos fluxos materiais [...], e os pontos inseridos nas redes globais, mais dinâmicos economicamente.

Portanto, haveria as redes hierárquicas, caracterizadas pelas estruturas de localidades centrais e as relações de complementaridade entre os centros urbanos, e redes não hierárquicas, definidas pelas ligações horizontais entre centros de mesmo nível.

Como o próprio IBGE aponta, ao se analisar as principais diferenças entre as Regiões de Influência das Cidades de 2008 em relação aos quadros anteriores, verifica-se que a rede urbana apresenta notável estabilidade, principalmente no que se refere aos níveis hierárquicos mais altos, que, de modo geral, mantêm-se os mesmos, comprovada pela ascensão de apenas duas cidades ao 1º Nível, Manaus e Brasília. As principais alterações são mais freqüentes nos níveis de hierarquia intermediária e baixa, decorrentes do desenvolvimento do processo de ocupação do território nessas quatro décadas, evidenciadas pelo surgimento de diversos centros urbanos nas áreas de expansão da ocupação, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Contudo, nesta última revisão dos estudos para a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras ressalta-se a distinção de duas grandes linhas. Na primeira regionalização, de 1972, foram inicialmente definidos e classificados os centros segundo seu equipamento, sendo posteriormente identificadas, com base nos fluxos, suas áreas de influência. Por outro lado, as regionalizações de 1987 e 2000 estabelecem a hierarquia dos centros e definem suas áreas de influência em uma única etapa, limitando seu escopo ao dos questionários.

A regionalização de 2008 retoma a concepção utilizada nos primeiros estudos realizados no IBGE, que resultaram na *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, de 1972, ou seja, estabelece inicialmente uma classificação dos centros e, a seguir, delimita suas áreas de influência.

Os mapas correspondentes às Regiões Funcionais Urbanas de 1972 e às Regiões de Influência das Cidades de 1987, 2000 e 2008 estão disponíveis nos Anexos A, B, C e D, respectivamente.

2.2.3. Regiões de Planejamento

A terceira divisão regional do Brasil proposta pelo IBGE tenta combinar a Divisão Regional do Brasil, de 1969, e as Regiões de Influência das Cidades, de 1972. Seu objetivo é servir ao planejamento, contribuindo com as políticas de desenvolvimento regional ao definir áreas para a implementação de órgãos de desenvolvimento regional, como as superintendências de desenvolvimento.

Contudo, essa terceira divisão regional esbarrava no fato de que os critérios de homogeneidade e os critérios da “vida de relações” seriam, em princípio, excludentes. Mas, para os geógrafos quantitativistas da década de 1960, articular essas duas unidades espaciais era apenas um problema de ordem técnica.

Devido aos entraves de ordem teórico-metodológica, esta regionalização nunca foi efetivada, impossibilitando-nos de analisá-la mais profundamente.

2.3.Década de 1980: novos conceitos e teorias

Na década de 1980, a Teoria Marxista é resgatada como um “novo” aporte teórico, sobretudo no que se refere à expansão do capitalismo e as diferenciações espaciais decorrentes desse processo. Conceitos como “totalidade espacial”, “modo de produção”, “formação social”, “processo social”, “metropolização”, dentre outros, aparecem como centrais nos estudos regionais, já que a região passa a ser vista como um reflexo da “totalidade espacial”, como resultado de processos abrangentes que atuam sobre a totalidade espaço-social.

2.3.1. Microrregiões e Mesorregiões Geográficas

No final da década de 1980, a configuração espacial brasileira já era bem diferente daquela que norteou a divisão regional realizada em 1969. Assim, o IBGE passa a rever as divisões intermediárias: as microrregiões e mesorregiões homogêneas.

Partia-se da premissa que o desenvolvimento capitalista de produção teria afetado de maneira diferenciada o Território Nacional, com algumas áreas sofrendo grandes mudanças institucionais e avanços socioeconômicos, enquanto outras se manteriam estáveis ou apresentariam problemas acentuados. Reconhecia-se o papel das condições naturais na orientação das formas de ocupação e produção agrárias, bem como identificavam-se os processos de metropolização e industrialização como elementos estruturadores do espaço (MAGNAGO, 1995, p.85).

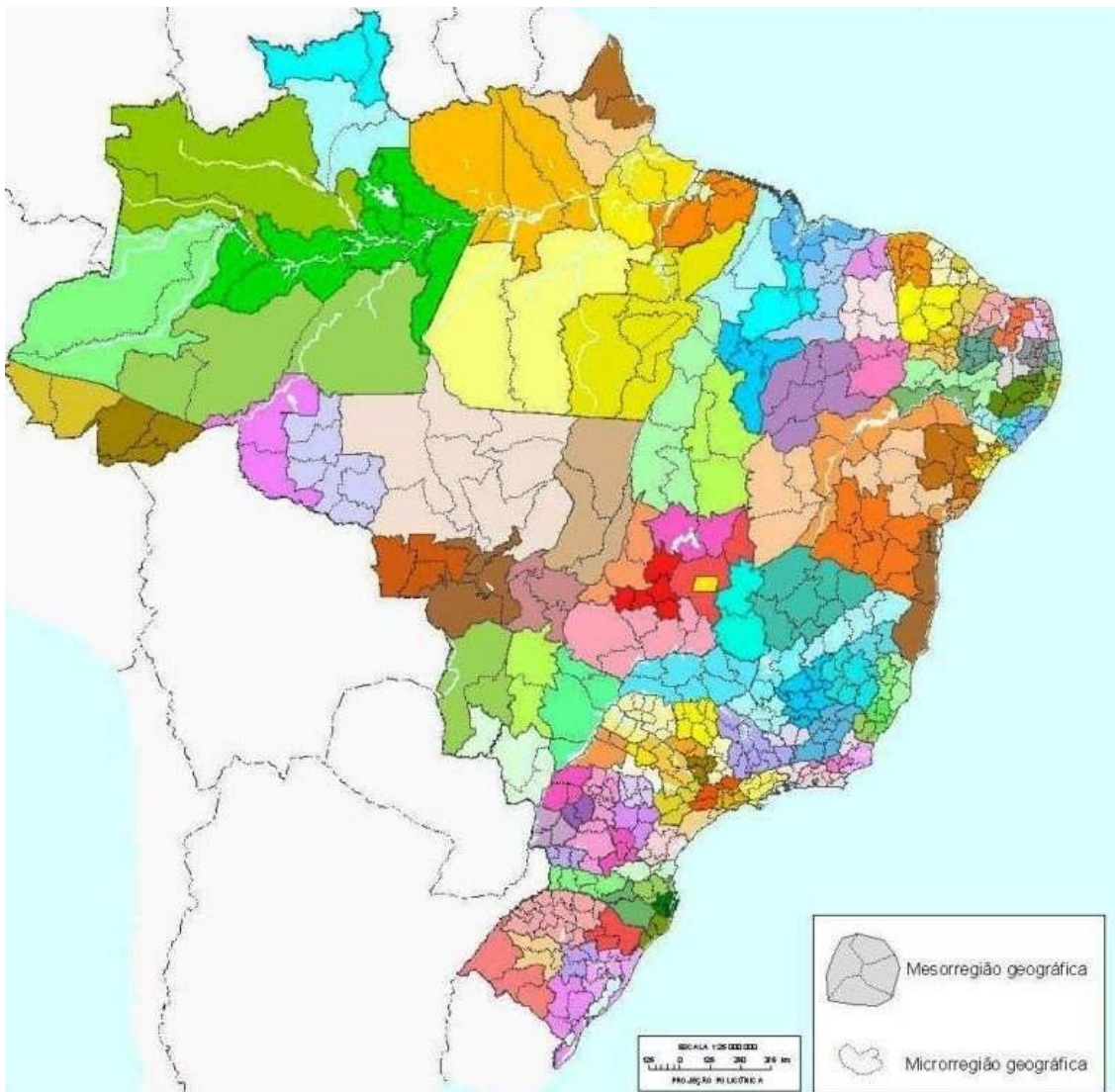
A base conceitual da nova regionalização em microrregiões e mesorregiões geográficas foi o conceito de organização espacial, tido como “[...] diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial” (IBGE, 1990).

A metodologia adotada apoiava-se na noção de totalidade nacional, tomando as unidades da federação como universo de análise, diferindo da metodologia anterior que baseava-se na agregação de áreas segundo critérios de homogeneidade.

Convém ressaltar o respeito aos limites políticos administrativos estaduais e municipais. Assim, as unidades da federação foram tomadas como universo de análise, e posteriormente, por divisões sucessivas através do processo analítico, identificaram-se as escalas regionais subseqüentes, ou seja, as mesorregiões e as microrregiões.

As microrregiões e mesorregiões passaram a ser denominadas de geográficas, sendo a mesorregião geográfica definida através “[...] do processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial” (IBGE, 1990). Já as microrregiões geográficas foram consideradas como partes das mesorregiões, sendo definidas segundo as especificidades da estrutura produtiva, do quadro natural e sobre as relações sociais e econômicas que compunham a vida de relações locais.

Esse modelo de divisão regional em microrregiões e mesorregiões geográficas proposto em fins da década de 1980, em que pese suas limitações, corresponde ao modelo ainda vigor.



Mapa 3 – Microrregiões e Mesorregiões Geográficas – IBGE, 1990.
 Fonte: IBGE (2002).

2.4. Regiões Funcionais Urbanas, Microrregiões e Mesorregiões Geográficas: complementaridades da Divisão Regional de 1969

Embora o objetivo deste capítulo seja abordar a Divisão Regional do Brasil de 1969, realizada pelo IBGE, outras propostas de regionalização também foram brevemente descritas ou citadas, pois também fizeram/fazem parte de um processo mais amplo de regionalização do país. É o caso das divisões em microrregiões e mesorregiões, tidas como complementares às macrorregiões, face à sua obsolescência.

Através desse conjunto de divisões regionais, podemos ter uma noção da complexidade do país, que demandou mais de um modelo de divisão regional objetivando-se abranger ao menos uma parte significativa dos elementos que compõem a realidade, a fim de melhor compreendê-la.

As mudanças teórico-metodológicas que foram apontadas também nos permitem notar o quão complexo é o debate acerca da temática regional.

O gráfico abaixo mostra, resumidamente, a evolução da divisão regional oficial brasileira, elaborada pelo IBGE.

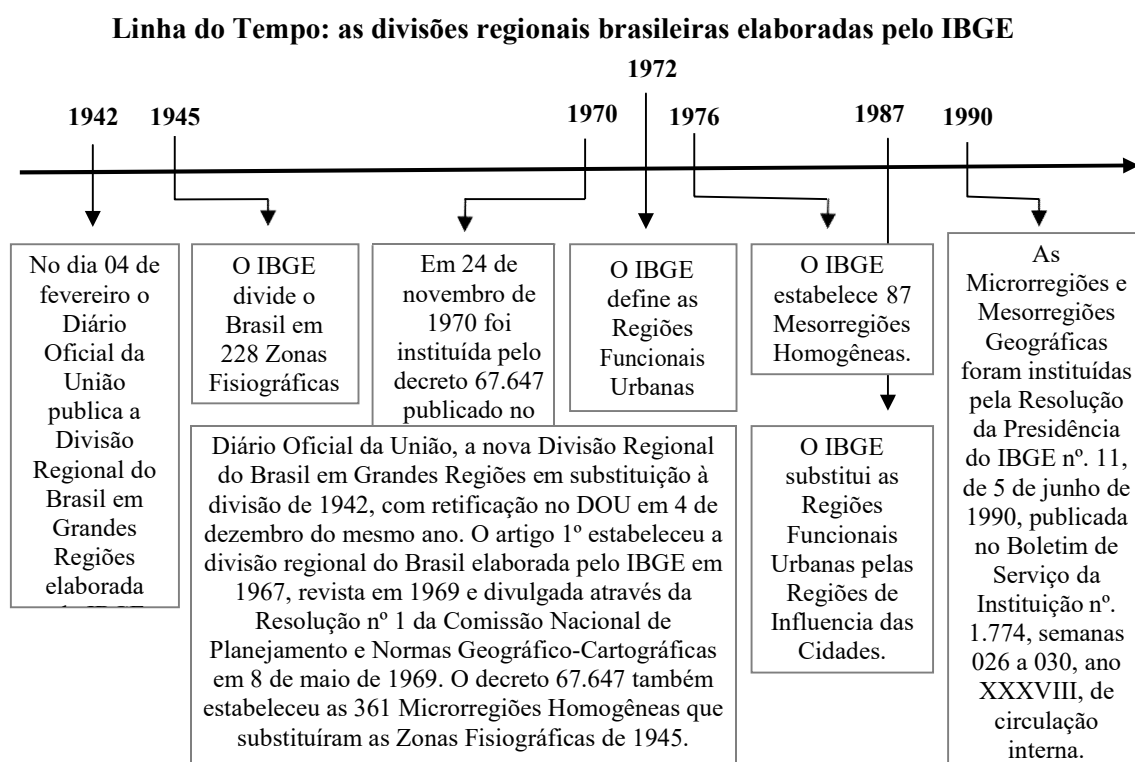


Figura 1 – A evolução da divisão regional brasileira oficial.
Fonte: MAGNAGO (1995); IBGE (2002). (Org. Simone Affonso da Silva, 2009).

Não podemos deixar de ressaltar a forte ligação entre regionalização, geografia urbana, geografia econômica e planejamento regional, que acabaram por conferir como propósito à regionalização brasileira o uso para fins estatísticos e de planejamento, principalmente na esfera do Governo Federal.

Partindo da análise da Divisão Regional do Brasil de 1969 e das regionalizações posteriores realizadas pelo IBGE, notamos a presença da dicotomia entre Geografia Humana e Geografia Física, isto porque enquanto a Divisão Regional de 1969 em macrorregiões privilegia como critérios os fatores físicos/naturais, as Regiões Funcionais Urbanas de 1972

destaca os fatores econômicos. Mesmo as Microrregiões e Mesorregiões Geográficas de 1989/90, que sugerem a utilização tanto de fatores físico/naturais como humanos, não foram capazes de por fim à essa dicotomia à escala macrorregional, através de uma nova divisão em substituição à de 1969.

O surgimento da *Nova Proposta de Regionalização do Brasil em Microrregiões e Mesorregiões Geográficas*, que será utilizada como base territorial para o Censo Demográfico de 2010 é uma prova de que a divisão em microrregiões e mesorregiões é tida como uma complementaridade da divisão regional do Brasil em macrorregiões, face à sua obsolescência e dificuldades em se promover uma nova divisão para essa escala,

Segundo notícia veiculada no site do IBGE (2008a), em 01/07/2008 ocorreu o *Seminário Nacional com as Instituições Responsáveis por Limites Político-Administrativos* (2008c) com a participação das instituições estaduais e municipais responsáveis pela definição dos limites político-administrativos do País. Para esta reunião foram convidados: os representantes do Senado Federal; Câmara dos Deputados; Tribunal de Contas da União; Ministros de Estado de pastas relacionadas com o tema; Comissões de Assuntos Econômicos, de Desenvolvimento Regional e Turismo, ambas do Senado Federal; Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados; Assembléias Legislativas; Secretarias de Estado de Planejamento; órgãos estaduais de terra e cartografia; Confederação Nacional dos Municípios; Associação Brasileira de Municípios e Frente Nacional dos Prefeitos.

O objetivo era definir os limites territoriais estaduais e municipais que serão adotados no Censo de 2010, pois as imprecisões nos descritivos dos perímetros expressos nas leis podem acarretar problemas de interpretação dos limites do território de cada localidade municipal e estadual. A definição dos limites municipais e das divisas estaduais é atribuição de estados e municípios, entretanto, ao promover esse seminário, o IBGE e o Ministério do Planejamento buscaram a cooperação dos estados e municípios para que a base territorial do Censo de 2010 reflita a realidade da divisão político-administrativa do Brasil.

Segundo a notícia disponível do site do IBGE, até o dia 31 de julho de 2009, o IBGE estaria à disposição para discutir essas questões com os interessados no tema e, a partir de 1º de agosto de 2009, concluiria o trabalho de preparação da Cartografia do Censo Demográfico de 2010, que será usada para definir o campo de trabalho de cada uma dos cerca de 200 mil recenseadores contratados para realizar o recenseamento da população brasileira, no período de 1º de agosto a 30 de novembro de 2010.

De acordo com o IBGE (2008d), o objetivo da nova proposta de regionalização é atualizar a Divisão Regional do Brasil em Microrregiões e Mesorregiões Geográficas, elaborada pelo Departamento de Geografia e institucionalizada em 1990, devido, principalmente, à contínua subdivisão municipal verificada de 1990 até a atualidade.

A relevância do projeto é definida pela necessidade de

fornecer uma base geográfica atualizada para a divulgação de dados estatísticos do IBGE, especialmente para a divulgação de informações do Censo Demográfico 2010; oferecer elementos para a compreensão atualizada da realidade territorial do país, vista em sua diversidade regional; elaborar metodologia que contemple a diversidade territorial brasileira (Idem).

Segundo apresentação realizada pelo IBGE (2008b), houve um segundo evento importante para o estabelecimento da nova regionalização em micro e mesorregiões, a saber, o *Seminário Nacional sobre Regionalização*, realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2008, em Brasília. As instituições organizadoras foram o Ministério da Integração - Secretaria de Desenvolvimento Regional, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, o IBGE e o CONSEPLAN - Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento.

Como resultados do Seminário, a apresentação aponta a definição de critérios preliminares para estabelecer dimensões de análise para regionalização (sócio-cultural, ambiental, econômica e político-institucional), sugestões preliminares para o tratamento de recortes territoriais institucionalizados (Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas), e o estabelecimento de um Fórum de debates na Internet para detalhar as propostas iniciais e definir os critérios e metodologia a serem adotados.

Outra novidade apresentada pelo IBGE diz respeito às comissões censitárias municipais que serão fortalecidas e transformadas em Comissões Municipais de Geografia e Estatística, de caráter permanente. Uma CMGE seria estabelecida para cada município a partir do segundo semestre de 2008. As CMGE's contarão com representantes de órgãos da área de planejamento urbano, que tenham algum envolvimento com a cartografia municipal e de outros que possam contribuir com seus cadastros de endereços, mapas e outras informações úteis ao IBGE.

Como a nova divisão do Brasil em microrregiões e mesorregiões ainda não foi divulgada, num trabalho posterior aprofundaremos sua análise.

Quanto à divisão regional em macrorregiões, alguns geógrafos, por meio de suas reflexões acerca da categoria região e do processo de regionalização, enriquecem nossa leitura

crítica sobre a Divisão Regional do Brasil que acaba de ser analisada. Os próximos capítulos serão dedicados às propostas de regionalização de Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveira, uma vez que estes autores trazem novos elementos para a interpretação da realidade, ou seja, leituras diferenciadas do processo de diferenciação espacial.

3. Regionalização do Brasil segundo Roberto Lobato Corrêa

Roberto Lobato Corrêa destaca-se entre os geógrafos contemporâneos pela importância de sua produção acadêmica e por suas reflexões acerca do “conceito” de região e sua proposta de regionalização do Brasil, considerada dentre as mais relevantes.

O ponto de partida será um breve resgate das reflexões acerca dos conceitos⁴ de região e organização espacial, na geografia quantitativa e na geografia crítica, uma vez que os elementos teórico-metodológicos de ambas correntes do pensamento geográfico são em parte reiterados ou descartados na proposta de regionalização de Roberto Lobato Corrêa.

3.1. Os conceitos de região e organização espacial na geografia quantitativa e na geografia crítica: uma visão crítica de Roberto Lobato Corrêa

Em sua obra *Região e Organização Espacial* (2003), Roberto Lobato Corrêa discorre primeiramente acerca do conceito de região nas diversas correntes do pensamento geográfico, a saber, o determinismo ambiental, o possibilismo, o método regional, a *nova* geografia e a geografia crítica, e, num segundo momento, aborda o conceito de organização espacial.

Para o autor, os conceitos de região e organização espacial são fundamentais para a compreensão do “[...] caráter distinto da geografia no âmbito das ciências sociais, indicando a via *geográfica* de conhecimento da sociedade, quer dizer, das relações entre natureza e história” (Ibid., p.5)

Essas correntes do pensamento geográfico estariam fundamentadas na concepção da geografia como um saber baseado em três abordagens: o estudo das relações homem/meio, o de áreas e os locais. Um traço comum a todas as correntes seria a idéia de que as raízes da geografia estão na busca e no entendimento da diferenciação de lugares, regiões, países e continentes, resultante das relações homem/homem e homem/meio. Portanto, caso não houvesse diferenciação de áreas, a geografia não teria surgido. É a partir deste pressuposto que os conceitos de região e organização espacial estariam vinculados à geografia.

⁴ Para o autor, região é um conceito. Alguns autores, como Lencioni (2001), consideram região como uma categoria, hierarquicamente superior a um conceito nos debates recentes sobre o tema. Embora se considere região como uma categoria, neste capítulo região será designada como um conceito, a fim de ser fiel às reflexões do autor.

3.1.1. A geografia quantitativa

Esta corrente do pensamento geográfico emerge a partir de meados da década de 1950, e considera o espaço como resultado de um conjunto de decisões locais. Associa-se ao positivismo lógico como método, buscando leis ou regularidades empíricas sob a forma de padrões espaciais. Adota as técnicas estatísticas, e, no plano teórico, há as teorias do desenvolvimentismo e a dos pólos de desenvolvimento, dentre outras, que se aliam à difusão do planejamento no âmbito do Estado capitalista.

A geografia quantitativa – conhecida também como *nova* geografia ou geografia teórica - considera a região como um caso particular de classificação, evidenciando as influências das ciências naturais. As discussões acerca do conceito de região correspondem a críticas aos conceitos derivados do determinismo ambiental e do possibilismo, aproximando-se de uma geografia econômica aplicada.

A região é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas são menores que as existentes entre este e outro conjunto de lugares. As similaridades e diferenças são definidas através de técnicas estatísticas, como o desvio padrão, o coeficiente de variação e a análise de agrupamento. Logo, é a estatística quem define as regiões, pressupondo uma objetividade máxima ao aplicar sempre as mesmas técnicas.

Já que as regiões são definidas estatisticamente, não há nenhuma base empírica prévia, sendo os propósitos de cada pesquisador que norteiam os critérios selecionados. Portanto, a região não é vista como entidade concreta, mas sim como criação intelectual.

Na *nova* geografia, as regiões podem ser simples ou complexas, homogêneas ou funcionais. As regiões simples são aquelas originadas de um único critério ou variável; as regiões complexas levam em conta muitos critérios ou variáveis. As regiões homogêneas caracterizam-se pela invariabilidade de critérios ou variáveis analisadas, levando ao agrupamento de áreas; as regiões funcionais são definidas de acordo com os fluxos de pessoas, mercadorias, informações, decisões e idéias. As regiões homogêneas e funcionais são excludentes, mas podem ser simples ou complexas.

O método utilizado para estabelecer as regiões pode ser a divisão lógica, na qual se procura diferenciações entre os lugares, ou o agrupamento, que consiste na procura de regularidades. Esse processo cria uma tipologia, as regiões, que são distinguidas pelos seus atributos específicos, não havendo a necessidade de contiguidade espacial.

O conceito de organização espacial é colocado pela *nova* geografia como “[...] *padrão espacial* resultante de decisões locacionais, privilegiando as formas e os movimentos sobre a superfície da Terra (interação espacial)” (CORRÊA, 2005, p.19).

3.1.2. A geografia crítica

Desenvolve-se durante as décadas de 1970 e 1980, baseando-se no materialismo histórico e na dialética marxista.

A geografia crítica questiona o empirismo das definições de região do possibilismo e da *nova* geografia, e considera o conceito de região e o tema regional a partir: da articulação dos modos de produção; das relações entre as classes sociais e a acumulação capitalista; das relações entre o Estado e a sociedade local; e, da dimensão política.

Corrêa (2005) busca inserir o conceito de região dentro de um quadro teórico amplo da geografia crítica. Neste contexto, há a lei de desenvolvimento desigual e combinado proposta por Trotsky, que refere-se à idéia de que cada aspecto da realidade é constituído por dois processos, diferentes e opostos, mas relacionados e interpenetrados. Esses processos são a desigualdade e a combinação. A contradição daí decorrente é o motor que move as transformações.

A lei de desenvolvimento desigual e combinado “permite que se considere as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente... e no espaço” (Ibid., p.42). Sua dimensão espacial corresponde à diferenciação de áreas, verificável através do processo de regionalização.

Portanto, a região pode ser considerada como o resultado da lei de desenvolvimento desigual e combinado, que apresenta como elementos fundamentais a divisão nacional e internacional do trabalho e a associação de relações de produção distintas. Esses dois elementos se expressam numa paisagem e numa problemática, sendo esta definida pelos embates que se estabelecem entre as elites regionais e o capital externo à região e pelos conflitos entre as diferentes classes sociais que compõem a região. Dessa forma, a paisagem e a problemática são definidas pelos conflitos internos e externos conferem a especificidade de cada região.

Cabe ressaltar que para a geografia crítica,

[...] a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 2005, p.47)

Essa concepção de região se assemelha à região vidaliana do paradigma possibilista, entretanto, ela não pressupõe a harmonia e não é única, mas sim particular. Sua particularidade se dá por meio da relação entre o local e o universal, ou seja, da realização de um processo universal – o capitalismo – num quadro territorial menor.

Para alguns geógrafos críticos, o conceito de região tem sido utilizado para fins de ação e controle, tanto no plano político como econômico de uma sociedade dividida em classes, na qual a classe dominante visa manter seu poder sobre as demais. Os agentes hegemônicos podem pertencer à região ou estar fora dela. Neste contexto, o Estado aparece como o agente da regionalização, por meio de um sistema de planejamento, que na verdade objetiva integrar as regiões ao modo de produção capitalista. Trata-se das regiões de planejamento.

A questão da organização espacial é herdada da *nova* geografia, contudo, vai além da descrição de padrões espaciais, procurando-se identificar as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais. Por conseguinte, a teoria marxista do valor é tida como base para se realizar uma análise espacial. Utiliza-se também o conceito de formação sócioespacial de Milton Santos, no qual a organização espacial é considerada como parte integrante de uma dada sociedade.

3.2. Roberto Lobato Corrêa e sua concepção de região

A partir de um crítico resgate histórico, aqui apresentado de forma bastante sucinta, Roberto Lobato Corrêa apresenta a sua concepção de região:

[...] a região deve ser vista como um conceito intelectualmente produzido. Partimos da realidade, claro, mas a submetemos à nossa elaboração crítica, na sequência, procurando ir além da sua apreensão em bases puramente sensoriais. Procuramos captar a gênese, a evolução e o significado do objeto, a região (CORRÊA, 2005, p.22).

Para o autor, o conceito de região é considerado à luz do materialismo histórico, ou seja, “[...] como um instrumento de ação e controle dentro de uma sociedade de classes” (CORRÊA, 2005, p.22). Baseando-se nessa concepção emergirá o debate acerca do conceito de

organização espacial. Os conceitos de região e de organização espacial são utilizados como aportes teórico-metodológicos da proposta de regionalização feita pelo autor.

3.3. Organização espacial: um novo olhar sobre a região

Para fundamentar a abordagem acerca do conceito de organização espacial são destacadas, primeiramente, as dificuldades encontradas ao estudar a sociedade, devido, sobretudo, à sua complexidade e diversidade de elementos. Estes se articulam de tal modo que se pode pensar numa totalidade social, cuja complexidade compreende as contradições internas e os movimentos de transformação.

Logo, seria demasiadamente difícil compreender a sociedade a partir de uma única ciência social, capaz de analisar todos os seus elementos e suas articulações. Dessa forma, faz-se necessária a divisão do saber, originando diferentes ramos. No entanto, não se trata de uma divisão positivista - cada ciência com seu próprio objeto e separada das outras -, mas sim uma divisão na qual as ciências se encontram articuladas, sendo a sociedade o objeto comum, analisado segundo o materialismo histórico. Visto que o objeto das ciências sociais é o mesmo, o que as distingue é a sua objetivação.

Portanto, o objeto da geografia é a sociedade, não a paisagem, a região, o espaço, etc., e sua objetivação se dá por meio de sua organização espacial, que a geografia busca estudar. A organização espacial é o modo geográfico de analisar a totalidade social, mas também é um fenômeno da sociedade, configurando-se como um objeto, uma materialidade social, isto é, a própria sociedade espacializada.

A organização espacial é formada por um conjunto de objetos fixos ou formas espaciais distribuídas ou organizadas sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica. Por conseguinte, ela pode ser entendida como a segunda natureza, a natureza primitiva que foi transformada pelo trabalho social.

A figura a seguir sintetiza as características da organização espacial.

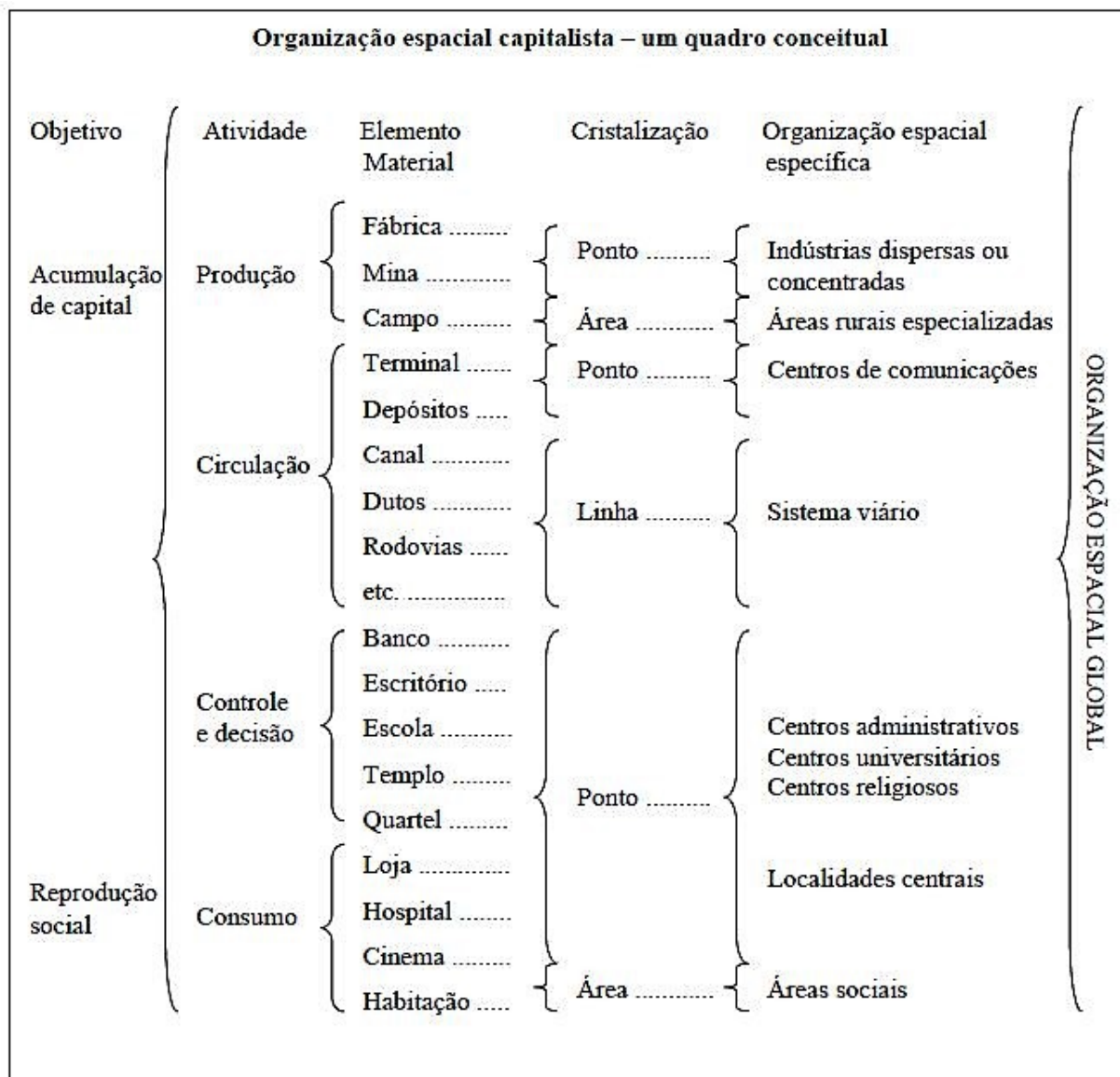


Figura 2 – O conceito de organização espacial.

Fonte: CORRÊA (2005, p. 58).

A partir do fluxograma acima, verifica-se que a organização espacial global resulta da superposição de diferentes organizações espaciais específicas.

Os principais agentes da organização do espaço, na sociedade capitalista, são o capital e o Estado. A ação de ambos não se verifica de maneira uniforme no espaço e no tempo, possuindo diversas estratégias de ação nas dimensões econômica, jurídico-política e ideológica. Essas três dimensões se entrecruzam e se completam, pois a organização espacial é um reflexo da sociedade.

Consequentemente, há o acúmulo de formas espaciais herdadas do passado, que possuem uma gênese ligada a outros propósitos, mas permanecem no presente por terem sido adaptadas às necessidades atuais. Essas formas apresentam uma funcionalidade econômica ou um valor simbólico que justifica a sua permanência.

Milton Santos denomina essas formas herdadas do passado de rugosidades. Segundo Corrêa (2003, p.71), ao mesmo tempo que as rugosidades condicionam o cotidiano, pode-se dizer que as formas espaciais atuais também condicionam o futuro da sociedade, pois representam sua reprodução social.

Outra contribuição de Milton Santos à reflexão acerca do conceito de organização espacial se refere à relação dialética entre forma-função-estrutura-processo, categorias que permitem a compreensão da totalidade social e sua espacialização.

Corrêa utiliza essas categorias de Milton Santos como arcabouço metodológico de sua reflexão sobre o conceito de organização espacial. Dessa forma, define, sucintamente, as categorias segundo Milton Santos:

- forma é o aspecto visível, exterior de um objeto, e também o arranjo de um conjunto de objetos, que passam a constituir um padrão espacial;
- função corresponde à tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado por um objeto;
- a estrutura refere-se ao modo como os objetos estão organizados, não à um padrão espacial, mas sim à maneira como estão inter-relacionados, ela é invisível, não possui uma exterioridade imediata, assim, pode-se dizer que “[...] estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo” (Ibid., p.77);
- processo é a estrutura num movimento de transformação, ou seja, uma ação que se realiza continuamente, visando um resultado e implicando em tempo e mudança.

A relação entre forma e função é direta: cada forma é criada para desempenhar uma ou várias funções. Não existe função sem forma. No estudo da organização espacial é necessário considerar juntamente as quatro categorias, isto porque ao considerar somente uma das categorias temos apenas realidades parciais.

Segundo Corrêa (2005, p.54), a expressão organização espacial tem vários sinônimos, como: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou, simplesmente, espaço.

3.4. Proposta de Divisão Regional do Brasil de Roberto Lobato Corrêa - 1989

Roberto Lobato Corrêa (2005) propõe uma nova divisão regional do Brasil em 1989⁵. O autor assinala as dificuldades ao se abordar a organização regional do Brasil, uma vez que o país apresenta grandes dimensões territoriais e que passava por um complexo e desigual processo de diferenciação, que envolvia o espaço e o tempo além de ritmos distintos de transformação. Assim, aponta os processos sociais e econômicos que tiveram curso partir da década de 1950 como os responsáveis pelo surgimento de uma nova organização espacial brasileira, gerando uma nova regionalização caracterizada por três grandes regiões: o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia.

Fica bem claro o arcabouço teórico metodológico utilizado nesta proposta de regionalização: “As três grandes regiões podem ser reconhecidas como a expressão de uma nova divisão territorial do trabalho vinculada à dinâmica da acumulação capitalista internacional e brasileira e aos numerosos conflitos de classe” (Ibid., p.199). Como já abordado anteriormente, o autor vincula-se à geografia crítica e ao método do materialismo histórico.

As regiões diferenciam-se entre si de acordo com os seguintes critérios:

- Distintas especializações produtivas, ou seja, diferenças naquilo que é produzido, na forma como a produção se realiza e também nos meios de produção e nas relações de produção;
- Diferenças no modo e intensidade da circulação, consumo e gestão das atividades;
- Distintas organizações espaciais, ou seja, diferentes formas espaciais criadas pelo trabalho social em seu arranjo espacial. Essa distinção se refere à natureza e à densidade dos fixos criados pelo homem;
- Distintos níveis de articulação interna, inter-regional e internacional.

A partir desses critérios, Corrêa propõe uma nova divisão regional, na qual o Centro-Sul é definido pelas regiões do Sudeste e Sul mais os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal; o Nordeste é constituído pelos estados da região Nordeste, com exceção do Maranhão; a Amazônia é definida pelos estados da região Norte mais os estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

⁵ Corrêa apresenta esta proposta em 1989 num artigo publicado na revista Geosul, ano 4, nº 8, também incluído no livro *Trajetórias Geográficas*, cuja primeira edição é de 1996. Para elaboração deste trabalho, consultamos a 3ª edição do livro, publicada em 2005.



Mapa 4 – Regionalização do Brasil segundo Roberto Lobato Corrêa – 1989.
 Fonte: CORRÊA (2005). (Org.: Simone Affonso da Silva).

Regiões	Estados e Distrito Federal
Amazônia	estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.
Centro-Sul	estados de Goiás e Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
Nordeste	estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Quadro 5 – Composição regionalização do Brasil segundo Roberto Lobato Corrêa – 1989.
 Fonte: CORRÊA (2005). (Org.: Simone Affonso da Silva).

Como o próprio autor comenta, sua proposta de regionalização está apoiada em limites formais, isto é, político-administrativos, e caso fossem considerados outros limites que não os estaduais, com certeza o Nordeste avançaria pelo Norte mineiro e o oeste baiano estaria incluído na região Centro-Sul. Entretanto, para Corrêa essas mudanças não afetam a base da organização regional do país em três grandes regiões, já que sua proposta de regionalização é apresentada em seus aspectos mais gerais. Regiões menores poderiam ser identificadas no interior de cada uma das três grandes regiões, mas os critérios a serem adotados não foram estabelecidos.

As três grandes regiões são reconhecidas e caracterizadas a partir dos critérios selecionados, como descritos a seguir.

➤ **Região Centro-Sul**

A região Centro-Sul é tida como a “*core area*” do país, o coração econômico e político da nação. Sua particularidade é sintetizada nas características indicadas a seguir.

I. Especializações produtivas

A concentração dos principais centros de gestão econômicos e políticos, como as sedes das grandes corporações privadas, das empresas estatais e do próprio aparelho do Estado. Destacam-se as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, sendo a metrópole paulista o grande centro de gestão e acumulação do país.

A existência de outros centros que também exercem um papel significativo na gestão de atividades econômicas reforça a centralidade da região, como: as metrópoles de Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba; as cidades de Campinas, Ribeirão Preto, Londrina, Blumenau, Joinville e Caxias do Sul; e, algumas cidades menores que são sede de importantes empresas de atuação nacional, como Criciúma, Concórdia e Videira.

Outro elemento a ser destacado se refere à concentração da produção industrial do país. A atividade industrial está espacialmente organizada em quatro regiões industriais:

- a) São Paulo, estendendo-se ao Vale do Paraíba até a metrópole carioca, à Baixada Santista e à cidade de Sorocaba através de Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Americana, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto. É a principal região industrial do país, diversificada e em expansão;
- b) Belo Horizonte, estendendo-se pela denominada “Zona Metalúrgica” de Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Sete Lagoas e Itapatinga;

- c) Nordeste catarinense, incluindo os centros de Joinville, Blumenau, Brusque e outros;
- d) Área que se estende de Porto Alegre a Caxias do Sul, incluindo numerosos centros menores.

A urbanização, em parte decorrente da concentração industrial, possibilitou que a região Centro-Sul começasse a desenvolver uma ampla megalópole, compreendendo São Paulo, Santos, Sorocaba, o Vale do Paraíba, Campinas, Piracicaba e Ribeirão Preto e Rio de Janeiro.

A região Centro-Sul corresponde também à principal área agropecuária do país, primeiramente pela enorme variedade de sua produção e em segundo lugar pelo valor e volume da produção. Isso confere à região o primeiro lugar na produção de itens com expressão econômica, sendo poucos aqueles que são produzidos majoritariamente fora do Centro-Sul. “É a região que apresenta a mais nítida divisão territorial do trabalho, originando áreas especializadas ou com forte tendência à especialização produtiva” (CORRÊA, 2005, p.203).

II. Circulação, consumo e gestão das atividades

A região possui uma densa rede de circulação, na qual destacam-se os principais nós do país, como os portos de Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Paranaguá e Rio Grande, os mais importantes aeroportos brasileiros, a rede rodoferroviária mais densa e a rede de meios de comunicação mais moderna e utilizada.

É a principal área receptora das correntes migratórias inter-regionais, que fluem para as grandes metrópoles, especialmente São Paulo, oriundas, sobretudo do Nordeste. No caso intra-regional, os migrantes são provenientes em sua maior parte do Paraná e Minas Gerais.

O desenvolvimento capitalista mais acentuado traduz-se na concentração de renda no Centro-Sul, levando a um alto nível de consumo e no desenvolvimento das atividades terciárias. Contudo, existe também uma concentração de renda interna, que resulta numa crescente massa de pobres concentrada nas periferias das grandes cidades, constituída, notadamente, por migrantes.

Equivale à principal área política do país, apresentando a maior efervescência política, além de conflitos sociais mais numerosos e evidentes.

III. Organizações espaciais

Possui a maior concentração de capital constante, como resultado de uma intensa e complexa ação humana: concentração de estradas, cidades, hidrelétricas e outras formas espaciais ocupam densamente o território. Tratam-se das formas mais modernas que conferem elevado valor ao espaço. Como estas formas definem a organização espacial, é no Centro-Sul que temos sua maior complexidade e densidade.

IV. Níveis de articulação interna, inter-regional e internacional

A densidade da rede de circulação e comunicação revela o forte grau de integração intra-regional, além de ser a partir da região Centro-sul que ocorre a articulação nacional.

➤ **Região Nordeste**

A região Nordeste é caracterizada como a região das perdas: econômica, demográfica e também política. Em todos os critérios de análise, verificam-se essas perdas, como sistematizado a seguir.

I. Especializações produtivas

Declínio da agropecuária no contexto nacional, com a menor importância da cultura canavieira e a queda na participação relativa na produção do algodão, os dois produtos mais tradicionais e importantes. O cacau, produzido majoritariamente na Bahia, também possui peso declinante na economia agropecuária do país pela limitação de sua produção. Os outros produtos que conferem ao Nordeste uma especialização produtiva são de pequena expressão nacional, como o agave, a mamona e as frutas produzidas através de moderna tecnologia.

II. Circulação, consumo e gestão das atividades

As perdas demográficas são notórias. O nordeste tem se caracterizado como uma das maiores áreas de expulsão do país, sendo o destino da maioria dos migrantes e a região Centro-Sul, especialmente as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Após a década de 1970, a Amazônia também voltou a ser uma região de atração de nordestinos, sobretudo o leste do Pará e a pré-Amazônia maranhense.

A mobilidade demográfica também ocorre no âmbito intra-regional, com fluxos migratórios para as capitais estaduais, principalmente as metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza.

A região apresenta os mais baixos níveis de renda, de escolaridade e qualidade de vida, além de elevado índice de mortalidade infantil. É uma região pobre, entretanto, destaca-se um poderoso grupo de elevada renda, especializada nas orlas litorâneas das grandes cidades, onde há concentração da riqueza regional geradas através do capital mercantil e fundiário.

No plano político, a região possui um poder demasiadamente maior que a sua importância econômica.

As perdas também se traduzem pelo fato das atividades econômicas mais dinâmicas serem controladas de fora da região, estando igualmente voltadas para fora. A ação da Sudene e a implantação de grandes projetos esvaziaram o Nordeste do controle de suas atividades mais modernas, destacando-se os grandes empreendimentos que passaram a utilizar os recursos naturais e utilizar o baixo custo da força de trabalho.

III. Organizações espaciais

A região apresenta menor variedade e densidade das formas espaciais, já que possui um menor acúmulo de obras do homem sobre o território, sejam elas cidades, vias de comunicação, hidrelétricas, campos agrícolas modernos, dentre outros. Logo, o território é menos valorizado.

IV. Níveis de articulação interna, inter-regional e internacional

O grau de articulação interna é pequeno devido ao controle das atividades econômicas ser feito por agentes externos à região, e também por estas atividades serem voltadas para satisfação de necessidades externas.

O nordeste possui pequena divisão intra-regional do trabalho, e juntamente com a forte integração-dependente ao Centro-sul, temos o direcionamento das principais vias de comunicação para a “*core area*” do país.

➤ **Região Amazônia**

A partir de uma nova integração regional ao sistema capitalista, após a década de 1970, “a Amazônia é definida como a fronteira do Capital” (CORRÊA, 2005, p. 207). Diferentemente do que ocorreu com o “boom” da borracha, trata-se de uma integração real, submetida ao capital financeiro e industrial, nacional e internacional.

A integração da região provoca a dizimação física e cultural da base social prévia, ou seja, os índios e a população já enraizada na região, com seu modo de vida próprio, integrado aos recursos florestais. Além disso, esta integração implica em:

I. Especializações produtivas

As grandes empresas nacionais e internacionais se apropriam dos recursos naturais, como os minerais (ferro, bauxita, manganês, etc.), a madeira e a própria terra, vista como reserva de valor para exploração futura, como a implantação pastoril.

II. Circulação, consumo e gestão das atividades

As correntes migratórias para a região correspondem a um fluxo de migrantes constituídos pelos excedentes da chamada modernização dolorosa do Centro-Sul. Os principais destinos destes migrantes tem sido Rondônia e Mato Grosso, e em menor escala o Acre e Roraima. Outro fluxo importante é o de nordestinos, por sua vez excedentes do atraso e da pobreza do mundo rural, que se dirigem ao Maranhão e Pará.

A região caracteriza-se também por diferentes tipos de conflitos sociais:

[...] Envolvem eles a grande empresa capitalista, o latifundiário pecuarista, a população indígena, os pequenos produtores, peões das fazendas, seringueiros e garimpeiros. A terra está no centro dos conflitos; trata-se de conflitos entre a reprodução do capital e a reprodução do pequeno produtor, de um lado, e entre ambos e a população indígena, de outro (CORRÊA, 2005, p. 209).

III. Organizações espaciais

Há investimentos pontuais de capital, como a construção de hidrelétricas, aeroportos, portos, núcleos de mineração e de transformação industrial. Manaus destaca-se como um verdadeiro “enclave” industrial.

Estes investimentos viabilizam a integração regional ao sistema capitalista por meio do consumo de produtos industrializados e da criação de condições para a produção capitalista moderna.

IV. Níveis de articulação interna, inter-regional e internacional

A integração ao mercado do Centro-Sul envolve tanto matérias-primas como produtos industrializados. A construção de vias de comunicação ligando a Amazônia ao Centro-Sul é a expressão dessa integração, como a rodovia Belém-Brasília (na verdade uma ligação São

Paulo-Belém via Brasília) e as rodovias ligando Santarém, Porto Velho e Manaus à “core area” do país.

Dessa forma, o Centro-Sul consegue penetrar na Amazônia e desestruturar, em grande parte, a circulação que assumia o padrão dentrítico, convergente para Belém, a tradicional metrópole regional.

3.5. A regionalização de Roberto Lobato Corrêa *versus* os Complexos Geoeconômicos de Pedro Pinchas Geiger

É inevitável a comparação entre a proposta de regionalização do Brasil de Roberto Lobato Corrêa e a divisão regional do país proposta por Pedro Pinchas Geiger, uma vez que, mesmo numa análise pouco aprofundada, nota-se a grande semelhança nos recortes regionais elaborados por ambos os autores.

Dessa forma, este item será dedicado a uma rápida análise da divisão regional do país proposta por Pedro Pinchas Geiger, a partir da qual serão traçadas em linhas gerais as divergências e convergências em relação à regionalização de Roberto Lobato Corrêa.

Segundo Magnago (1995), a proposta de regionalização de Pedro Pinchas Geiger foi elaborada no decorrer de alguns artigos, destacadamente: *Organização regional do Brasil* (1964), publicado na Revista Geográfica; *Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas* (1967) e *Regionalização* (1969), ambos publicados na Revista Brasileira de Geografia.

Apesar das reflexões acerca da temática regional serem mais profundas nos dois últimos artigos citados acima – ordenados pela data de publicação –, é no primeiro que Geiger apresenta sua proposta de regionalização do país. Dessa forma, inicialmente serão abordados os artigos que tratam dos fundamentos teórico-metodológicos e logo a seguir aquele que traz a proposta de regionalização detalhada.

Em *Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas*, de 1967, Geiger inicia o artigo fazendo uma distinção entre a diferenciação de áreas e a conexão existente entre as porções da superfície terrestre, que as tornam interdependentes. Para o autor, esses processos são simultâneos e opostos, uma vez que

Da diferenciação constante de pontos da superfície terrestre resulta a hierarquização e alteração dos espaços e a continuidade do seu processo de elaboração. No seu papel dinâmico, a conexão preside, por exemplo, a integração de áreas na formação das regiões definidas pela vida humana de relações (caso das *regiões organizadas* e das *regiões polarizadas*) (GEIGER, 1967, p.59, grifo do autor).

Logo, os diversos fenômenos geográficos que dão forma à região apresentam distintas formas de diferenciação quanto a área ocupada, a intensidade e o tempo de elaboração.

Nesse contexto, Geiger entende “[...] a região geográfica como uma organização do espaço decorrente da atividade humana. Nesse sentido, aqueles limites físicos serão válidos pelo significado que terão para as atividades do grupo humano” (Ibid., p.60). Ou seja, os processos de regionalização resultam da atividade humana e a sua maior ou menor dependência dos elementos naturais varia conforme cada elaboração.

A partir dessas reflexões, o autor defende a idéia de que a própria região natural é um fato humano, na medida em se trata de um espaço não transformado ou pouco modificado pelo homem. Visto que novos fenômenos surgem na vida social, suas expressões geográficas se traduzem em novas formas de organização regional, ditadas por novos elementos dinâmicos. Assim, no que o autor denomina de estágio superior de elaboração regional, passam a prevalecer os fenômenos da vida de relações.

No decorrer do artigo, o autor define alguns tipos de regiões, mas aquelas que mais se destacam no âmbito da elaboração de sua proposta de regionalização do Brasil são as regiões homogêneas e as regiões polarizadas.

Note que, para Geiger, um tipo de região não exclui a outra, e portanto, mesmo nas regiões polarizadas pode haver espaços diferenciados, setores ou subregiões; e nas regiões homogêneas, por sempre haver um fluxo e alguma malha urbana, sempre podem ser definidas as relações entre as cidades e suas áreas de influência.

Na realidade, qualquer território pode ser dividido em espaços homogêneos, mas estes sempre correspondem a regiões; quadros naturais diferenciados são espaços homogêneos sem serem regiões propriamente; [...]. Do mesmo modo, os país por inteiro pode ser dividido em espaços polarizados, sem que estes espaços correspondam sempre a regiões (GEIGER, 1967, p.62).

No caso do Brasil, Geiger aponta que existem vários tipos de regiões segundo o grau de desenvolvimento das diversas áreas. Nos territórios menos desenvolvidos os fenômenos de polarização são menos importantes e as regiões se caracterizam pela homogeneidade; nos territórios mais desenvolvidos são os fenômenos da polarização que definem a organização regional. A confrontação e combinação dos espaços homogêneos e espaços polarizados serviriam de base para a realização de uma divisão regional brasileira.

No artigo *Regionalização*, publicado em 1969, Geiger aborda duas relações: a primeira entre a forma de organização do espaço territorial e o grau de desenvolvimento nacional, e a segunda entre o planejamento e o desenvolvimento da regionalização, vista como uma maneira de superar os problemas resultantes de desníveis regionais.

Para Geiger os processos de diferenciação do espaço possuem natureza diversa, havendo uma importante distinção entre domínios naturais e regiões: os domínios naturais são unidades físicas elaboradas durante longos períodos, apresentando-se de certa forma como imutáveis; por outro lado, as regiões são parte de um todo orgânico, cujo elemento dinâmico de organização é a vida econômico-social humana, ou seja, uma forma de organização do espaço pelo homem.

Assim, o autor considera a região, no sentido estreito da palavra, como uma forma geográfica que surge apenas em determinada fase histórica de um território, isto porque a formação das regiões ocorrem de acordo com os graus de integração que unem os locais de determinadas áreas, sendo que uma maior ou menor integração depende da densidade da população ou da ocupação econômica, do grau de desenvolvimento econômico e social e do nível tecnológico, além da intensidade das relações internas e externas.

Neste artigo, Geiger retoma a idéia de que o atual processo de regionalização diz respeito à constituição de regiões polarizadas em torno das metrópoles. Logo, a regionalização pela polarização é mais intensa em países desenvolvidos industrializados. Em países subdesenvolvidos como o Brasil, a constituição de regiões polarizadas se verifica apenas nas poucas áreas mais evoluídas, enquanto nas demais predominam as regiões homogêneas que atuam como grandes setores ligados aos grandes pólos nacionais e regionais.

Portanto, não haveria regionalização sem desenvolvimento industrial, e a diferenciação espacial é tão mais profunda e nítida quanto mais desenvolvido o país. No caso dos países mais subdesenvolvidos, permanecem as diferenciações tradicionais do passado.

Geiger destaca outro aspecto da regionalização segundo o grau de desenvolvimento industrial de um país: a homogeneização pela difusão do progresso e das modernas formas de vida, uma vez que cada pólo regional imitaria a metrópole nacional quanto a padrões de urbanização, níveis culturais etc. Contudo, a regionalização não eliminaria a especialização de algumas regiões em determinada produção ou atividade.

De acordo com o autor, essa relação entre regionalização e desenvolvimento criou a noção de que o subdesenvolvimento pode ser identificado pela ausência de determinadas estruturas regionais. Assim, o planejamento objetiva promover o desenvolvimento por meio da regionalização, ou seja, estimulando a criação ou o fortalecimento dos pólos de

desenvolvimento regionais e as políticas de isenções fiscais que favoreçam a localização de indústrias em algumas regiões.

Fica evidente as influências das teorias dos Pólos de Desenvolvimento e da Localidade Central nas discussões realizadas por Pedro Pinchas Geiger durante a elaboração de sua proposta de regionalização. Ressalta-se que Geiger era funcionário do IBG⁶, e que na Divisão Regional do Brasil elaborada pela instituição em 1969 essas teorias também são marcantes.

A partir das reflexões aqui apresentadas de forma bastante sucintas, Geiger propõe uma divisão do Brasil em três “[...] enormes extensões territoriais, grandes espaços econômicos, diferenciados por nível de desenvolvimento” (1969, p.15).

Na concepção de Geiger, a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Sul são, a rigor, unidades econômicas demasiadamente vastas para o que se entende por região. Ou seja, apesar de serem frequentemente tomadas por regiões, cada uma dessas unidades são constituídas por um sistema de regiões e de espaços mal estruturados.

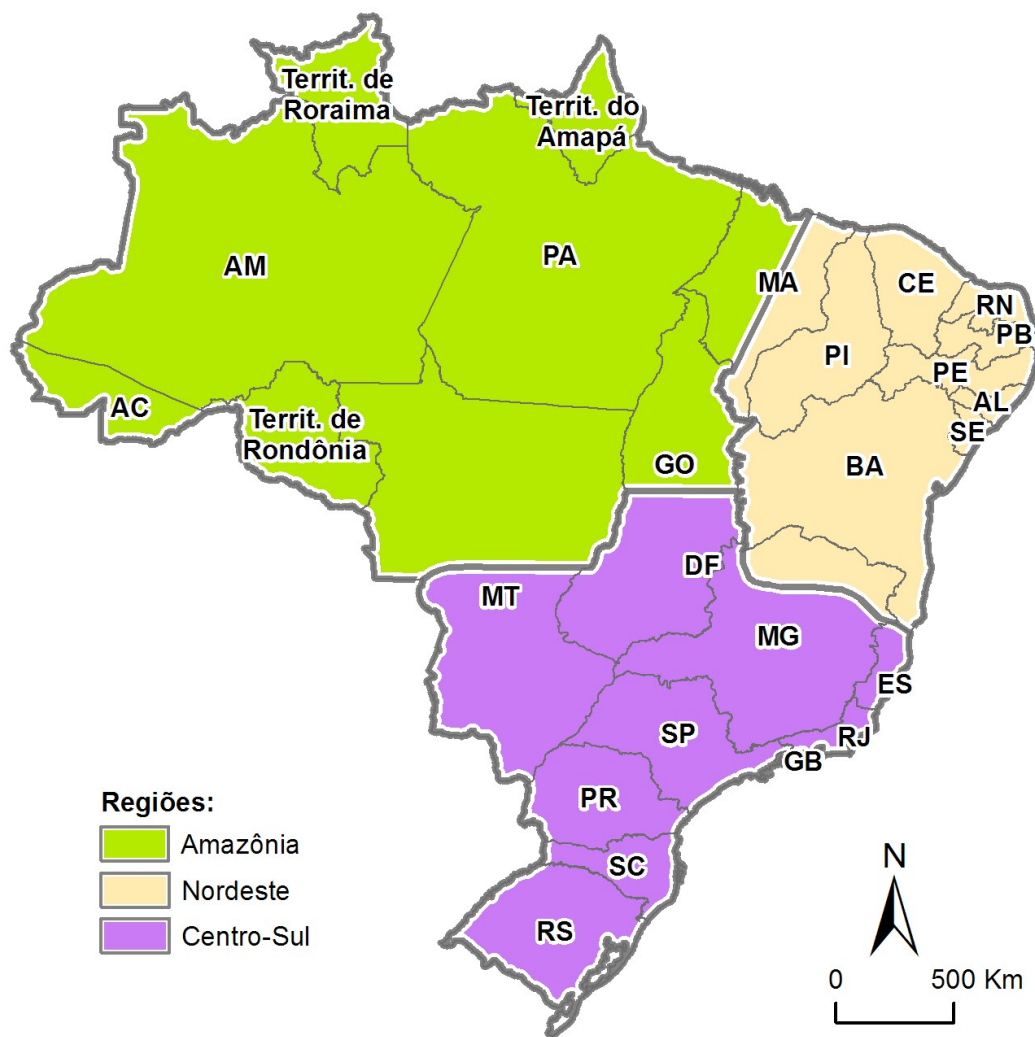
Partindo desse princípio, no artigo *Regionalização*, publicado em 1969, Geiger nomeia essas unidades territoriais de Complexos Regionais ou Regiões Geoeconômicas, substituindo o termo “região”, utilizado na proposta de regionalização, descrita a seguir.

Em *Organização regional do Brasil*, de 1964, Geiger apresenta o país como uma nação bastante populosa mas pouco povoada, devido à sua grande extensão territorial. Em decorrência desse fato, a maioria das paisagens apresentaria o predomínio dos elementos naturais na sua caracterização, evidenciando o subdesenvolvimento econômico da maior parte do país. Por outro lado, as áreas mais desenvolvidas seriam fruto da expansão do processo de industrialização e urbanização, intensificado posteriormente à Segunda Guerra Mundial.

É a partir da diferenciação territorial promovida por esses processos de industrialização e urbanização que a divisão regional teria se tornado nítida, uma vez que a evolução econômica teria modificado a organização do espaço brasileiro segundo uma hierarquização geográfica decorrente da polarização em alguns centros econômicos.

Geiger (1964, 1969) estabelece em sua regionalização três unidades maiores: o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia; estas são subdivididas em unidades menores.

⁶ Atualmente corresponde ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Mapa 5 – Complexos Geoeconômicos – Pedro Pinchas Geiger, 1964.
 Fonte: MAGNAGO (1995). (Org.: Simone Affonso da Silva).

Complexos Geoeconômicos	Estados e Distrito Federal
Amazônia	estados do Acre, Amazonas, Pará, territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, porção centro-norte de Goiás e porção oeste do Maranhão.
Centro-Sul	estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo, centro-sul de Minas Gerais, porção sul do Mato Grosso, porção Sul de Goiás e Distrito
Nordeste	estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, porção norte de Minas Gerais e porção leste do Maranhão.

Quadro 6 – Composição regionalização do Brasil segundo Pedro Pinchas Geiger, 1964.
 Fonte: MAGNAGO (1995). (Org.: Simone Affonso da Silva).

Destaca-se a seguir uma breve descrição dos Complexos Geoeconômicos e suas subdivisões.

1) **Centro-Sul**: “O Centro-Sul não corresponde a uma unidade geográfica ou histórica, mas reúne o grupo de regiões e espaços mais diretamente subordinados aos pólos nacionais do Rio de Janeiro e São Paulo” (GEIGER, 1969, p.16). Este Complexo Geoeconômico possui as principais áreas industriais do país e as modernas empresas agrícolas, sendo formado por outros grandes espaços econômicos: o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste.

1.1) **Sudeste**: reúne as áreas de polarização e industrialização mais intensas do país. È a partir de suas metrópoles que se realiza a integração não somente do Centro-Sul mas de todo o conjunto nacional.

1.1.1) **Região industrial e urbana**: compreende as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Apresenta alta densidade de atividades industriais e convergência de eixos rodoviários que asseguram a circulação e ligam o Sudeste ao restante do país.

1.1.2) **Sudeste Novo**: área do planalto paulista e norte do Paraná, onde se desenvolveu a economia cafeeira. A mão de obra assalariada na cafeicultura possibilitou o surgimento de uma economia de mercado evoluída, com grande variedade e quantidade de produtos agrícolas, além de desenvolvida rede urbana, com importantes capitais regionais.

1.1.3) **Sudeste Velho Fluminense-Mineiro**: área de expansão da cafeicultura em fazendas escravocratas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. O desenvolvimento da agricultura e do comércio levou à organização de um sistema ferroviário, destacando-se também as funções portuárias.

1.1.4) **Zona Metalúrgica**: abrange o centro de Minas Gerais em função de atividades mineradoras e industriais. Destaque para Belo Horizonte como capital regional.

1.2) **Sul**: é o espaço econômico caracterizado pela “subtropicalidade natural e cultural”, com diversas regiões originadas de moderna colonização européia e seus descendentes. No Sul crescem as forças polarizadoras das metrópoles de Curitiba e Porto Alegre, numa integração superior a das metrópoles nordestinas.

1.2.1) **Planalto Meridional**: caracteriza-se pela produção de gêneros alimentícios e da extração madeireira, além da presença de pequenas propriedades rurais onde se desenvolve a policultura com mão de obra familiar. Destaque para a imigração de italianos, alemães e escravos.

- 1.2.2) Campanha: caracteriza-se pelas áreas de campos com a criação de gado bovino em grandes propriedades rurais, as estâncias. Há também os frigoríficos e as charqueadas, responsáveis pela produção da carne consumida em outras áreas do país e no exterior.
- 1.2.3) Metrópole de Porto Alegre: diferencia-se de seu entorno pela estrutura urbana e pelo contingente populacional, além de polarizar as cidades ao seu redor devido à distância de São Paulo.
- 1.3) Centro-Oeste: é uma espécie de periferia por onde se estendem as linhas de penetração terrestre para a Amazônia desde o Centro-Sul. Este vasto espaço econômico ainda é formado predominantemente de áreas naturais enormes, na maioria de cerrados, onde predomina a pecuária extensiva destinada a abastecer os mercados do Sudeste.
- 2) Nordeste: é marcado pela coesão histórica e econômica, onde se encontram regiões tradicionais, como a Zona da Mata pernambucana e o Recôncavo, e regiões mais novas, como a região cacaueira e o Agreste, que mantêm especializações tradicionais. A essas regiões se juntam espaços menos habitados e menos estruturados. Por não ter passado por renovações como as verificadas no Centro-Sul, o Nordeste foi assumindo um caráter de espaço bastante subdesenvolvido. As grandes cidades, como as polarizações de Recife, Salvador e Fortaleza, apresentam mais um papel de centros de drenagem do que de irrigação de suas áreas de influência, e não chegam a modificar substancialmente as estruturas tradicionais.
- 2.1) Nordeste Oriental: área mais povoada, embora com porções semiáridas cobertas por caatingas. Possui as grandes capitais estaduais, os centros comerciais mais importantes e a maior parte da produção agrícola.
- 2.1.1) Fachada de lavouras tropicais de exportação (Zona da Mata): possui a maior parte da população e as *plantations*. As grandes cidades possuem funções portuárias, destacando-se Recife e Salvador.
- 2.1.2) Agreste e mata seca: complementa a Zona da Mata com atividades agrícolas em pequenas propriedades com policultura de subsistência e criação de gado. Nas áreas mais úmidas surgem os “brejos”, importantes áreas agrícolas.
- 2.1.3) Sertão: corresponde ao semiárido predominante na porção interiorana do Nordeste, onde tradicionalmente se desenvolve a criação de gado que

abastece a Zona da Mata. As atividades agrícolas ocorrem em pequenas propriedades com cultivos de subsistência. Há também o extrativismo de sal no litoral do Rio Grande do Norte e da carnaúba no Ceará e no Piauí. Com exceção de Fortaleza, inexistem grandes cidades.

22) Meio-Norte: região de transição entre o Sertão e a Amazônia e entre o Centro-Oeste e a Amazônia, tanto em relação às características físicas como pela ocupação humana. Ressalta-se o extrativismo de babaçu e a criação de gado bovino.

3) Amazônia: trata-se de um imenso espaço,

[...] na sua maior parte um vazio de população, constituído de grandes domínios naturais, onde pontos isolados de ocupação humana mantêm ligações tênues, traduzidas principalmente nos fluxos de pequenos volumes de mercadorias. A extrema macrocefalia é representada pela concentração de população em Belém e Manaus (GEIGER, 1969, p.15).

3.1) Embocadura Amazônica: possui maior densidade populacional, sobretudo na capital Belém. Economicamente ressalta-se a exportação de pimenta do reino, a criação de gado bovino e a exploração de manganês.

3.2) Vale Amazônico: apresenta extrativismo vegetal, fazendas mistas com lavouras de cacau, juta, arroz, mandioca, milho e gado. Pequenos portos fluviais como Santarém, Óbidos, Parintins e Itacoatiara são responsáveis pela circulação.

3.3) Afluentes do Amazonas: a população se distribui de forma dispersa ao longo dos rios, numa disposição linear. Cada vale é uma unidade independente, que se liga ao mundo exterior pela navegação fluvial. A economia é voltada para exploração extrativista, sendo a borracha e a castanha do Pará os produtos mais importantes.

3.4) Roraima: presença de uma pobre criação de gado nas áreas de campo e pequenos garimpos de ouro e diamante.

3.5) Anecúmeno Amazônico: “corresponde à massa florestal não habitada por populações conscientemente integradas na nação brasileira” (GEIGER, 1964, p.52).

Segundo Geiger, essa organização regional resultou da evolução econômica e social que o país passava na época e também das diferenciações regionais estabelecidas ao longo da história.

Os três complexos regionais apresentam uma nítida hierarquia entre si: no comando tem-se o Centro-Sul, ao qual se sujeitam o Nordeste e a Amazônia, embora o primeiro apresente uma relativa autonomia.

Pedro Pinchas Geiger (1964, p.52) deixa bem claro que sua proposta de divisão regional não buscou traçar limites nítidos para os complexos regionais nem identificou minuciosamente as unidades de hierarquia menor.

Outra observação importante diz respeito à durabilidade de sua regionalização:

a mobilidade no interior de algumas regiões é muito grande e o quadro, que talvez hoje seja conforme à realidade, amanhã pode não servir mais. [...] A caracterização das unidades maiores servirá, certamente, para um longo período, principalmente quando se tratar de regiões mais evoluídas (Idem).

Comparando os Complexos Regionais de Pedro Pinchas Geiger à proposta de regionalização de Roberto Lobato Corrêa, primeiramente, fica evidente a semelhança no recorte das regiões, e num segundo plano, alguns elementos teórico-metodológicos, como conceitos e teorias utilizadas por ambos os autores.

No tocante ao recorte regional, as propostas de regionalização são demasiadamente semelhantes, uma vez que ambas dividem o Brasil em três macrorregiões, inclusive nomeadas da mesma forma: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul. O que as distingue são pequenas modificações nos limites entre as unidades regionais, pois enquanto Corrêa respeita os limites político-administrativos e localiza cada estado em apenas uma macrorregião, Geiger divide três estados, o Mato Grosso, Minas Gerais e Maranhão. Dessa forma, uma parte do estado do Mato Grosso pertence ao Complexo da Amazônia e o restante ao Complexo do Centro-Sul; uma porção de Minas Gerais localiza-se no Complexo do Nordeste e a outra no Complexo do Centro-Sul; e, o Maranhão divide-se entre o Complexo da Amazônia e o Complexo do Nordeste.

A regionalização de Geiger marca uma passagem entre a Geografia Quantitativa e a Geografia Crítica. Ela apresenta conceitos e teorias que também foram utilizadas no âmbito dos fundamentos teórico-metodológicos da Divisão Regional do Brasil do IBGE de 1969, notadamente as influências da Geografia Urbana em temas como a polarização e a própria hierarquia urbana. Por outro lado, ela também aborda temas ligados à Geografia Crítica por considerar os fatores históricos como elementos importantes na formação das regiões e não listar somente fenômenos passíveis de quantificação, além de levantar uma discussão sobre a divisão territorial do trabalho e a conseqüente especialização produtiva que pode levar às diferenciações espaciais. Estas questões estão presentes também na regionalização de Corrêa, de forma bastante aprofundada.

3.6. As contribuições de Roberto Lobato Corrêa

Roberto Lobato Corrêa elabora sua proposta de regionalização do espaço brasileiro a partir de aspectos gerais, com pouco detalhamento. Entretanto, esse fato não diminui a importância de sua regionalização, especialmente pela trajetória intelectual do autor, que apresenta uma importante reflexão acerca da temática regional, mesmo que esta esteja condensada num número pequeno de textos que tratam diretamente do assunto.

Por seu vínculo institucional com o Departamento de Geografia do IBGE, entre 1959 e 1993, realça-se sua participação na publicação *Panorama Regional do Brasil* (IBGE, 1967b), no capítulo dedicado ao Nordeste, que tinha como objetivo destacar as transformações que a região havia sofrido desde a divisão regional de 1942 e justificar a necessidade de uma nova regionalização. Além disso, ressaltamos que a Microrregiões e Mesorregiões Geográficas divulgadas pelo IBGE em 1990 fundamenta-se no conceito de organização espacial, abordado por Corrêa (2005).

Corrêa aplica muito bem as discussões da Geografia Crítica à problemática regional, ressaltando além dos fatores econômicos que influem no processo de regionalização também a dimensão política. Contudo, ao enfatizar demasiadamente as esferas econômica e política, ele praticamente ignora a participação dos elementos naturais na formação das regiões. Para o autor, obviamente estes não são significativos no processo de regionalização, mostrando sua tentativa de romper definitivamente com o paradigma da região natural.

Trata-se de uma postura bastante radical do ponto de vista acadêmico, reforçada por outra contraposição explicitada pelo próprio autor, a saber, a não mensuração sequer dos aspectos econômicos, que restringem-se à caracterização qualitativa.

Visto que a proposta de regionalização de Corrêa e Geiger são bastante semelhantes, resta-nos saber se Corrêa conseguiu ao menos atualizar uma proposta já consolidada. Como já mencionado, do ponto de vista teórico-metodológico, Corrêa trouxe novos elementos para fomentar a discussão na Geografia Regional; entretanto, do ponto de vista prático, houve uma regressão, pois não tivemos um recorte regional inovador, sendo descartado o avanço feito por Geiger em superar os limites político-administrativos no traçado das macrorregiões.

4. Regionalização do Brasil segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira

Em seu trabalho *Região: leituras possíveis de Milton Santos*, Brito (2007) busca demonstrar que para Milton Santos a concepção de região utilizada pela geografia de até então era obsoleta, uma vez que se baseava numa área homogênea, coesa, delimitada, sem relação com o externo. No decorrer da produção científico-acadêmica de Milton Santos e Maria Laura Silveira estes buscaram evidenciar a dinâmica do mundo atual, inclusive por meio da conexão entre fenômenos e entre lugares, decorrentes do processo de globalização.

Segundo Brito (2007), uma importante característica da concepção de região de Milton Santos e Maria Laura Silveira é que a região parte do universal ao particular, diferentemente da tradicional concepção de região, sobretudo a da escola francesa com o seu método regional, que parte do particular em direção ao geral.

Dessa forma, para compreender a categoria região no pensamento dos autores é necessário o entendimento dos processos gerais, universais, tais como: a globalização, a divisão internacional do trabalho e as formações econômicas e espaciais.

Portanto, o ponto de partida desse capítulo será uma síntese do pensamento de Milton Santos e Maria Laura Silveira, ressaltando-se tanto esses processos gerais a que Brito menciona como aqueles aspectos que direta ou indiretamente se relacionam à proposta de regionalização do Brasil, como os conceitos e/ou categorias de modo de produção, espaço, rugosidades, meio técnico-científico-informacional, totalidade, horizontalidades e verticalidades, redes e regiões.

4.1. Referenciais teórico-metodológicos

4.1.1. Modo de produção, espaço, rugosidades

No artigo *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*, Milton Santos (1999) busca vincular os termos modo de produção e espaço objetivando uma interpretação geográfica do mundo atual.

A partir da noção de modos de produção de Marx – segundo o qual estes são

resultantes das formas materiais de produção, das relações dos homens entre si e com as coisas e dos próprios modos de ser do homem – Santos deriva sua própria concepção sobre o termo, considerando que os modos de produção são constituídos pelas forças produtivas e também pelas relações de produção, ou seja, os instrumentos de trabalho e as práticas sociais (SANTOS, 1999, p.6). O espaço é tido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos (instrumentos do trabalho) e sistemas de ações (práticas sociais).

Ressalta-se que “modo de produção” e “espaço” são diferentes: o modo de produção diz respeito à objetos e ações restritas, ou seja, à maneira como uma sociedade se organiza no tocante à produção geral de mercadorias; por sua vez o espaço é um sistema de objetos e ações, isto é, uma totalidade, que vai além do modo de produção, uma vez que engloba também as formas de organização política, cultural etc.

Para Milton Santos, produzir é uma forma de produzir espaço, sendo que cada modo de produção altera diferentemente a estrutura e o funcionamento do espaço. “Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio” (SANTOS, 2004b, p. 202). É por meio da produção que o homem transforma a Primeira Natureza (natureza natural) em Segunda Natureza (natureza transformada, socializada). Contudo, ao longo do tempo mudam as maneiras de produzir, as relações entre o homem e a natureza e a distribuição dos objetos pelo espaço.

Em *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (SANTOS, 2008e) é realçada a inseparabilidade entre objeto e ação, uma vez que, sobre cada sistema de objetos sempre há um sistema de práticas que sobre ele se exerce, numa contínua interferência entre os dois. Logo, cada período histórico guarda em si um conjunto de técnicas que o caracterizam e uma família correspondente de objetos.

Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos marca o surgimento de um novo sistema de técnicas, além de um novo arranjo de objetos, de tal modo que não há apenas novos objetos e/ou novos padrões, há também novas formas de ação. Consequentemente, um novo padrão espacial pode surgir sem que novos objetos apareçam ou mudem de lugar, pois cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas também funcional. Neste contexto, velhos objetos podem permanecer e mudar de função, contudo, os conjuntos formados por objetos novos e ações novas tendem a ser mais produtivos e a constituir situações hegemônicas.

Santos (Ibid., p.102) argumenta que os objetos não têm por si mesmos uma história

nem uma geografia, por isso a pertinência da idéia de inseparabilidade dos objetos e ações. Se considerados em sua realidade corpórea, os objetos apresentam diversas histórias individuais, mas sua existência histórica depende de sua inserção numa série de eventos (uma ordem vertical) e sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, capazes de determinar as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos (uma ordem horizontal).

É neste ponto que surge a noção de forma-conteúdo. Se os objetos não podem ser concebidos apenas como forma, nem somente como conteúdo, isso significa que

O evento para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que é portador. Por outro lado, desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação, provinda desse encontro. [...] A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social (SANTOS, 2008e, p.103).

A sociedade se geografiza através das formas-conteúdo. É o homem quem anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, alguma função, que vai mudando ao longo do tempo. O simples fato de objetos existirem como formas, destituídos de um conteúdo social, não os torna parte do espaço. Por exemplo, uma floresta não é espaço porque à ela não foi atribuído nenhum valor social. Ela existe meramente como forma, como paisagem, mas não como forma-conteúdo, como espaço (SANTOS, 2008e).

Segundo a abordagem de Milton Santos, a relação dialética entre estrutura, processo, função e forma, considerados em conjunto e relacionados entre si, formam a base teórica e metodológica para pensar os fenômenos espaciais em totalidade (TRINDADE JR, 1996)⁷.

Neste contexto, as formas herdadas de momentos anteriores, tanto as formas naturais como as formas construídas pelo trabalho humano, são denominadas pelo autor de rugosidades (SANTOS, 2008a). Elas se apresentam como formas isoladas ou como arranjos, e representam os restos das divisões do trabalho passadas.

Segundo as relações entre estrutura-processo-função-forma, a organização espacial é vista como uma forma,

[...] um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história, sua inércia passa a ser dinâmica. Por *inércia dinâmica* entendemos que a *forma* é tanto resultado como condição do *processo*. As formas espaciais não são passivas, mas ativas; [...]. A cada momento a totalidade existe como uma realidade concreta e está ao mesmo tempo em processo de transformação. A evolução jamais termina. O fato acabado é pura ilusão (SANTOS, 2005a, p. 45, grifo do autor).

7 Confira as definições de estrutura, processo, função e forma na página 36.

4.1.2. Meio técnico-científico-informacional e globalização

Primeiramente, é necessário ressaltar uma importante distinção entre períodos e meios. Segundo Milton Santos (2001, p.24), “períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo”. São compostos por um sistema de eventos que interagem e asseguram a reprodução ordenada das características gerais. Quando esse sistema de eventos que mantêm a organização entra colapso, ocorre uma ruptura que permite dizer que se entrou num novo período. Os períodos se distinguem pelas formas de fazer, ou seja, pelas técnicas. Assim, o tempo histórico pode ser dividido em diversos períodos, de acordo com sistemas técnicos característicos.

A idéia de meio refere-se à noção de meio geográfico, às relações entre sociedade e natureza na produção do espaço e à noção de sistema técnico. Cada período possui um meio geográfico característico, contudo, a mudança de um período para outro não elimina completamente o meio geográfico do período que ficou para trás, pois esse pode coexistir com os meios geográficos dos períodos que virão a seguir.

Portanto, num período pode haver a coexistência dos meios natural, técnico e técnico-científico-informacional. Logo, pode-se dizer que os períodos são evolutivos, porém, os meios coexistem e não necessariamente passam de uma etapa para outra, no sentido evolutivo ou desenvolvimentista.

A partir dessa distinção, Milton Santos (2008b) compreende a história da relação entre sociedade e natureza como a contínua substituição de um meio natural por um meio cada vez mais artificializado. Em cada fração da superfície terra, esse processo se daria de maneira particular, sendo variáveis as proporções entre o natural e o artificial.

A história do meio geográfico pode ser grosseiramente dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999). Dessa forma, a sucessão de meios geográficos é utilizada para compreender a história da organização territorial no Brasil.

O meio natural refere-se a um período em que

[...] o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo. Esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação (SANTOS, 2008b, p.235).

Santos ressalta que o meio natural não era aquele isento de técnicas. No entanto, os sistemas técnicos não tinham existência autônoma, eles dependiam da natureza. A diferença era que tudo girava em torno do local, assim a sociedade criava as técnicas utilizadas e também comandava os tempos sociais e os limites de sua utilização. Logo, estabelecia-se uma harmonia socioespacial, que respeitava a natureza herdada no âmbito do próprio processo de criação de uma nova natureza, ou seja, reproduzia-se também uma série de comportamentos com a finalidade de preservar e dar continuidade ao meio de vida. Como exemplos destacam-se o pousio e a rotação de terras, que são ao mesmo tempo regras sociais e territoriais, visando conciliar o uso e a conservação da natureza. Santos denomina-os de *sistemas técnicos sem objetos técnicos*⁸.

O meio técnico surge a partir da mecanização do território no século XVIII. O espaço se adensa com a presença das técnicas da máquina, criando o meio técnico, que, em muitos lugares, se superpõe ao meio natural, buscando substituí-lo (SANTOS, 1999).

Os objetos que formam o meio não são apenas objetos culturais, são também objetos técnicos. Logo, o espaço é cada vez mais formado por objetos artificiais, e as áreas, os espaços, as regiões e os países se distinguem pela extensão e densidade da substituição dos objetos naturais e culturais por objetos técnicos. Estes deixam de ser o prolongamento do corpo e passam a representar o prolongamento do território, como verdadeiras próteses (SANTOS, 2008b).

A divisão internacional do trabalho tende a aumentar no meio técnico, e, conseqüentemente, as motivações para a instalação e uso de sistemas técnicos cada vez mais eficazes são crescentemente estranhas às lógicas locais e nacionais, respeitando a razão do comércio e não a razão da natureza. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor os tempos naturais (Idem).

Porém, esse fenômeno de substituição do meio natural pelo meio técnico no século XVIII limitava-se a poucos países e regiões, e mesmo nestes, os sistemas técnicos eram geograficamente circunscritos. Portanto não se pode falar numa generalização do meio técnico (Idem).

Após a II Guerra Mundial, notadamente a partir da década de 1970, inicia-se um novo período, a globalização, no qual emerge o meio técnico-científico-informacional, marcado pela intrínseca relação entre a ciência e a técnica.

⁸ Milton Santos compreende como objeto técnico aqueles objetos fixos no espaço que são portadores de técnicas. Dessa forma, ferramentas e instrumentos de trabalho não são objetos técnicos. Por sua vez, objetos culturais são todos dos tipos de objetos, visto que, de alguma forma, são apropriados pelo homem; e, objetos naturais ou coisas são aqueles formados pela natureza.

Neste período, os objetos técnicos são ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que devido à grande intencionalidade de sua produção e de sua localização eles já surgem como informação.

No meio técnico-científico-informacional “[...] a ciência, a tecnologia e a informação estão na base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato” (SANTOS, 2008b, p.238). A criação de um tecnocosmo - situação em que a natureza natural tende a recuar, muitas vezes brutalmente, para dar lugar a espaços cada vez mais densos produzidos pela técnica, um meio cada vez mais artificial - permite-nos identificar uma “cientificização” e “tecnicização” da paisagem (SANTOS, 1999).

Antes, apenas as grandes cidades apresentavam grande densidade de objetos técnicos, cada vez mais artificiais, mas atualmente, esse mundo artificial inclui também o mundo rural. Dessa forma, a técnica, produzindo um espaço cada vez mais denso transforma-se no meio de existência de boa parte da humanidade.

Santos ainda destaca que o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização, pois os espaços atendem cada vez mais aos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política, sendo incorporados plenamente às novas correntes mundiais.

A globalização é tida como um paradigma, capaz de distinguir a época atual dos períodos anteriores. Ela está presente em todas as partes da terra, mas não é homogênea, isto porque no capitalismo o modo de produção global tende a ser único, mas sua ação sobre os diversos territórios⁹ é mediada pelas formações sociais constituídas com o auxílio do Estado. Logo, o Estado, a sociedade civil e a configuração territorial herdada explicam as diferenças de impacto do modo de produção sobre os diversos países e regiões.

Pode-se também considerar a globalização como nova e moderna, pois ela nega o passado afirmando uma nova combinação de fatores: a aliança entre ciência e tecnologia sob o comando da técnica. Esta aliança é a nova variável motora, responsável por um novo sistema temporal e a organização de um novo espaço.

Sinteticamente Santos (1999) elenca três elementos que constituem a globalização:

- a) unicidade técnica: universalidade das técnicas, ou seja, as técnicas atuais formam um sistema à escala do globo, cada lugar abrigando fragmentos ou peças interdependentes, com graus diferentes de presença e complexidade. Corresponde à base material da globalização;
- b) convergência dos momentos: percepção universal da simultaneidade, ou seja, um

⁹ Milton Santos utiliza o termo território referindo-se principalmente à escala do estado nacional.

fato pode ser imediatamente comunicado a qualquer lugar graças à unificação do tempo e do espaço à escala planetária. A instantaneidade da informação aproxima os lugares, tornando os eventos interdependentes;

- c) unidade do motor da vida social: universalização da mais-valia, ou seja, os atores hegemônicos escolhem os melhores lugares para a sua atuação, impondo um mercado global (intercâmbio global e lei do valor universal), gerando conseqüentemente uma mais-valia em nível mundial, assegurada pela ação convergente de grandes empresas públicas, privadas ou nacionais ou transnacionais.

Na globalização, a informação não está presente apenas nas coisas, nos objetos técnicos que formam o espaço, mas é necessária à ação realizada sobre essas coisas. "A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, deste modo, equipados para facilitar a sua circulação" (SANTOS, 1999, p.11).

Neste contexto, aumenta a importância dos capitais fixos, dos capitais constantes e também a necessidade de movimento, conseqüentemente cresce o número e a importância dos fluxos, conferindo maior importância à vida de relações. Enquanto diminui a área da produção, se alarga o espaço da circulação, distribuição e consumo.

Logo, a especialização produtiva do trabalho leva a uma maior circulação, que por sua vez resulta numa maior especialização produtiva do trabalho, um círculo vicioso.

4.1.3. Totalidade, Estado-Nação, Formação Econômica e Social

Em *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, no Capítulo 4 – *O Espaço e a Noção de Totalidade*, Milton Santos define a metodologia empregada no decorrer de sua obra:

Em nosso ponto de vista, um caminho seria partir da totalidade concreta como ela se apresenta neste período de globalização – uma totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre Totalidade-Mundo e os Lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminado, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável (SANTOS, 2008d, p. 115).

Destarte, retomando o conceito de totalidade e analisando sua relação com a existência do espaço, Santos define como totalidade “[...] o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento” (Ibid., p.116).

Retomando Sartre, o autor distingue totalidade de totalização, sendo que esta compreende o passado, o presente e o futuro, referindo-se à um processo. Logo, a totalidade está sempre em movimento, buscando totalizar-se. Assim, a totalidade é um momento da totalização, por sua vez muito mais abrangente.

Por conseguinte, a busca pelo conhecimento torna indispensável o entendimento da totalidade, mas, para apreendê-la, “a primeira noção a levar em conta é a de que o conhecimento pressupõe a análise e a segunda noção essencial é a de que a análise pressupõe a divisão” (SANTOS, 2008d, p.118).

Contudo, o todo somente pode ser conhecido por meio do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Para se alcançar a verdade total é necessário ir além e conhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização.

Na obra *Da totalidade ao Lugar* (2005a), Santos considera o Estado-Nação com uma totalidade e a região como uma subunidade, visto que esta não possui existência autônoma.

O Estado-Nação possui recursos que são indivisíveis, como o capital, a população, a força de trabalho etc. Em cada período histórico, esses recursos combinam-se e distribuem-se de maneira diferente, em lugares historicamente determinados. A combinação de recursos se transforma em localização, conseqüentemente, pode-se falar numa diferenciação espacial e numa definição específica para cada lugar.

Santos (1999) aponta o equívoco de pesquisadores pós-modernistas que falam em: “espaço sem fronteiras”, “capitalismo sem fronteiras”, “empresas multinacionais que curto-circuitam os Estados”, “Estado desnecessário”.

Atualmente, no meio técnico-científico-informacional, o Estado-Nação possui um papel no qual ele não pode ser substituído: a) ele torna-se o responsável pela penetração das inovações e pela criação de condições de sucesso aos investimentos estrangeiros, principalmente por ser um instrumento de homogeneização do espaço e pelos equipamentos de infraestrutura que dispõe; b) por meio de seus próprios investimentos, o Estado-Nação participa de uma divisão de atividades que atribui aos grandes capitais os benefícios maiores e os riscos menores; c) possui o papel de mistificador, propagando ou criando a ideologia da modernização, de paz social e de falsas esperanças (SANTOS, 2004a).

Portanto, o Estado-Nação é o “[...] único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional [...]” (Ibid., p. 223). Sua ação constitui um elemento da reorganização espacial, uma vez que ele não é um intermediário passivo:

[...] ao acolher os feixes de influências externas, ele os deforma, modificando sua importância, sua direção e, mesmo, sua natureza. Isto significa que a reorganização de um subespaço sob a influência de forças externas depende sempre do papel que o Estado exerce (SANTOS, 2004a, p. 226).

No âmbito das reflexões acerca da importância do Estado-Nação como unidade geográfica de estudo, surge a discussão sobre a categoria de Formação Econômica e Social. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, considerando-se a relação entre as forças internas e externas. Por conseguinte, a categoria se refere a uma dada sociedade, e não à sociedade em geral.

Segundo Milton Santos, a categoria de Formação Econômica e Social permite

[...] o conhecimento de uma dada sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução. [...] É preciso definir a especificidade de cada formação, o que as distingue das outras, e, no interior da FES, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (2005c, p.25)

A base da explicação é a produção, ou seja, o trabalho utilizado na transformação do espaço, de acordo com suas determinações históricas sucessivas. Logo, “as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (Ibid., p. 28).

Como arcabouço teórico nos estudos das Formações Econômicas e Sociais, Santos ressalta a necessidade de se considerar as relações horizontais e verticais, dois conjuntos de relações interdependentes que redefinem a atual organização espacial.

4.1.4. Horizontalidades, verticalidades, redes e regiões

No atual meio técnico-científico-informacional, com a globalização, os arranjos espaciais não se dão mais como nas regiões tradicionais do passado, meramente sob a forma de pontos contínuos e contíguos. Hoje, as regiões além de serem manchas formadas por pontos contínuos e contíguos são também os diversos pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. Este conjunto de pontos é o espaço (SANTOS, 1999; 2008c).

Portanto, surge uma nova subdivisão, que admite dois recortes: as horizontalidades e as verticalidades.

As horizontalidades são “[...] extensões contínuas, formadas por pontos que se

agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. [...] A solidariedade entre os elementos formadores deve-se, sobretudo, ao processo direto da produção” (SANTOS, 1999, p.12), ou seja, a relação entre subespaços com funcionalidades diferentes.

As horizontalidades podem vistas como uma porção do espaço especializada na produção de determinada(s) mercadoria(s), com diversos subespaços que desenvolvem atividades complementares à produção. Logo, surge uma cooperação entre os subespaços com funcionalidades diferentes, criando o que Milton Santos denomina de solidariedades organizacionais. Essas horizontalidades podem configurar regiões ou não (2008c).

As verticalidades são “[...] pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. [...] a solidariedade é obtida através da circulação, do intercâmbio e de sua regulação” (SANTOS, 1999, p.12-13).

As verticalidades abrangem os outros momentos da produção: circulação, distribuição e consumo. Logo, elas criam interdependências, e estão, inclusive, no centro das relações entre as regiões, muitas vezes de maneira hierárquica (SANTOS, 2008c).

É neste ponto que a ideia de redes surge como um dado fundamental para se entender a dinâmica atual do território, inclusive justificando o uso da expressão verticalidades.

Toda rede é formada por uma realidade material mais um dado social. Segundo Curien (1988, p.12 *apud* SANTOS, 1999), uma rede é

Toda infraestrutura permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação.

Contudo, segundo Santos, a rede também é social e política em virtude das pessoas, mensagens e valores que nela circulam. As redes são portadoras de informações, seja na forma de produtos, mercadorias, dinheiro ou ideias. “Sua função fundamental é assegurar ligações, nos seus mais diversos aspectos” (SANTOS, 1999, p.14).

As redes são ao mesmo tempo locais e globais, daí o espaço apresentar fluxos com diferentes conteúdos, intensidades e orientações, formando redes desiguais e de características diversas, superpostas, emaranhadas em diferentes escalas e níveis, se prolongando umas às outras. Porém como o uso do espaço é seletivo, apenas os atores hegemônicos se servem de todas as redes e se utilizam de todos os territórios, fazendo o território nacional se tornar espaço nacional da economia internacional (Idem).

Uma vez que, no processo global de produção a circulação prevalece sobre a produção, o próprio padrão geográfico é definido pela circulação, já que esta comanda as mudanças de valor no espaço. Assim a fluidez, baseada nas redes técnicas, é o verdadeiro

suporte da competitividade entre os lugares, sendo ao mesmo tempo uma causa, uma condição e um resultado (SANTOS, 2008f).

Para Santos (Ibid., p.278), “as redes são, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de formas centrípetas e de forças centrífugas”. Logo as redes guardam em si tanto um processo de homogeneização como um processo de heterogeneização, no qual a regionalização aparece como resultado dessa tensão.

Sobre estes aspectos, destacadamente sobre a pertinência de se pensar a região na atualidade, Santos (2008b) afirma que a região não deixou de existir, simplesmente houve uma mudança no fenômeno regional, sobretudo no seu significado.

No passado distante, a região fora um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, com as suas características de identidade, exclusividade e limites, devida à presença única desse grupo, sem outra mediação. A diferença entre áreas se devia a essa relação direta com o entorno. Hoje, cada vez mais, os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem eles (lugares), não se realizariam, e o número é muito grande. As regiões se tornaram lugares funcionais do todo, espaços de conveniência. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões (SANTOS, 2005b, p. 156).

Assim, a velocidade das transformações mundiais, acelerada no pós-Segunda Guerra Mundial, fez com que a configuração regional tradicional se desmoronasse, de tal forma a se cogitar a morte da região. A expansão do capital hegemônico em todo o espaço teria eliminado as diferenciações regionais, mas, na realidade, o que se passa é o contrário da homogeneização.

A velocidade dos fluxos e a instantaneidades dos eventos fazem com que os espaços se tornem especializados, normatizados a partir das necessidades do modo de produção, ou seja, das necessidades globais de produção, circulação, distribuição e consumo.

Mas, como aponta Brito (2007), o modo de produção não garante a homogeneidade das regiões, já que elas comportam formas e conteúdos distintos do processo de expansão do capitalismo. Este instiga diferenças nas formas de produzir, gerando algum tipo de vantagem comparativa para a acumulação de capital em cada área. Assim, quanto mais influências externas os lugares sofrem, mais eles se tornarão singulares.

Milton Santos denomina esse processo de *internalização* dos processos externos, considerando o jogo de relações entre o externo e o interno, ou seja, o conjunto de relações que fará com que um mesmo processo mundial de produção tenha diferentes resultados conforme cada lugar (SANTOS, 1988; BRITO, 2007).

Brito (2007) aponta que para Milton Santos o lugar é o resultado de uma combinação

entre os ambientes locais e os ambientes externos.

A cada evento, cada lugar recebe, ou deixa de receber, novas funções, novas normatizações. Assim, cada lugar adquire sua individualidade. Do ponto de vista do processo de totalização, o evento da diferenciação dos lugares é desigual e combinado. É desigual porque atinge os lugares conforme necessidades externas, estranhas, em princípio, a ele; é combinado porque, mesmo nos lugares onde o desenvolvimento é lento e precário, ele está inserido no movimento do presente, que comporta o atual e o antigo, a modernidade e o atraso. Tudo isso se combina num mesmo espaço, num mesmo lugar (p.91).

Além disso, os lugares passam a condicionar a divisão territorial do trabalho, pois os eventos vindos do exterior às vezes necessitam se adequar à realidade local.

As sucessivas divisões do trabalho, em cada período e lugar, conduzem os objetos velhos e novos a novas ações. Essa combinação de diferentes divisões do trabalho sobrepostas num mesmo lugar e tempo acaba por distinguir cada lugar dos demais. Por conseguinte, “o lugar e a região constituem o tempo da divisão territorial do trabalho, isto é, os subespaços que recebem e realizam o modo de produção em suas especificidades” (Ibid., p.92).

Desse modo, a região passa a ser definida por suas “solidariedades organizacionais”, ou seja, “as regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional, baseada em racionalidades de origens distantes que se tornam o fundamento da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 15). Essas solidariedades organizacionais derivam da relação entre horizontalidades (forças centrípetas, de agregação) e verticalidades (forças centrífugas, de desagregação) (SANTOS, 2008b).

Uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território a partir da difusão do meio técnico-científico-informacional, que passa a distinguir as zonas servidas pelos meios de conhecimento e áreas desprovidas dessa vantagem. Esses meios de conhecimento dizem respeito aos recursos técnicos (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade), científicos, financeiros e organizacionais (leis locais, impostos, relações trabalhistas). Estes resultam numa maior rentabilidade dos investimentos nas atividades econômicas, uma vez que permitem um maior aproveitamento das leis de natureza física, ou seja, de acompanhamento e previsão dos fenômenos da natureza e uma independência relativa dos fatores naturais que condicionam as atividades econômicas. (SANTOS, 2008b). Portanto, a diferenciação se daria pela capacidade diferencial de cada lugar em oferecer rentabilidade aos investimentos, contudo, a eficácia se refere a um determinado produto, e não um produto qualquer.

A partir desse raciocínio, Santos fala de *produtividade espacial* ou *produtividade geográfica*, noção aplicável a um determinado lugar em função de uma atividade específica ou conjunto de atividades, na qual as condições artificialmente produzidas se sobressaem em

relação às condições naturais. Note-se que a *produtividade espacial* de um lugar é sempre relativa aos demais lugares, uma vez que depende das vantagens comparativas de localização.

Como resultados têm-se uma maior heterogeneidade entre as unidades territoriais, com uma divisão do trabalho mais profunda e uma vida de relações mais intensa (SANTOS, 2008b).

No mundo globalizado, a região deixa de ser longamente elaborada e estável, passando a apresentar uma menor duração do “edifício regional”. “[...] O que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a sua coerência funcional. É isso que a distingue das entidades congêneres, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta muda a definição do recorte territorial, mas não o suprime” (SANTOS, 1999, p.16). Portanto, a região continua a existir, inclusive com um nível de complexidade muito maior.

Santos (2008b) assinala que nenhum subespaço do planeta escapa ao processo conjunto de globalização e fragmentação, ou seja, individualização e regionalização, pois o tempo acelerado acentua a diferenciação dos eventos¹⁰, que por sua vez aumenta a diferenciação entre os lugares.

Dessa forma, pode-se concluir que os eventos, tidos como um conjunto de vetores, são conduzidos por um processo, a saber, a difusão do meio técnico-científico-informacional. Esse processo atinge o espaço e muda as funções nele preexistentes, além de promover o surgimento de novos objetos. Logo, altera-se também o padrão espacial, ou seja, a forma como os objetos se distribuem e se relacionam, o que pode levar à transformações no recorte regional.

4.2. Proposta de Divisão Regional do Brasil de Milton Santos e Maria Laura Silveira – 1999

A divisão regional do Brasil proposta por Milton Santos e Maria Laura Silveira, apresentada na obra “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” (2001), no Capítulo XII – “As diferenciações no território”, está assentada na premissa de uma difusão

¹⁰ Santos compreende evento como “[...] um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado no meio. Somente aí há o evento, não antes. [...] Se aquele feixe de vetores pudesse ser parado no caminho, antes de se instalar, não haveria evento. A ação não se dá sem que haja um objeto e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto. Por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais” (2008e, p.95).

diferencial do meio técnico-científico-informacional sobre o espaço e sua relação com as heranças do passado, apreendidas por meio das “situações características”. Os autores partem de alguns critérios de análise que derivam do arcabouço teórico-metodológico que desenvolveram no decorrer de suas pesquisas científicas/acadêmicas, como já destacado anteriormente.

Como resultado da difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional sobre o espaço já transformado têm-se as desigualdades territoriais, derivadas de um grande número de variáveis, cujas combinações produzem uma gama de situações que ambos consideram de difícil classificação.

Mesmo reconhecendo as dificuldades existentes na seleção destas variáveis, Santos e Silveira destacam que é imprescindível considerar as características naturais herdadas, as formas de modificação da materialidade do meio geográfico, as diferenças de densidades, a diversidade das heranças e formas de impactos destas no presente, além do dinamismo de cada parcela e sua relação com o dinamismo mais geral do território visto em sua totalidade.

Desta forma, foram destacadas “situações características” que são utilizadas como critérios de análise da desigualdade territorial: zonas de densidade e de rarefação, fluidez e viscosidade, espaços da rapidez e da lentidão, espaços luminosos e espaços opacos, espaços que mandam e espaços que obedecem e as novas lógicas centro-periferia. Segue-se uma descrição destes critérios.

I. Zonas de densidade e de rarefação

A densidade é considerada como um palimpsesto, ou seja, um “[...] objeto de superposições contínuas ou descontínuas, abrangentes ou localizadas, representativas de épocas, cujos traços tanto podem mostrar-se na atualidade como haver sido já substituído por novas adições” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 260).

Sendo assim, o território possui diferenças de densidades quanto aos objetos, homens, ações e quanto ao movimento das coisas, dos homens, das informações e do dinheiro.

Contudo, se tomarmos a densidade somente pelo aspecto quantitativo, ela não passa de um indicador, uma vez que sua explicação se dá através de seus processos evolutivos.

O exame do território permite distinguir a densidade de coisas naturais e de coisas artificiais. Ele pode ser analisado como um todo ou em suas subdivisões, onde podemos calcular as densidades técnicas, informacionais, normativas, etc.

II. Fluidez e viscosidade

A fluidez corresponde às condições para uma maior circulação, seja de homens, produtos, mercadorias, dinheiro ou de informações e ordens.

Os lugares se distinguem em função da possibilidade de fluidez, possíveis por meio de sistemas de engenharia que facilitam o movimento, como equipamentos viários e infoviários.

A fluidez facilita a divisão do trabalho, podendo ser:

- a. Virtual: medida em função da presença dos sistemas de engenharia, mas o número e a densidade das vias não necessariamente correspondem à frequência e densidade de seu uso;
- b. Efetiva: quando há o uso de fato das vias virtuais.

Logo,

Um espaço pode ser denso quanto às vias, mas não fluido. [Isto ocorre porque] a densidade viária e infoviária não têm, pois, relação com o tamanho e a densidade da população, nem com a antiguidade do povoamento, nem com as urgências das sociedades locais, mas com os nexos econômicos, sobretudo, os da economia internacional (Ibid., p.262).

Portanto os espaços que possuem condições para uma maior circulação são fluidos e os que não possuem são viscosos.

III. Espaços da rapidez e da lentidão

Há os espaços da rapidez, da lentidão e também situações intermediárias.

Os espaços da rapidez, do ponto de vista material, são aqueles dotados de maior número de vias (de boa qualidade), de mais veículos privados (mais modernos e velozes) e de mais transportes públicos (mais baratos, com horários mais frequentes, convenientes e precisos).

Do ponto de vista social, são aqueles onde é maior a vida de relações, fruto da sua atividade econômica ou sociocultural, ou então, zonas de passagem.

Como os espaços da fluidez e da viscosidade, “os espaços da rapidez e os da lentidão se distinguem também em função da importância da divisão do trabalho, sobretudo quando ela é interna à região, e também da variedade e da densidade dos consumos” (Ibid, p.263).

Uma importante ressalva deve ser feita, pois os espaços da rapidez não correspondem necessariamente com as zonas de densidade e com os espaços do mandar, nem os espaços da lentidão são os mesmos que as zonas de rarefação e os espaços do fazer e do obedecer. Estas relações não são diretas. Por exemplo, os espaços do fazer podem ser também espaços da

rapidez e zonas de densidade. Entretanto, os espaços do mandar geralmente são também os espaços da rapidez e da fluidez.

IV. Espaços luminosos e espaços opacos

Os espaços luminosos acumulam densidades técnicas e informacionais, estando mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Possuem consistência técnica e política, enquadrando-se na regularidade e na lógica obediente aos interesses das maiores empresas.

Por sua vez, os espaços opacos não acumulam densidades técnicas e informacionais.

V. Espaços que mandam e espaços que obedecem

Os espaços que mandam são ordenadores da produção, do movimento e do pensamento, abrangendo o território como um todo. O pensamento dá-se por meio da informação subjacente à produção moderna, instalando uma circulação, que por sua vez cria o movimento. Portanto, são aqueles espaços onde se superpõem divisões do trabalho que se sustentam mutuamente, de forma que acabam sendo espaços da fluidez e da rapidez.

Note que não é o lugar em si que exerce esse poder. Obviamente o poder é exercido por meio de sistemas de engenharia e dos sistemas normativos presentes em cada lugar, mas quem manda de fato são as empresas e o poder público.

VI. Novas lógicas centro-periferia.

Santos e Silveira estabelecem genericamente três grandes períodos da história territorial brasileira.

O primeiro período dura até a Segunda Guerra Mundial, ou seja, é anterior à unificação do território e do mercado. Tratava-se de um Brasil policêntrico, no qual o poder centralizado no Governo Geral, depois no Vice-Reinado e em seguida no Império tinha fraca capacidade de controle do território e juntamente a uma economia fragmentada resultava num Brasil arquipélago. Isto porque cada região produtora se ligava num centro litorâneo próximo, assegurando relações externas em detrimento das relações internas.

Com a introdução das estradas de ferro, sobretudo na segunda metade do século XIX, emerge um uso mais dinâmico do território. Com exceção do Sudeste, a ferrovia reforça os laços entre as metrópoles regionais e sua hinterlândia, contudo, sem estabelecer relações profundas entre tais metrópoles. No Sudeste, a rede localizada de ferrovias mais o intercâmbio baseado numa divisão territorial do trabalho será o embrião da atual área concentrada. Esta

organização do território destaca o Rio de Janeiro e São Paulo como pólos, cuja relação com a periferia do país era incompleta e acabou por gerar e aprofundar as disparidades regionais. Salienta-se que dentro da própria área concentrada o crescimento é desigual e combinado.

O segundo período estende-se da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970. Neste, ganha força a idéia de unificar o país pelos transportes através de uma planificação sistemática, que se realiza mediante a interligação das estradas de ferro e a construção acelerada de uma rede nacional de rodovias. O crescimento industrial de São Paulo e a construção de Brasília são alguns dos elementos fundamentais desta integração nacional. O sustentáculo de tais realizações é a teorias desenvolvimentistas e o desejo de emancipação nacional, que iriam desembocar num processo de unificação para dentro.

O terceiro período coincide com o processo de globalização e perdura até a atualidade. A indústria perde a primazia para a informação. A cidade de São Paulo continua sendo o pólo nacional, isso porque apesar do menor crescimento industrial e do processo de desconcentração industrial, ambos em curso na cidade, há uma ascensão das atividades terciárias que se organizam recentemente de forma centrífuga.

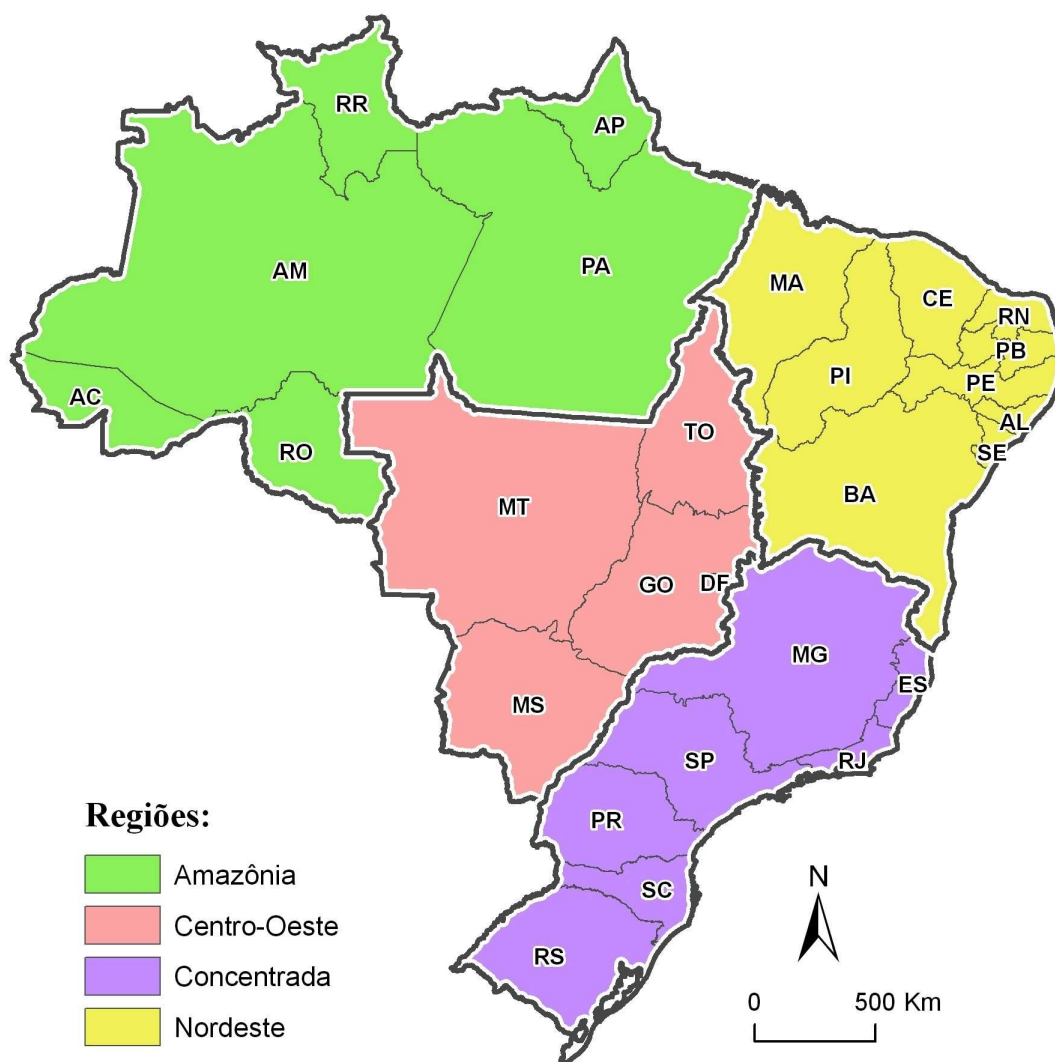
Brasília mantém sua centralidade política e São Paulo sua centralidade econômica, conquistadas no período anterior. Entretanto, com a abertura da economia, ambas exercem apenas uma “[...] *regulação delegada*, isto é, uma regulação cujas *ordens* se situam fora de sua competência territorial e deixam pequena margem para a escolha de caminhos suscetíveis de atribuir, de dentro, um destino ao próprio território nacional” (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 268).

O modelo econômico baseado em forças centrífugas apresenta estreita cooperação por parte do Estado, este se tornando também centrifugador e sua regulação desreguladora. O papel dos centros nesse contexto é cada vez menos regulador, tornando o país ainda mais periférico.

4.2.1. O meio técnico-científico-informacional e “os quatro Brasis”

Por meio das “situações características” Santos e Silveira identificaram quatro macrorregiões no país, “os quatro Brasis”, destacando principalmente duas variáveis: as características da atualidade – a difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional – e as heranças do passado – as rugosidades, que estão ligadas tanto à tecnicidade dos objetos

de trabalho quanto ao arranjo desses objetos e suas relações resultantes. A constante é o espaço, tido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.



Mapa 6 – Regionalização do Brasil segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira – 1999.
 Fonte: SANTOS, SILVEIRA, 2001. (Org. Simone Affonso da Silva).

Regiões	Estados e Distrito Federal
Amazônia	estados do Pará, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia.
Centro-Oeste	estados de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins.
Concentrada	estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
Nordeste	estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Quadro 7 – Composição da regionalização do Brasil segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira – 1999.

Fonte: SANTOS, SILVEIRA, 2001. (Org. Simone Affonso da Silva).

➤ **Região Concentrada**

A Região Concentrada é formada pelos estados do Sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo – e os estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, caracterizando-se pela implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação.

Como heranças do passado, destacam-se o “[...] meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e da família, a uma vida comercial mais intensa” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 269), e conseqüentemente, a distribuição da população e do trabalho em numerosos núcleos importantes.

A partir deste cenário, se desenvolve a difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional, marcado pela emergência de “[...] atividades ligadas à globalização, que produzem novíssimas formas específicas de terciário superior, um quaternário e um quinquenário ligados à finança, à assistência técnica e a política e à informação em suas diferentes modalidades” (Idem), superpondo-se às formas anteriores do terciário. Logo, surgem novas especializações do trabalho.

O novo setor de serviços sustenta as novas classes médias que trabalham nos diversos setores financeiros, nas múltiplas ocupações técnicas e nas inúmeras formas de intermediação, marketing, publicidade, etc.

A cidade de São Paulo permanece como o pólo nacional. Embora a indústria apresente um crescimento menor, levando a uma perda relativa do poder industrial da cidade, há um significativo aumento do seu papel de regulação, pela concentração da informação, dos serviços e da tomada de decisões. Dessa forma, a metrópole paulistana renova seu comando sobre todo o território brasileiro, estando praticamente onipresente no espaço nacional por sua ação instantânea e diretora. Para Santos e Silveira a onipresença de São Paulo permite que se fale numa dissolução da metrópole, já que ela está em toda parte.

A Região Concentrada cresce mais que a metrópole e isso poderia ser denominado de involução metropolitana, manifestando-se no fenômeno da desindustrialização do ABCD, no qual registra-se uma fuga de indústrias para outros pontos da região metropolitana, para o interior paulista e para outros estados.

Consolidam-se também os *belts* modernos com a intensa utilização da ciência, técnica e informação e importantes aumentos na produtividade. Em São Paulo eles são destinados ao cultivo de laranja para a produção de suco reservado à exportação e cana de açúcar para a

produção de álcool. No Sul, reafirmam-se como modernos cinturões de soja, trigo, algodão, milho, arroz, fumo e uva.

Ao mesmo tempo que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, portos, silos, etc.) e dos capitais constantes (maquinários, veículos, sementes, adubos, etc), aumenta também a necessidade de movimento. Crescem assim o número e a importância dos fluxos, sobretudo a circulação de dinheiro. Mas esse fluxos multiplicam-se com mais intensidade dentro da Região Concentrada, onde a divisão do trabalho é extrema e a vida de relações assume especial relevo (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p.270).

Por fim, na Região Concentrada há também o aumento da repartição do trabalho no território, demandando uma maior união por meio das cooperações que une as diversas etapas do trabalho, e assim cria círculos no território que por sua vez formam as redes.

➤ **Região Centro-Oeste**

A Região Centro-Oeste é composta por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, é definida como uma área de *ocupação periférica* recente.

As heranças do passado são escassas, e sua ausência é representada pelo território praticamente *natural*, ou melhor, *pré-técnico*, no qual a vida de relações era rara e precária.

A difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional se dá sobre esta realidade pré-técnica, sendo os novos dados constitutivos do território aqueles ligados à informação e à uma rede de cidades assentada numa agricultura moderna e suas necessidades relacionais.

A agricultura moderna, globalizada, gera uma grande densidade de mecanização agrícola, utilização de insumos e de tecnologia de ponta, como a agricultura de precisão. Devido ao valor relativamente baixo da terra diminuem-se os custos do trabalho com o alto grau de capitalização em fixos e fluxos.

Destaca-se a participação do Estado no financiamento necessário à criação de novos sistemas de engenharia e sistemas de movimento que a agricultura moderna exige. Contudo, o comando dessas atividades é exercido pelas firmas globais com sede na Região Concentrada, mesmo que seus mecanismos sejam pouco visíveis.

Portanto, “não havendo rugosidades materiais e organizacionais consideráveis, os novos objetos e novas ações criam um espaço inteiramente novo e com grande participação na globalização” (Ibid., p. 271).

➤ **Região Nordeste**

A Região Nordeste é composta pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, caracterizada pelo povoamento antigo, onde a constituição de um meio mecanizado se deu de forma pontual e pouco densa, com a precária circulação de pessoas, produtos e informações, ordens e dinheiro, devido à natureza das atividades – agricultura pouco intensiva com baixos índices de mecanização – e a estrutura da propriedade.

Como heranças da ocupação econômica realizada no período pré-mecânico tem-se o grande número de núcleos urbanos em virtude da baixa mecanização do território, com densidades bastante importantes, embora as taxas de urbanização regional sejam baixas.

Dessa forma, “se as aglomerações são numerosas, a urbanização é, de modo geral, raquítica. São causas e consequências da fraqueza da vida de relações, formando um círculo vicioso” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.272).

A influência do fenômeno da globalização e a instalação do meio técnico-científico-informacional em certas manchas do território regional se dão num quadro sócioespacial praticamente engessado, abrindo perspectiva de importantes fraturas na história social, com mudanças brutais nos papéis econômicos e políticos de grupos, pessoas e lugares.

➤ **Região Amazônia**

A Região Amazônia é composta pelos estados do Pará, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia, é uma região de rarefação demográfica e baixas densidades técnicas.

No passado o povoamento era concentrado porque a agricultura tinha limitações em capital, técnica e escopo. Foi a última região a ampliar sua mecanização na produção econômica e no território.

A vastidão do território e a necessidade de interligar lugares levou primeiramente ao aumento de pontos servidos pela aviação, que tendem a ser os mesmos pontos nucleares das vias de circulação fluvial ou terrestre.

As novas hidrovias, como a Madeira-Amazonas, atendem ao escoamento da produção da soja nos *fronts* de Mato Grosso e Rondônia. Mesmo servidos pelos transportes e comunicações as hidrovias exercem fraco papel de centralidade, uma vez que as fazendas modernas que necessitam de fluidez e exigentes relações levam ao rápido crescimento de núcleos urbanos multifuncionais. Essas áreas agrícolas e cidades-cogumelo exercem comando sobre vastas áreas, inclusive ligando-se às áreas mais dinâmicas do país por meio da

disseminação dos recursos das telecomunicações modernas, indicando a penetração da globalização na Região Amazônia.

Neste cenário, Manaus consolida-se como pólo industrial, marcando a coexistência de sistemas de movimento modernos e rápidos e sistemas de movimento lento (atividades tradicionais), comum às cidades mais importantes, que também mantêm fracas relações com suas respectivas hinterlândias.

Por fim, destaca-se que diferentemente do restante do país, a ocupação da região decorre do conhecimento fundado em modernos satélites e radares.

4.3. Um velho desafio e uma nova forma de ver a região: contribuições e limites

A utilização de diversos conceitos e categorias da história do pensamento geográfico e a profundidade com que Milton Santos e Maria Laura Silveira os abordam trazem a necessidade de fazer a leitura de diversas obras, sejam livros ou artigos publicados em eventos e revistas. A leitura atenta da obra dos autores é de vital importância uma vez que os conceitos e categorias se transformam ao longo de suas produções científico-acadêmicas, ganhando novos sentidos e conteúdos.

Brito (2007) ressalta uma importante característica da concepção de região de Milton Santos e Maria Laura Silveira: a região parte do universal ao particular, diferentemente da tradicional escola francesa e o seu método regional, que parte do particular em direção ao geral.

A proposta de divisão regional de Milton Santos e Maria Laura Silveira, publicada em 2001 no livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* é reafirmada pelo artigo de Maria Laura Silveira *Diferencias regionales en el territorio brasileño: perspectivas diacrónica y sincrónica*, publicado na Revista Scripta Nova, da Universidade de Barcelona, em 2007, no volume XI.

Neste artigo, Silveira retoma algumas ideias expostas no livro supracitado, inclusive justifica de forma indireta uma aparente contradição: após a proposta de regionalização do Brasil, Santos e Silveira passam a analisar o processo de urbanização regional com base nas cinco macrorregiões da Divisão Regional oficial, adotada pelo IBGE. Os autores optam por analisar a urbanização nas regiões com base na regionalização realizada pelo IBGE e não na sua própria proposta de regionalização, pois acreditam que “La situación anterior de cada

región pesa sobre los procesos recientes” (SILVEIRA, 2007).

Logo, a análise da urbanização nas regiões de acordo com a divisão regional oficial serviu como um dos parâmetros para o esboço de uma nova proposta de divisão regional, objetivando contribuir na compreensão das atuais desigualdades territoriais. As variáveis escolhidas e a abordagem utilizada nesta proposta de regionalização são resumidamente expostas por Silveira (2007):

Esas herencias [los diversos estratos técnicos superpuestos al medio natural original desde el inicio del siglo XVI], asociadas a las formas actuales de presencia del medio técnico-científico-informacional, nos servirán como parámetro para definir las diferenciaciones y compartimentaciones del territorio brasileño.

Fica bem claro que a ação estatal realizada baseando-se nas macro-regiões brasileiras definidas pelo IBGE para fins de planejamento contribuiu, em certa medida, para a formação das regiões que Milton Santos e Maria Laura Silveira reconhecem posteriormente. Ou seja, o planejamento territorial do Estado brasileiro é, em grande medida, responsável pela produção das diferenciações, em termos de meio técnico-científico-informacional, identificadas por Santos e Silveira.

Alguns aspectos da divisão regional do Brasil apresentada por Milton Santos e Maria Laura Silveira são discutíveis.

Sobre a Região Centro-Oeste, inicialmente pode parecer um exagero os autores considerá-la como um território praticamente natural, ou melhor, pré-técnico até meados do século XX, no qual a vida de relações era rara e precária. Entretanto, é com a intensificação dos processos de industrialização e urbanização do Brasil a partir da década de 1950 que as rugosidades materiais e organizacionais passam a ser consideráveis nessa região. Ressalta-se que o processo de ocupação da Região Centro-Oeste intensifica-se em razão das necessidades de sua integração ao restante do país e também à integração da Amazônia com o Centro-Sul via Centro-Oeste.

Sobre a Região Concentrada, os autores destacam a existência de “[...] atividades ligadas à globalização, que produzem novíssimas formas específicas de *terciário superior*, *um quaternário* e *um quinquenário* ligados à finança, à assistência técnica e a política e à informação em suas diferentes modalidades” (2001, p. 269, grifo nosso). Contudo, na obra não há definições do que seriam o “terciário superior”, o “quaternário” e o “quinquenário”, o que pode dificultar a análise desses termos tanto em relação à sua pertinência como em relação à sua aplicabilidade à região concentrada.

Em relação à centralidade da Região Metropolitana de São Paulo, três termos são

utilizados para explicar um processo de reestruturação produtiva da indústria: “dissolução da metrópole”, “involução metropolitana” e “desindustrialização do ABCD”.

O termo “dissolução da metrópole” é utilizado para explicar a perda relativa de população e de indústria da cidade de São Paulo para outras localidades.

Santos e Silveira identificam um outro fenômeno, denominado de “involução metropolitana”. Santos (1990, p.183) define involução metropolitana como “[...] o aumento desmesurado e constante do número de pobres e trabalhadores mal pagos, com as correspondentes condições de vida”. No Brasil, esse fenômeno pressupõe três razões:

- a) o crescimento menor das metrópoles em relação ao restante das regiões onde se localizam, ou seja, o Produto Interno Bruto cresce menos nas metrópoles que no resto do país e na região correspondente. No caso de São Paulo, a cidade cresce menos do que outras áreas do estado e o país como um todo;
- b) a reversão da remuneração entre o campo e a cidade como uma tendência a ser afirmada nas áreas onde o capitalismo amadurece, ou seja, algumas ocupações urbanas podem ser menos bem remuneradas do que as do campo;
- c) alguns índices de qualidade de vida melhores no interior do que na metrópole.

A “involução metropolitana ocorreria devido

[...] à capacidade de atração dos pobres pela metrópole, onde vêm engrossar uma demanda de empregos formais e de serviços urbanos a que a cidade do capital monopolista não atende. Mas a economia urbana se adapta a essa situação, segmentando-se por meio de atividades com os mais diversos níveis de capitalização, tecnologia e organização, criando oportunidades de trabalho que não haveriam, se apenas existissem as empresas modernas (SANTOS, 1990, p. 185).

Outro aspecto bastante discutível sobre a Região Concentrada de Milton Santos e Maria Laura Silveira é o que eles denominam de “desindustrialização do ABCD”.

A escolha dos termos “dissolução da metrópole”, “involução metropolitana” e “desindustrialização do ABCD” podem causar equívocos na interpretação dos fenômenos que tem ocorrido com a RMSP. Neste caso, baseamo-nos em Lencioni (1998, 2002, 2005) para falar em desconcentração industrial.

O termo desconcentração industrial nos parece mais apropriado para abordar as mudanças no perfil de centralização da cidade de São Paulo no âmbito da região concentrada, abarcando tanto o que Santos e Silveira denominam de “dissolução da metrópole”, bem como a chamada “involução metropolitana” e a “desindustrialização do ABCD”.

O processo de industrialização brasileiro e destacadamente da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP – esteve ligado à expansão do fordismo em direção a países ainda

pouco industrializados, movimento que, segundo David Harvey (2005), consistia em uma tentativa de superação das contradições do capitalismo, onde a necessidade de investimentos aplicados na industrialização punha-se como solução para o fenômeno de superacumulação de capitais, que se dava nos países do centro do sistema capitalista.

Segundo Ricardo Antunes (2006), os modelos produtivos pós-fordistas começam a ser observados no Brasil em meados da década de 1980, como resultado de uma crise nos padrões de acumulação centrados no tripé: Estado, capital estrangeiro e capital nacional.

No que diz respeito à Região Metropolitana de São Paulo, os modelos produtivos pós-fordistas podem ser percebidos principalmente no processo de reestruturação produtiva que se dá, mais por mudanças organizacionais, do que por desenvolvimentos tecnológicos relacionados à produção.

De acordo com Sandra Lencioni (2002, p.201) esses processos organizacionais estariam relacionados a um espraiamento das plantas fabris, ao longo das rodovias, e que se daria em um raio de 150 km a partir da capital. O espraiamento das plantas fabris seria acompanhado por uma concentração dos centros de mando que continuariam a posicionar-se na “Grande Metrópole” (Ibid., p.203).

Interpretar esse processo a partir de dados referentes ao número de estabelecimentos e a força de trabalho empregada na indústria permite concluir, erroneamente, que um município como o de São Paulo – o de maior representatividade industrial da RMSP – desindustrializou-se, conforme criticamente aponta Regina Helena Tunes (2004). Contudo, determinado estudo mais apurado acerca da dinâmica econômica e espacial da indústria no período que se estende da década de 90 aos dias atuais possibilita enxergarmos mais uma reafirmação da centralidade da região metropolitana sobre o entorno, através da desconcentração das bases produtivas, do que sua desindustrialização. Como destaca Lencioni,

Se a concentração das atividades econômicas, sobretudo a concentração industrial, é que estruturou o aglomerado metropolitano, hoje é a dispersão industrial o elemento fundamental na reestruturação da metrópole de São Paulo (2002, p.198).

A dispersão industrial faz-se em busca de novas “economias de escala”, na qual as grandes corporações possuem importante papel na extensão das plantas industriais ao Interior, pois, como infere a autora, esse processo de desconcentração “[...] é, sobretudo, orquestrado pela atuação das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos, que através de fusões, absorções e associações têm, cada vez mais, centralizado o capital social” (Ibid., p31).

Destarte, haveria então mais um processo de transferência ou mesmo interiorização da estrutura produtiva, cabendo a ressalva de que a administração do capital permanece,

portanto, centralizada na RMSP, principalmente por esta região ser dotada de infraestrutura que corresponde aos requisitos dos setores financeiros e de serviços os quais atendam às necessidades das sedes de tais grupos. Sobre essa peculiaridade da RMSP, Araújo (2001) afirma que:

Na verdade, a reestruturação produtiva em curso no país, acelerada a partir dos anos 90, longe de esvaziar a Região Metropolitana como centro industrial, agregou-lhe o papel de principal centro financeiro e de grande prestador de serviços produtivos. Ou seja, além de manter níveis de concentração industrial semelhantes aos de 1985, a RMSP se converteu nesse final de século no *locus* das sedes de grandes empresas industriais, financeiras e prestadoras de serviços do país exatamente porque é seu pólo industrial.

Assim, a reestruturação produtiva, alicerçada na dispersão industrial pelo interior e em alterações das condições de produção, pontuado por Lencioni (2005), estabelece uma interpretação esclarecedora frente às perspectivas que enveredam pelas hipóteses de descentralização, desindustrialização ou mesmo “desconcentração-concentrada”. Desta forma, a autora observa que:

A metrópole de São Paulo se desconcentra como negação dos mecanismos de concentração e afirma sua centralidade. Por isso negamos o emprego da palavra descentralização para descrever o processo de dispersão da indústria no interior paulista. Pois, este processo – longe de ser um processo de descentralização industrial –, a rigor é um processo de centralização. Atento a isto concordamos em parte com a idéia de 'desconcentração-concentrada', pois trata-se de um processo de centralização do capital que consolida a hegemonia do grande capital e subordina os outros capitais à organização oligopolista e utiliza mecanismos de dispersão espacial como forma estruturante do espaço, e não mais mecanismos concentradores (1998, p.207).

Segundo estudos da Fundação Seade (2001), mesmo após a intensificação do processo de desconcentração industrial verificado nas últimas décadas, a RMSP ainda apresenta um alto grau de concentração econômica.

No tocante à indústria, apesar da perda relativa de concentração na RMSP, ainda verifica-se uma grande desproporção no número das unidades industriais e também no valor adicionado da indústria metropolitana quando comparada ao restante do estado.

Deve-se lembrar, no entanto, que as regiões que mais aumentaram sua participação no período foram aquelas que compõem o chamado “entorno metropolitano”, formado pelas Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba. A RMSP juntamente com esse “entorno metropolitano”, que em 1996 concentrava 88% da produção industrial paulista, aumentou sua participação para 90%, em 2001. Esses dados mostram a

[...] confirmação de um forte núcleo na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), – complementado com uma atividade intensa nas regiões administrativas que compõem o seu entorno (Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Baixada Santista), – e uma vasta região interiorana, com menor escala de produção (Idem).

Sandra Lencioni (2002, p.203) aponta que a concentração industrial nas regiões administrativas que compõem o que a Fundação Seade define de “entorno metropolitano”, decorre de um processo de longa data, com “raízes históricas profundas”, refletindo a divisão inter-regional do trabalho dentro do estado.

Por fim, a autora (1998, p.32) destaca que a desconcentração industrial verificada da RMSP em direção às áreas contíguas à metrópole foi possível devido à homogeneização de infraestrutura básica que o Estado de São Paulo adquiriu durante a expansão territorial da cafeicultura desde o início do século XX. Com essa relativa homogeneização, os municípios contíguos a RMSP tem oferecido grandes oportunidades para a instalação de industrial, inclusive pela proximidade da metrópole, o que facilita a utilização do importante setor terciário nela localizado.

5. Convergências e divergências nas propostas de regionalização do IBGE (1969), Roberto Lobato Corrêa (1989) e Milton Santos e Maria Laura Silveira (1999)

Este capítulo retomará algumas características das propostas de regionalização do Brasil apresentadas nos capítulos anteriores de forma a compará-las, buscando eventuais convergências e divergências tanto na configuração dos recortes regionais como nos fundamentos teórico-metodológicos empregados por cada autor.

Ressalta-se que as regionalizações analisadas não são substancialmente diferentes umas das outras. O que apontamos a seguir são algumas particularidades que justificam as diferenças encontradas no decorrer da análise comparativa.

Destacam-se alguns aspectos em comum entre as regionalizações. Primeiramente, o plano de fundo de todas as regionalizações analisadas é a divisão territorial do trabalho. A esse respeito, o IBGE não define nenhum conceito-chave na elaboração de sua regionalização, contudo, Corrêa utiliza o conceito de organização espacial e Santos e Silveira recorrem ao conceito de Formações Econômicas e Sociais.

Embora os conceitos de organização espacial e Formações Econômicas e Sociais guardem algumas semelhanças, este é mais complexo, pois aponta um número maior de variáveis e inter-relações, apresentando maior capacidade explicativa do fenômeno regional.

As três propostas de regionalização se prendem aos limites político-administrativos, ou seja, não fragmentam nenhum estado ao traçar os limites regionais, embora haja diferenciações internas em alguns estados da federação. Num segundo plano, a proposta de Pedro Pinchas Geiger diferencia-se por fragmentar alguns estados, fazendo com que pertençam à mais de uma unidade regional ao mesmo tempo.

No tocante às divergências, o IBGE considera as macrorregiões como sendo homogêneas e tanto Corrêa como Santos e Silveira consideram as regiões como sendo heterogêneas. Contraditoriamente, somente na divisão do IBGE há subdivisões conforme a diferenciação interna de cada região. O IBGE reconhece as microrregiões homogêneas como subdivisões das macrorregiões, sendo posterior o surgimento das mesorregiões e das regiões funcionais urbanas, denominadas atualmente de áreas de influência das cidades. Por outro lado, tanto a regionalização de Roberto Lobato Corrêa como a de Milton Santos e Maria Laura Silveira não ressaltam os lugares que destoam no contexto das regiões, ou seja, sua fragmentação interna.

Isso é importante pois muitos geógrafos identificam atualmente que o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Ribeira destoam da tradicional Região Sudeste do IBGE, e que o sul do estado do Pará, o sul do Maranhão, o entorno de da cidade de Belém e o norte do estado de Mato Grosso são áreas mais dinâmicas do que as regiões a que pertencem.

A respeito das relações internas, inter-regionais e internacionais, a Divisão Regional do Brasil elaborada pelo IBGE destaca somente as relações internas que conferem a homogeneidade e coesão às regiões; Corrêa enfatiza bastante esses três níveis de articulação, uma vez que eles compõem um dos quatro critérios de regionalização utilizados pelo autor; Santos e Silveira também destacam os três tipos de relações, inerentes à sua própria concepção de região.

Pode-se ressaltar também as diferentes concepções sobre as desigualdades regionais. O IBGE, fundamentando-se na Teoria do Desenvolvimento, acredita que por meio da ação do Estado o desenvolvimento econômico suprimiria as desigualdades regionais. Daí dividir o país em regiões para melhor gerir o planejamento. Corrêa, baseando-se no materialismo histórico, utiliza a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado para explicar as desigualdades regionais. Para Santos e Silveira as desigualdades regionais são causadas também pela forma como o modo de produção capitalista se realiza espacialmente, ou seja, produzindo desigualdades.

Como aponta Rita de Cássia Ariza da Cruz (informação pessoal)¹¹, poderíamos dizer que Corrêa regionaliza a partir da causa estruturante da produção de diferenciações espaciais, ou seja, da Divisão Territorial do Trabalho. Santos e Silveira, por sua vez, regionalizam a partir do “produto espacial” desse processo, ou seja, a disseminação espacial do meio técnico científico informacional.

Deste modo, Corrêa e Santos e Silveira não diferem substancialmente quanto às causas da diferenciação espacial. Eles diferem quanto à forma de “ler” o resultado espacial das mesmas, uma vez que o desenvolvimento desigual gera diferenças espaciais e essas diferenças podem ser “lidas” a partir de um critério, como por exemplo, a difusão espacial do meio técnico-científico-informacional (Idem).

O IBGE, por sua natureza e finalidade, possui um grande número de publicações relacionadas à temática regional, principalmente entre a década de 1950 e início dos anos 1990. Por outro lado, ressalta-se que uma pequena parte da produção científico-acadêmica de Roberto Lobato Corrêa dedica-se ao tema, enquanto Milton Santos e Maria Laura Silveira,

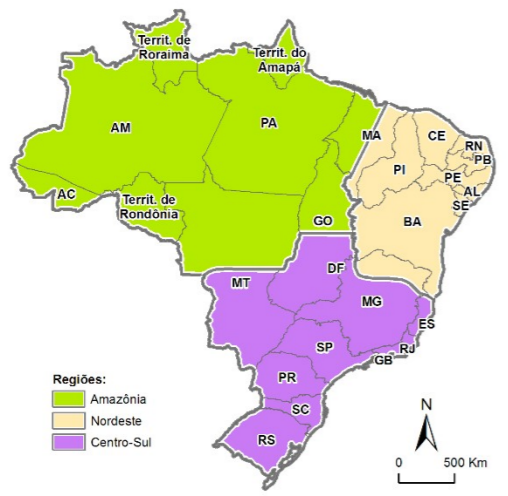
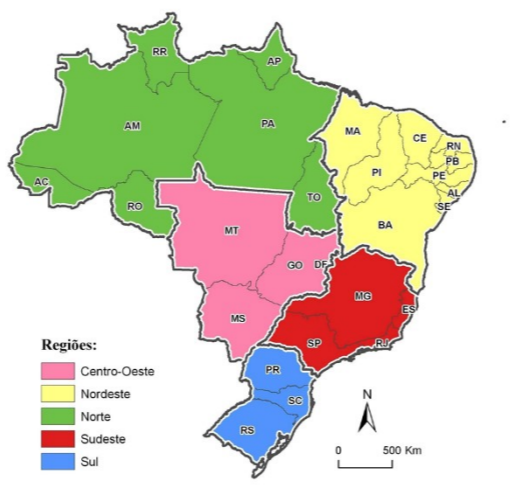


¹¹ CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Mensagem recebida por sas_usp@yahoo.com.br em 14/08/2010.

embora não tenham se dedicado exclusivamente à problemática regional, apresentam reflexões sobre a categoria região que perpassam grande parte de suas obras.

Conseqüentemente, Milton Santos e Maria Laura Silveira destacam-se por apresentar uma reflexão epistemológica mais densa e atual, o que possibilita uma análise mais complexa da realidade ao considerar um maior número de conceitos e categorias trabalhados ao longo da história do pensamento geográfico, sempre atentando por suas relações.

Como a produção de cada autor relacionada à temática regional refletirá nas suas propostas de divisão regional do Brasil, a seguir comparam-se os propósitos, critérios, referenciais teórico-metodológicos (corrente do pensamento geográfico, teorias, conceitos e categorias), a concepção de região presentes em cada proposta de regionalização analisada no corpo deste trabalho e suas contribuições, conforme o QUADRO 8.

Note que apesar das regionalizações do IBGE, de Corrêa e de Santos e Silveira serem o objeto desse trabalho, o quadro também apresenta as características da regionalização de Geiger, importante no contexto de comparação com a proposta de Corrêa, além de ser uma importante referência na Geografia Regional brasileira.

	Regionalização de Pedro Pinchas Geiger – 1964	Regionalização do IBGE – 1969 (Atualização: 2002)	Regionalização de Roberto Lobato Corrêa – 1989	Regionalização de Milton Santos e Maria L. Silveira – 1999
Mapas				
Fundamentos teórico-metodológicos	<p><u>Corrente do pensamento geográfico:</u> Geografia Quantitativa.</p> <p><u>Principais conceitos e categorias:</u> espaços homogêneos; espaços polarizados; hierarquia; desenvolvimento e subdesenvolvimento; divisão territorial do trabalho; especializações produtivas; pólos de desenvolvimento.</p> <p><u>Principais teorias:</u> Teoria da Localidade Central (Walter Christaller); Teoria dos Pólos de Desenvolvimento (François Perroux).</p> <p><u>Método:</u> Análise.</p>	<p><u>Corrente do pensamento geográfico:</u> Geografia Quantitativa.</p> <p><u>Principais conceitos e categorias:</u> centro-periferia; espaços funcionais; regiões homogêneas; pólos de desenvolvimento; desenvolvimento regional; planejamento territorial etc.</p> <p><u>Principais teorias:</u> Teoria da Localidade Central (Walter Christaller); Teoria dos Pólos de Desenvolvimento (François Perroux); Teoria do Desenvolvimento (CEPAL).</p> <p><u>Método:</u> Análise.</p>	<p><u>Corrente do pensamento geográfico:</u> Geografia Crítica.</p> <p><u>Principais conceitos e categorias:</u> modos de produção; relações de produção; divisão do trabalho; classes sociais; materialismo histórico; capitalismo; formação sócio-espacial; organização espacial etc.</p> <p><u>Principais teorias:</u> Teoria Marxista (Karl Marx); Lei de Desenvolvimento Desigual e Combinado (Leon Trotsky).</p> <p><u>Método:</u> Análise.</p>	<p><u>Corrente do pensamento geográfico:</u> Geografia Crítica.</p> <p><u>Principais conceitos e categorias:</u> Modo de produção; espaço; rugosidades; meio técnico-científico-informacional; globalização, totalidade; formações econômicas e sociais; horizontalidades e verticalidades; redes etc.</p> <p><u>Principais teorias:</u> Teoria do Espaço Geográfico (Milton Santos); Teoria da Globalização (Milton Santos).</p> <p><u>Método:</u> Dedução – Indução, Análise Integrada e Análise Sistemática.</p>
Propósitos e critérios	<p><u>Propósitos:</u> compreender a organização do espaço brasileiro; contribuir com as discussões acerca da temática regional; fins didáticos.</p> <p><u>Crítérios:</u> polarização; desenvolvimento sócio-econômico; coesão histórica e econômica.</p>	<p><u>Propósitos:</u> agrupar dados estatísticos, servir ao planejamento e ao ensino.</p> <p><u>Crítérios:</u> domínios ecológicos; população; regiões agrícolas; indústria; transportes; atividades terciárias; centralidade. Segundo a escala – macrorregional, mesorregional, microrregional – privilegia-se um ou mais critérios. Na escala macrorregional há o predomínio do critério de domínios ecológicos.</p>	<p><u>Propósitos:</u> compreender a organização do espaço brasileiro; contribuir com as discussões acerca da temática regional; fins didáticos.</p> <p><u>Crítérios:</u> especializações produtivas; circulação, consumo e gestão das atividades; organizações espaciais; níveis de articulação interna, inter-regional e internacional.</p>	<p><u>Propósitos:</u> compreender a organização do espaço brasileiro; contribuir com as discussões acerca da temática regional; fins didáticos.</p> <p><u>Crítérios:</u> zonas de densidade e de rarefação; fluidez e viscosidade; espaços da rapidez e da lentidão; espaços luminosos e espaços opacos; espaços que mandam e espaços que obedecem; lógicas centro-periferia.</p>
Concepção de região	A região é o resultado da organização do espaço promovida pelas atividades humanas, é uma expressão geográfica do desenvolvimento econômico e social. A região surge apenas em determinada fase histórica de um território, isto porque sua formação ocorre de acordo com os graus de integração que unem os locais de determinadas áreas, sendo que uma maior ou menor integração depende da densidade da população ou da ocupação econômica, do grau de desenvolvimento econômico e social e do nível tecnológico, além da intensidade das relações internas e externas. A região pode se originar tanto da homogeneidade dos aspectos naturais em áreas subdesenvolvidas como da polarização econômica de centros urbanos em áreas desenvolvidas.	A região é um conjunto de lugares onde as diferenças internas são menores que as existentes entre este e outro conjunto de lugares, pressupondo uma certa homogeneidade. Por serem definidas estatisticamente a partir de critérios selecionados de acordo com os propósitos de cada pesquisador, as regiões são tidas como construções intelectuais, não como uma entidade concreta.	A região é o resultado da Lei de Desenvolvimento Desigual e Combinado, que promove a divisão nacional e internacional do trabalho e a associação de relações de produção distintas. Por conseguinte, surge uma problemática - embates que se estabelecem entre as elites regionais e o capital externo à região e pelos conflitos entre as diferentes classes sociais que a compõem – e uma paisagem, que juntas conferem a especificidade de cada região. A região é tida como uma entidade concreta, pois é a partir de uma interpretação da realidade que se dá o processo de regionalização, segundo a elaboração crítica de cada pesquisador. A região guarda em si um caráter de ação e controle realizado pelos agentes hegemônicos da sociedade.	A região é o resultado da difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional pelo espaço. O processo de expansão do capitalismo instiga diferenças nas formas de produzir, gerando algum tipo de vantagem comparativa para a acumulação de capital em cada área, levando às especializações produtivas. Dessa forma, os lugares sofrem influências externas e internas (ação do Estado-Nação) tornando-se singulares. Cada região possui uma combinação de diferentes divisões do trabalho sobrepostas num mesmo lugar e tempo, sendo subespaços que recebem e realizam o modo de produção em suas especificidades. Portanto, a região parte do universal ao particular. Sua característica mais importante é a coerência funcional, não a longevidade.
Contribuições	Não se restringe aos elementos econômicos, considerando também os fatores históricos. Busca correlacionar vários fenômenos que atuam na formação das regiões, cada qual com sua capacidade de interferência nos demais fenômenos. Ressalta a distinção entre domínios naturais e regiões. Articula os conceitos de espaços homogêneos e espaços polarizados em níveis hierárquicos diferentes, segundo o desenvolvimento econômico.	Desenvolve o debate acerca da hierarquia urbana, relacionando-o à problemática regional. Atualmente, diversas pesquisas se dedicam à relação entre Geografia Regional e Geografia Urbana, principalmente a partir do conceito de cidade-região.	Aplica as discussões da Geografia Crítica à problemática regional, ressaltando além dos fatores econômicos que influem no processo de regionalização também a dimensão política.	Dentre as regionalizações analisadas é aquela que melhor relaciona os aspectos econômicos, sociais, culturais e históricos, pois considera que a diferenciação espacial é resultante da interação de dois fatores: as desigualdades econômicas causadas pelo modo de produção capitalista na relação entre o universal e o local, e o papel dos aspectos sociais, culturais e históricos, intrínsecos ao conceito de formações econômicas e sociais.

Quadro 8: Síntese das propostas de divisão regional do Brasil: Pedro Pinchas Geiger, IBGE, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveira.

Fonte: CORRÊA (2003, 2005); GEIGER (1964, 1967, 1969); IBGE (1968, 2002); MAGNAGO (1995); SANTOS (1999, 2001, 2004a, 2004b, 2004c, 2004d, 2005a, 2005b, 2005c, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2008e, 2008f); SANTOS, SILVEIRA (2001).

Como demonstra o QUADRO 8, as propostas de regionalização do Brasil e suas respectivas reflexões acerca da temática regional possuem suas particularidades.

Em relação aos propósitos, fica evidente que a Divisão Regional do Brasil elaborada pelo IBGE em 1969 apresenta um caráter mais utilitarista, uma vez que, por ser destinada ao planejamento possui também uma finalidade política. Já, a proposta de Roberto Lobato Corrêa é uma crítica à regionalização do IBGE, uma vez que refuta os referenciais teórico-metodológicos que a nortearam. Por sua vez, Milton Santos e Maria Laura Silveira buscam por meio de sua regionalização do Brasil transpor suas reflexões acerca do espaço para a questão regional, ou seja, visam a compreensão da realidade, tanto na sua totalidade como em suas partes.

No tocante aos critérios, a divisão regional em macrorregiões realizada pelo IBGE privilegia os aspectos físicos/naturais ao adotar os domínios ecológicos como critério norteador na delimitação das macrorregiões. Corrêa enfatiza os aspectos políticos e econômicos na escolha dos critérios. Santos e Silveira consideram em sua proposta de regionalização tanto os aspectos econômicos e políticos quanto históricos e culturais. Esse avanço presente na análise dos autores verifica-se pelo fato destes entenderem que diferenciação espacial é promovida não somente pelas desigualdades econômicas causadas pelo modo de produção capitalista na relação entre o universal e o local, mas também pelo papel dos aspectos sociais, culturais e históricos, intrínsecos ao conceito de formações econômicas e sociais.

Cada autor, segundo o arcabouço teórico-metodológico que adota, utiliza um conjunto de critérios diferenciados no processo de regionalização, resultando em recortes regionais distintos.

O IBGE elabora a divisão regional mais habitual, em cinco macrorregiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Em relação à divisão regional do IBGE, Corrêa reagrupa os estados, destacando-se a dissolução da região Centro-Oeste, e o agrupamento das regiões Sul e Sudeste, mas sempre obedecendo à divisão político-administrativa já estabelecida.

Santos e Silveira propõem uma regionalização com quatro macrorregiões, também reagrupando os estados de acordo com a divisão político-administrativa.

Para além do recorte de cada regionalização, os fundamentos teórico-metodológicos e a escolha dos critérios levam a outras indagações: a velha dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana é um problema a ser superado no âmbito da Geografia Regional? Essa problemática está presente nas propostas de regionalização do IBGE (1969), de Roberto

Lobato Corrêa (1989) e Milton Santos e Maria Laura Silveira (1999)? De alguma forma os autores superam essa dicotomia?

A problemática da dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana aparece nas propostas de regionalização aqui analisadas sob a forma da escolha dos critérios de regionalização. Por um lado o IBGE privilegia os aspectos físicos/naturais, por outro Corrêa enfatiza os aspectos econômicos e políticos, ao passo que Santos e Silveira conseguem, mesmo que forma talvez incompleta, associar os aspectos físicos/naturais com os aspectos sociais/humanos.

A importância de (re)pensar esse assunto deve-se ao fato de que cada vez mais as pesquisas em Geografia assumem a tal divisão entre Geografia Física e Geografia Humana, mas obviamente, há vantagens e desvantagens nisso.

Destacadamente, uma grande desvantagem é a perda da noção de totalidade e de interdependência entre os fenômenos que são analisados pela ciência geográfica, que de certa forma perde parte de sua capacidade explicativa. Mas, não são todas as pesquisas que necessitam considerar todos os fenômenos possíveis e imagináveis e todas as relações entre eles para ter validade. O problema é encarar tudo de forma parcial, fragmentada, sem ter a noção do todo em algum momento da pesquisa. Dessa forma, um trabalho pode privilegiar os aspectos sociais/humanos, mas demonstrar quais são as relações com os fatores físicos/naturais, e vice-versa. O que irá definir qual lado será privilegiado é a natureza do objeto de estudo.

Ao longo da história do pensamento geográfico a Geografia Regional buscou desempenhar a árdua tarefa de ser completa, ou seja, de unir a Geografia Física e a Geografia Humana, ou, de aliar-se à Geografia Geral e, juntas, compor uma única Geografia.

Até hoje não há uma proposta de divisão regional do Brasil que atinja esse objetivo de forma a satisfazer a todos. E provavelmente será muito difícil superar esse desafio.

6. Considerações finais

Cada um dos autores levanta uma série de questões que mostram que a complexidade e as dificuldades do processo de regionalização não se restringem à superação da dicotomia entre Geografia Humana e Geografia Física, que no caso da geografia regional verifica-se no fato de se privilegiar ou os aspectos físicos/naturais ou os aspectos sociais/humanos numa proposta de regionalização.

Como bem demonstrou o IBGE na Divisão Regional do Brasil de 1969, a simples seleção de variáveis físicas/naturais e sociais/humanas, sua análise e posterior sobreposição não dá conta de conciliar os aspectos indispensáveis da Geografia Humana e da Geografia Física numa única regionalização do Brasil. Mais do que escolher as variáveis relevantes, é necessário estabelecer as mútuas e múltiplas relações entre elas, inclusive considerando as desigualdades inerentes à essas relações.

No decorrer desta pesquisa, outros desafios atuais da Geografia Regional se sobressaíram, tais como as questões referentes à natureza da região e os critérios de regionalização, o enfoque das atuais pesquisas sobre a temática regional, e a pertinência de uma nova proposta de regionalização do Brasil em substituição à Divisão Regional do Brasil realizada pelo IBGE em 1969.

Acerca da natureza da região, um aspecto bastante discutível diz respeito ao embate entre as noções de região como um dado da realidade ou como uma construção intelectual. A essência de tal debate reside nos questionamentos acerca do que define a realidade e, por conseguinte, determina a diferenciação de áreas. As grandes perguntas são: “Quais são os fenômenos que caracterizam uma região?” e por extensão, “Quais são os critérios de diferenciação?”.

Para alguns pesquisadores é a relação Sociedade-Natureza quem define a geografia da realidade, e conseqüentemente, é no seio desta relação que surgem as regiões. Contudo, é necessário precisar o que é a relação Sociedade-Natureza e como ela se transforma ao longo do tempo, passando a modificar também as regiões. Além disso, é preciso delimitar quais são os elementos da relação Sociedade-Natureza que agem na diferenciação de áreas.

Implícito ao debate da relação Sociedade-Natureza enquanto determinante do fenômeno regional, surgem outros questionamentos, tais como o fundamento dos critérios de regionalização. Destacam-se algumas indagações sobre a pertinência dos critérios:

- a) um conjunto de critérios é válido para todo processo de regionalização ou cada região possui um conjunto singular de fenômenos que lhe conferem sua particularidade?
- b) o que diferenciam as regiões são fenômenos particulares ou uma combinação diferenciada dos mesmos fenômenos que encontramos nas demais regiões?
- c) é válido qualquer critério ou propósito? Haveria um conjunto específico de critérios e um propósito que se aproximaria mais fielmente da realidade?

Outro desafio aos geógrafos que pretendem se dedicar à Geografia Regional diz respeito a escolha do enfoque de suas pesquisas. De uma forma geral, é possível distinguir dois enfoques presentes nos trabalhos atuais sobre a temática regional: o primeiro aproxima-se da Geografia Urbana, ressaltando a relação entre região e a hierarquia urbana, se valendo do conceito de cidade-região; o segundo enfoque utiliza o conceito de formação sócio-espacial como ponto de partida nas reflexões sobre região.

Aparentemente, as pesquisas que priorizam a relação com a Geografia Urbana enfatizam demasiadamente os aspectos econômicos e políticos, além de trazerem à tona as seguintes questões: até que ponto a relação campo \times cidade é importante na configuração das regiões? Ou melhor, a relação campo \times cidade contém tudo o que define a realidade? Caso negativo, o que mais deveríamos considerar?

Por sua vez, as pesquisas que se fundamentam no conceito de formação sócioespacial, aparentemente, consideram além dos aspectos econômicos e políticos também os aspectos culturais, históricos e sociais. Entretanto, não há um consenso sobre a pertinência de se pensar região por meio desse conceito, já que muitos o consideram ultrapassado.

Por fim, destaca-se a pertinência de uma nova proposta de regionalização do país em substituição à Divisão Regional do Brasil realizada pelo IBGE em 1969. Primeiramente há que se analisar se a divisão regional oficial realmente é anacrônica e, se afirmativo, quais as razões da permanência de sua utilização e os eventuais entraves para a elaboração de uma nova proposta.

A divisão regional em vigor foi concebida para servir sobretudo ao planejamento, e para muitos geógrafos, sua vigência deve-se ao fato da necessidade de manter os recortes regionais para possibilitar a criação de séries estatísticas históricas passíveis de comparação, ou seja, no âmbito das políticas públicas uma regionalização deve ser estável e duradoura, a fim de oferecer parâmetros de comparação à médio e longo prazos a partir de séries estatísticas históricas e também de variáveis qualitativas, só possível se o recorte regional for duradouro.

Mas será que é somente porque o planejamento estatal precisa de uma regionalização estável que a divisão regional oficial ainda não foi substituída?

Contrariamente às necessidades de uma regionalização oficial, as propostas de geógrafos como Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveira não demonstram preocupações com a durabilidade de seus recortes regionais. Por exemplo, Milton Santos defende a ideia de que “nas condições atuais da economia mundial, a região não é mais uma realidade constituída de coerência interna, ela é principalmente constituída pelo exterior” (2004a, p.40), e devido à velocidade e dinamicidade dos fenômenos que incidem sobre as regiões o autor ressalta a efemeridade do “edifício regional”.

Ao longo das pesquisas em Geografia Regional já ficou claro que dependendo do(s) propósito(s) de uma regionalização sua estabilidade e durabilidade será um fator necessário ou não. Se a finalidade for servir ao planejamento, então estes são atributos indispensáveis, mas se a regionalização for desenvolvida para fins didáticos ou objetivando o conhecimento pelo conhecimento, ou seja, conhecer a realidade em sua complexidade e dinâmica, então não há sentido preocupar-se com a estabilidade e a durabilidade do recorte regional.

A questão em destaque agora é outra: será possível desenvolver uma proposta de regionalização que ao mesmo tempo contemple as demandas de durabilidade e estabilidade do planejamento estatal mas que também seja flexível a ponto de abranger as transformações que inevitavelmente atingem o território? Este é um dos grandes desafios ao se propor uma nova divisão regional.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **O pensamento Geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro.** In: MARTINS, R.A.; MARTINS, L.A.C.P., SILVA, C.C.C.; FERREIRA, J.M.H. (eds.). Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro. Campinas: AFHIC, 2004. p. 410-415
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil – A era da informatização e a época da informalização.** São Paulo: Ed.Boitempo, 2006.
- ARAÚJO, M. de F. I. **Reestruturação Produtiva e Transformações Econômicas. Região Metropolitana de São Paulo.** São Paulo em Perspectiva, Vl. 15, n.1, São Paulo, jan./mar.2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8586.pdf> Acessado em 04/10/2008>.
- BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas.** Rio Claro: [s.n.], 1996.
- BRITO, Thiago Macedo Alves de. **Região: leituras possíveis de Milton Santos.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed. Série Princípios
- _____. **A organização Regional do Espaço Brasileiro.** In: _____. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 3ª ed. p. 197-210.
- FAISSOL, Speridião. **Um modelo de análise regional para fins de planejamento econômico: integração de sistemas de regiões formais e funcionais.** In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.35 n°1, p. 71-86, Jan./Mar. 1973.
- _____; GALVÃO, Marília Velloso. **Divisão Regional do Brasil.** In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.31, n°4, p. 179-220, Out./Dez. 1969.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep, 2001. Capítulo: Análise dos resultados.** Disponível em: <<http://www.FundaçãoSeade.gov.br/produtos/paep/index.php?opt=ana>>.
- GEIGER, Pedro Pinchas. **Organização Regional do Brasil.** In: Revista Geográfica, Rio de Janeiro, Tomo XXXIII, n°61, p.25-53, Jul./Dez. de 1964.

_____. **Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas chamadas “Regiões Homogêneas”**. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.29, nº2, p.59-64, Abr./Jun. de 1967a.

_____. **Geografia e Planejamento**. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.29, nº3, p.111-118, Jul./Set. 1967b.

_____. **Regionalização**. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.31, nº1, p.5-25, Jan./Mar. 1969.

_____. **Divisão regional e problema regional**. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.32 nº 2, p. 157-170, Abr./Jun. 1970.

GUIMARÃES, Fábio M. S. **Divisão regional do Brasil**. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.3. nº 2, p. 318-373, abril-junho 1941.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2005. 14ª ed.

IBGE. **Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967a.

_____. **Panorama Regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967b.

_____. **Subsídios à Regionalização**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Volume 1.

_____. **Regiões de Influência das Cidades: 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Divisão Territorial Brasileira**. IBGE, 2002. Documento eletrônico disponível em: <ww1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/anexos/desenho/Anexo_C_6_3_1_1_DTB.doc>. Acessado em janeiro de 2009.

_____. **Comunicação Social - 01 de julho de 2008.** IBGE, 2008a. Documento eletrônico disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1179&id_pagina=1>. Acesso em janeiro de 2009.

_____. **Considerações sobre a Proposta de Regionalização e Seleção de Pólos Estratégicos para o Reordenamento Territorial. Brasília, 12 de novembro de 2008.** IBGE, 2008b. Documento eletrônico disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/programas_projeto/planejamento_territorial/Painel1_LuizPauloSoutoFortes.pdf>. Acesso em janeiro de 2009.

_____. **Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais – Seminário Nacional com as Instituições Responsáveis por Limites Político-Administrativos - Brasília - DF, 1º de Julho de 2008.** IBGE, 2008c. Documento eletrônico disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/Seminario_Nacional.shtm>. Acesso em janeiro de 2009.

_____. **Projeto Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas – Outubro de 2008.** IBGE, 2008d. Documento eletrônico disponível em: <http://www.integracao.gov.br/download/download.asp?endereco=/pdf/desenvolvimento_regional/eventos/regionalizacao/palestra_04.pdf&nome_arquivo=palestra_04.pdf>. Acesso em janeiro de 2009.

_____. **Regiões de Influência das Cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008d.

LENCIONI, Sandra. **Mudanças na Metrópole de São Paulo (Brasil) e Transformações industriais.** *In:* Revista do departamento de Geografia. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, n.12, 1998. p. 27-42.

_____. **Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico.** *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos Caminhos da Geografia.* São Paulo: Contexto, 2001. p. 187-204

_____. **Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada.** *In:* SANTOS, M. SOUZA, M.A., SILVEIRA, M.L. (Orgs.). *Território – Globalização e Fragmentação.* São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002. 5ª edição.

_____. **Emergência de Um Novo Fato Urbano de Caráter Metropolitano em São Paulo: a particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica.** *In:* Boletim Paulista de Geografia: São Paulo: Xamã Editora, n.82, set./2005.

- MAGNAGO, Angélica Alves. **A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica.** *In:* Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.57, n° 4, p. 65-92, outubro-dezembro 1995.
- PERIDES, Paulo Pedro. **A divisão regional do Brasil de 1968: propostas e problemas.** *In:* Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n.7, p. 87-94, 1994.
- SANTOS, Milton. **A metrópole: modernização, involução e segmentação.** *In:* VALLADARES, Lúcia; PRETECEILLE, Edmond (Coords.) Reestruturação urbana – tendências e desafios. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial.** *In:* Revista Território, ano IV, n° 6, jan./jun/ 1999, p.5-20.
- _____. **Estado-Nação e Espaço: O Estado-Nação como Unidade Geográfica de Estudo.** *In:* _____. Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia à uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2004a. p.221-234. 6ª ed. (Coleção Milton Santos; 2).
- _____. **O Espaço Total de Nossos Dias.** *In:* _____. Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia à uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2004b. p.201-220. 6ª ed. (Coleção Milton Santos; 2).
- _____. **Os Fundadores: as Pretensões Científicas.** *In:* _____. Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia à uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2004c. p.29-58. 6ª ed. (Coleção Milton Santos; 2).
- _____. **O Estado-Nação como Espaço, Totalidade e Método.** *In:* _____. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Edusp, 2005a. p.43-54. (Coleção Milton Santos; 7)
- _____. **O Lugar: Encontrando o futuro.** *In:* _____. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Edusp, 2005b. p.155-164. (Coleção Milton Santos; 7)
- _____. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método.** *In:* _____. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Edusp, 2005c. p.21-42. (Coleção Milton Santos; 7)
- _____. **Da Diversificação da Natureza à Divisão Territorial do Trabalho.** *In:* _____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008a. p.129-142, 4ª ed. 4ª reimpr. (Coleção Milton Santos; 1)

_____. **Do Meio Natural ao Meio Técnico-Científico-Informacional.** In: _____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008b. p.233-260, 4ª ed. 4ª reimpr. (Coleção Milton Santos; 1)

_____. **Horizontalidades e Verticalidades.** In: _____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008c. p.281-288 4ª ed. 4ª reimpr. (Coleção Milton Santos; 1)

_____. **O Espaço e a Noção de Totalidade.** In: _____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008d. p.113-128, 4ª ed. 4ª reimpr. (Coleção Milton Santos; 1)

_____. **O Espaço Geográfico, um Híbrido.** In: _____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008e. p.89-112, 4ª ed. 4ª reimpr. (Coleção Milton Santos; 1)

_____. **Por uma Geografia das Redes.** In: _____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008f. p.261-280, 4ª ed. 4ª reimpr. (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001. 3ª ed.

SILVEIRA, Maria Laura. **Diferencias regionales en el territorio brasileño: perspectiva diacrónica y sincrónica.** In: Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales (Universidad de Barcelona). Vol. XI, nº 244, Jul/2007.

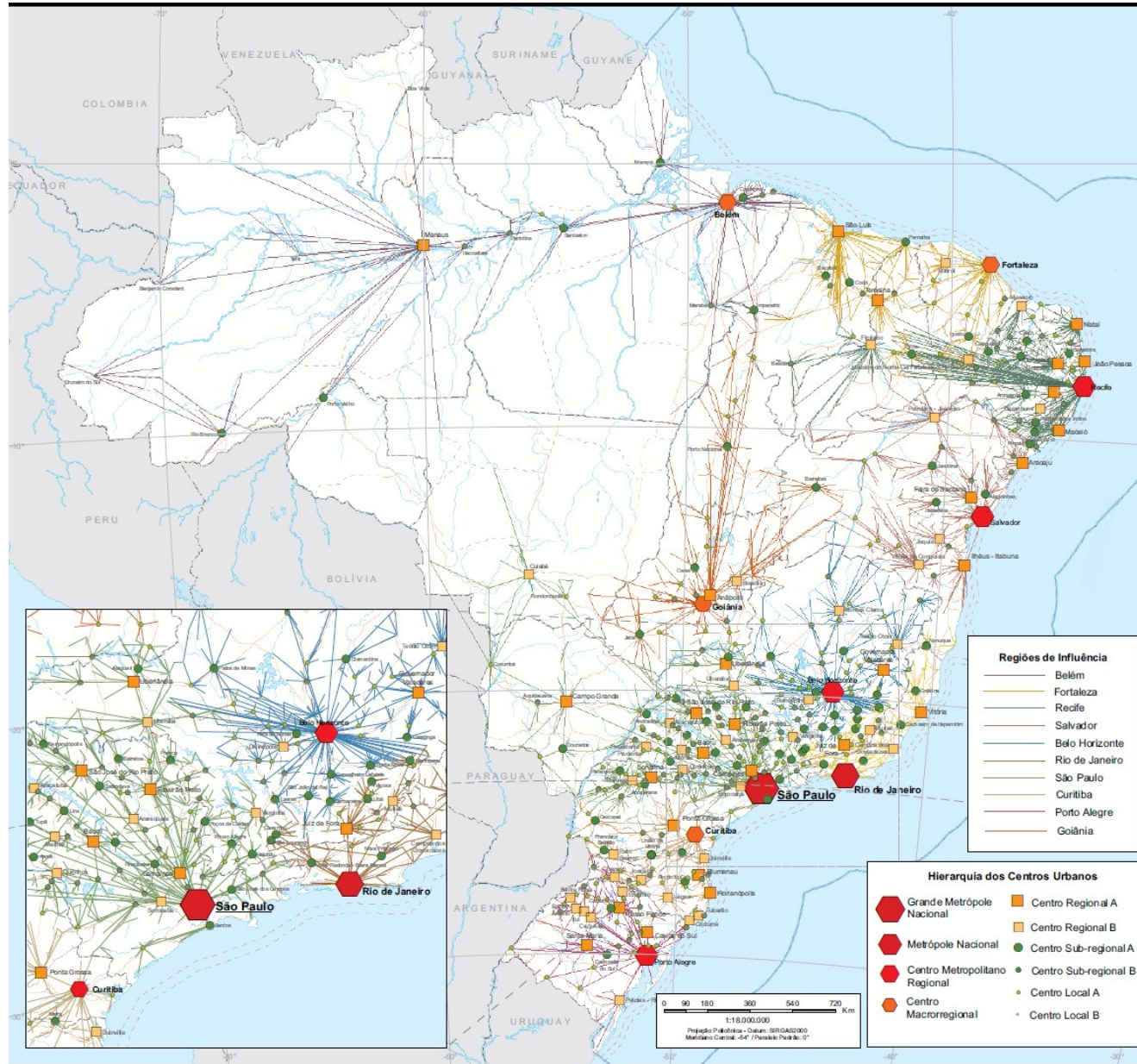
TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. **Estrutura, processo, função e forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Ensaio de Geografia Contemporânea – Milton Santos: obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 133-140.

TUNES, Regina Helena. **Da Desconcentração à Reconcentração Industrial: a análise da relação entre a dinâmica do espaço e a dinâmica dos ramos no Município de São Paulo no final do século XX.** Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação. Área de Concentração: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

VALVERDE, Orlando. **Estudos básicos para a definição de pólos de desenvolvimento no Brasil.** In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.29, nº1, p.82-101, Jan./Mar. 1967.

Anexo A – Mapa das Regiões Funcionais Urbanas, IBGE, 1966

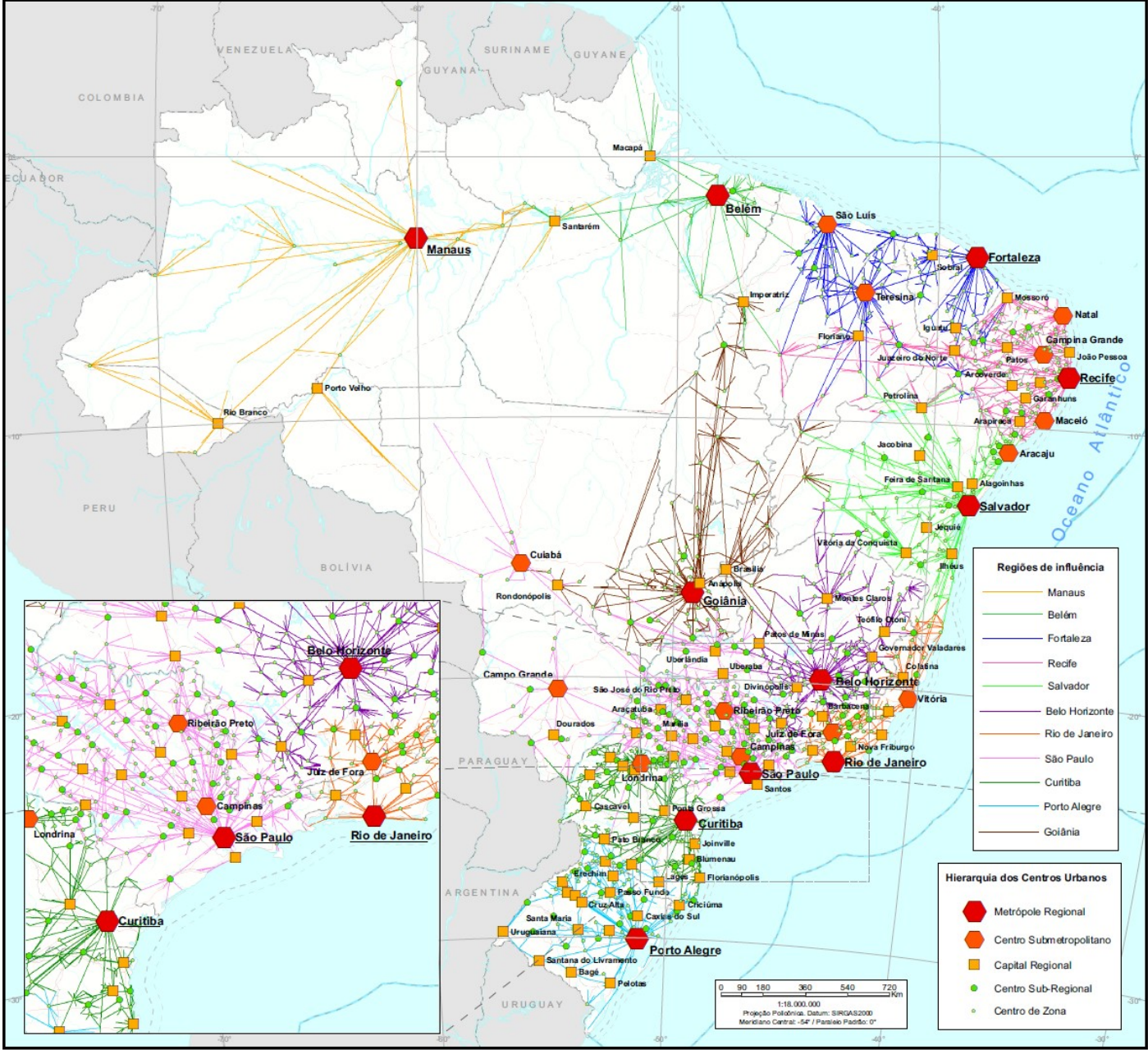
Mapa – Rede Urbana Brasil, 1966



Fonte: IBGE (2008d)

Anexo B – Mapa das Regiões Funcionais Urbanas, IBGE, 1978

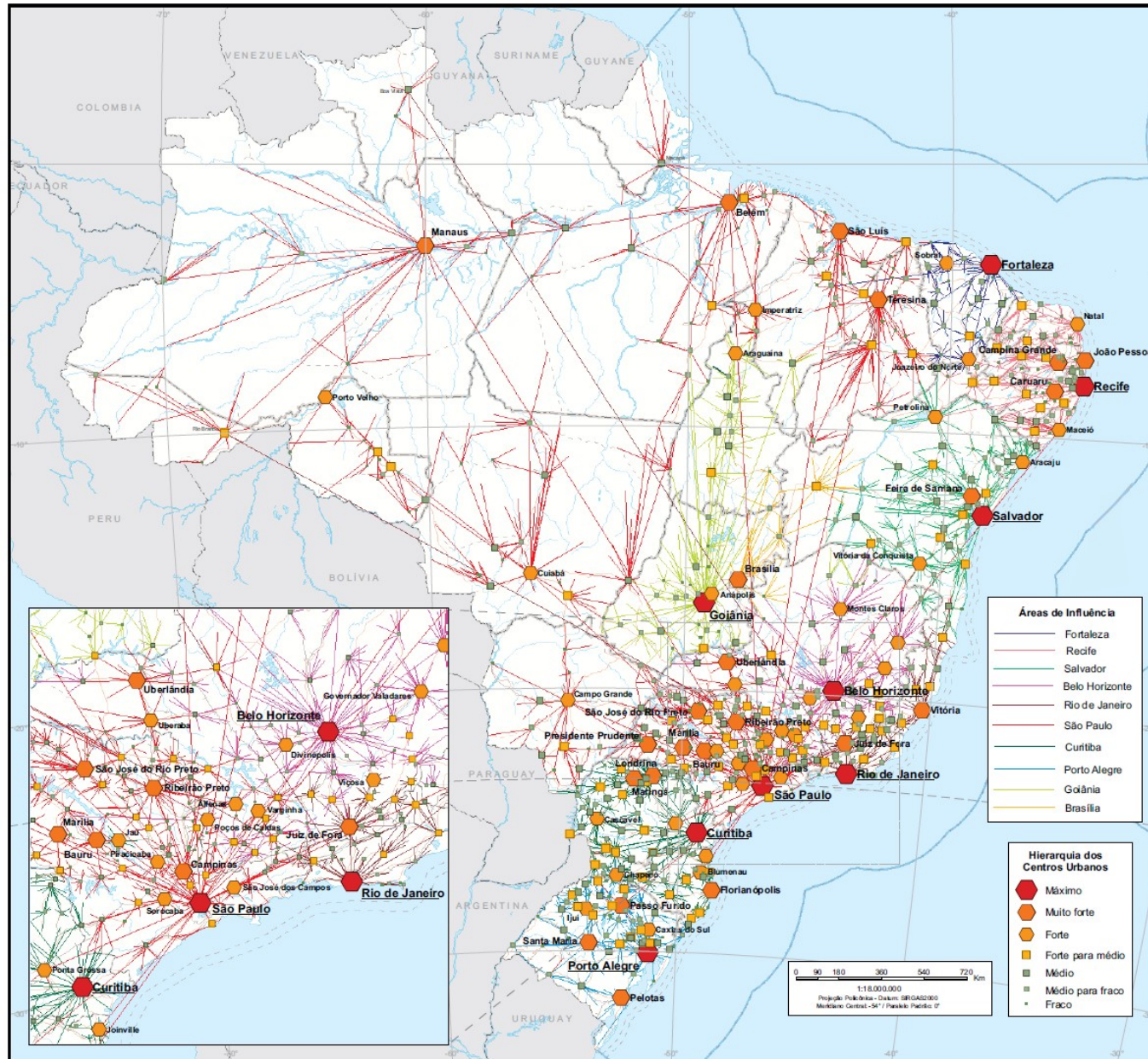
Mapa – Rede Urbana Brasil, 1978



Fonte: IBGE (2008d)

Anexo C – Mapa das Regiões Funcionais Urbanas, IBGE, 1993

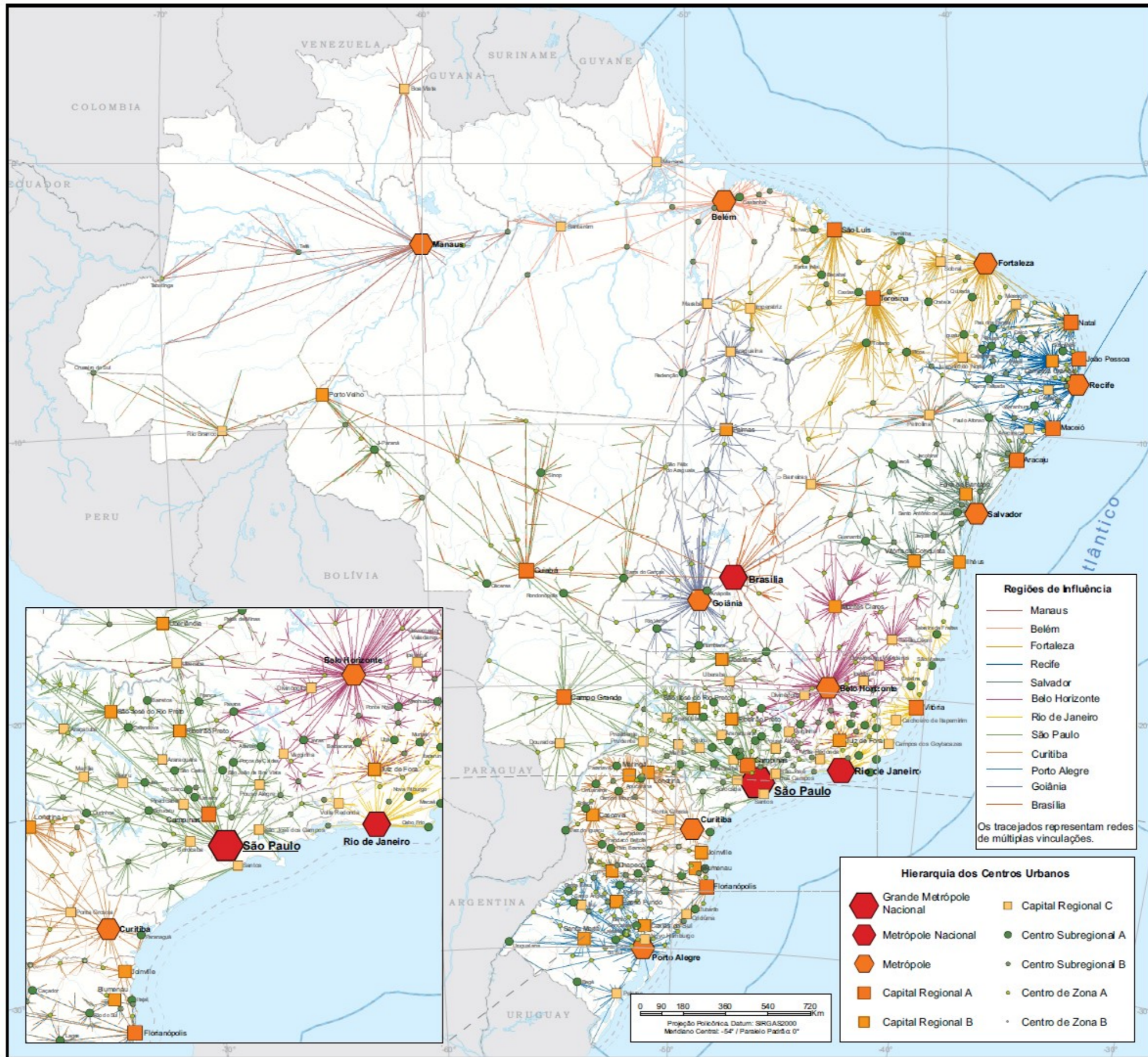
Mapa – Rede Urbana Brasil, 1993



Fonte: IBGE (2008d)

Anexo D – Mapa das Regiões Funcionais Urbanas, IBGE, 2007

Mapa – Rede Urbana Brasil, 2007



Fonte: IBGE (2008d)